

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Filhos da Reforma Agrária: Terra, casa e lógicas de
sucessão em Novo Horizonte**

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**FILHOS DA REFORMA AGRÁRIA: TERRA, CASA E LÓGICAS DE
SUCESSÃO EM NOVO HORIZONTE**

MANUELA SOUZA SIQUEIRA CORDEIRO

Sob a orientação do professor
John Cunha Comerford

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre
em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação
de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Março de 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

MANUELA SOUZA SIQUEIRA CORDEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/03/2010

John Cunha Comerford Dr. CPDA/UFRRJ
(orientador)

Maria José Carneiro Dra. CPDA/UFRRJ

Moacir Palmeira Dr. Museu Nacional/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Tenho muito e a muitas pessoas agradecer. A minha forma de agradecer é enaltecer como na minha experiência atual cada uma dessas pessoas foram absolutamente singulares. E quando mais me dou conta disso, mais responsabilidade acato e mais agradeço ao Deus que acredito.

Meus pais me deram o substrato necessário à curiosidade antropológica. Os olhos nos outros, nos seus trejeitos, nas suas aproximações. E no encontro, o ritual: a educação, a complacência, a requisição, a ousadia. Eles me ensinaram o familiar. E além de tudo, me ensinaram e me deram meios para aprender sentimentos caros e indispensáveis, principalmente o amor. Aos meus pais, a minha admiração e a minha vida.

Minha irmã me ensinou a conviver com o outro, tal como dito pela sociedade. Aprendi a passar por isso quando tinha que assimilá-la como o não “normal”. Desde então, passei a tomar conta das porções não “naturais” de todas as pessoas que convivi, inclusive eu mesma. A minha princesa é minha razão de perseverar.

O professor Marcos Antonio Pedlowski me ensinou a cientificizar estranhar o outro. Algo completamente estranho e difícil para mim. No entanto, o desafio nem ainda tinha começado.

No mestrado, tive a oportunidade de ter o professor John Comerford como orientador. Ele me apresentou ao arcabouço teórico e abraçou mudanças sugeridas no curso da pós-graduação. Auxiliou em dúvidas recorrentes, *emails* impertinentes e no voto de minha continuação acadêmica. Foi sincero, dedicado e de palavras marcantes. Quando pude mergulhar em seu texto, conheci o que é ser um antropólogo de verdade.

Também no CPDA, conheci a professora Zezé. Apresentou-me a bibliografia, à dinâmica e à disciplina exigida para a pós-graduação. Tive a sua presença constante durante os semestres de matérias como ponto de segurança. Sabia que o meu caminho aliado à sua experiência e à rigorosidade, me conduziram a passos seguros. Apresentou-me a novos caminhos de pesquisa e tentei aqui abarcar a sua curiosidade sobre os processos de herança e sucessão em assentamentos rurais, antes não estudados.

No entanto, não sabia em que lugar proceder tal pesquisa. Não por isso, mas em momento oportuno, encontrei-me com a professora Leonilde Medeiros. Apresentou-me à possibilidade de trabalhar com o assentamento Novo Horizonte, localizado em região que possuía anterior conhecimento. Agradeço-a por sua sugestão fundamental ao meu trabalho, além de suas excepcionais aulas as quais freqüentei no primeiro semestre de mestrado.

Ao aprofundar meus interesses em Antropologia, foram-me caros os ensinamentos do professor Moacir Palmeira. Tive a oportunidade de cursar “Sociedades Camponesas” no Museu Nacional e a partir dali fortalecer meus desígnios de pesquisa. A partir desse momento, agradeço enormemente o professor por ter me aceitado na nova empreitada que inicio após a conclusão deste estudo.

Os meus queridos amigos não podem faltar! A primeira que veio falar comigo, ainda na aula da apresentação do mestrado, me deu a certeza de que não teríamos contato contínuo. Nada como o balanço dos dias, gestos e trocas para provar o contrário e me fazer admirar muitíssimo a Ju. Descobri que somos diferentes, porém disponíveis uma a outra, dispensando um sentimento de cumplicidade sincero que é correspondido e cultivado. Ela é uma das pessoas mais iluminadas da minha vida.

Agradeço também a minha querida Aline que viveu comigo intensamente o primeiro ano da pós-graduação. E continua vivendo todos os outros ao meu lado e que assim continue sempre. Meu socorro em momentos difíceis, meu ombro amigo sem medir palavras, o que

não tenho com ninguém mais. Admiro e aprendo com a sua coragem para enfrentar a vida.

Assim como meu irmão português, o Zé. Já moramos juntos, dividimos contas, mas não tantas palavras. Bastaram novos reveses em nossas vidas que nós mostraram sermos feitos de uma forma parecida: apaixonados pela vida e em permanente dúvida. A ele, o meu coração, onde estiver.

Também ao Serginho, amigo que alegra qualquer ambiente. Quem foi indispensável na ajuda para a montagem da experiência de morar sozinha, levando a mudança, vendo se funcionava o gás, comprando os poucos móveis, sanando dúvidas. Sabedor de todos os ditos populares, sem medo de encarar o futuro. Lê-se nos seus olhos o seu coração.

Querido Felipe, junto com o Serginho foi presença certa desde me instalar em uma casa que não sabia “gerenciar” até dividir os momentos das preocupações acadêmicas. Uma pessoa acolhedora e sensível. Lembrarei sempre de nossa preparação para as aulas do Moacir, com certeza um momento definidor de nossa caminhada.

Ao amigo distante Bernard, a minha admiração por ser uma pessoa agradável, não muito presente, mas “de palavra”, sempre com a intenção de ser útil nas ocasiões as mais diversas. Atualmente, agradeço ao meu companheiro de vida, a pessoa que mais me incentiva, me apoia em momentos que falta acreditar em mim mesma, compartilha silêncios ordinários e oportunidades de celebração. Agradeço a ele o amor que nos faz conquistar tudo o que queremos.

A todos os meus amigos do mestrado: Marcelo, Sheila, Elicardo, Fernanda, Christian, Hugo, Julia, a felicidade por ter conhecido pessoas tão maravilhosas e fazer parte de um grupo tão especial.

A Lucas, agradeço o estreitamento do exercício de nos apresentarmos a nós mesmos. Comportamo-nos como estranhos que não somos e explicamos o que queremos da vida. Eu espero que a vida nos reserve sempre momento para fazermos isso repetidamente.

A querida Elia, uma pessoa que pude conhecer neste estágio de minha vida e que hoje não se encontra perto de mim. Ela me ensinou a ver que sou mais do que apresento e a compreender determinados processos da vida com bom humor e alento. Sinto muito a sua falta.

A Silvinha, a minha admiração de sempre por todo o brilho me inspira, além de me indicar em seu caminho. A Mari pela amizade presente e a torcida nas conquistas compartilhadas.

A Goinha e Marcinho, a minha eterna gratidão por cuidarem de minha mãe e de minha princesa quando mais precisei e continuo precisando...

A vó Irene, tio João, tia Cláudia, Amandinha o agradecimento pelo zelo e amizade.

Aninha e Israel, agradeço a certeza da presença em momentos cruciais de minha vida.

Também agradeço sinceramente ao sr. Paulo Honorato pela generosidade e recebimento cordial para a condução das entrevistas, inúmeras conversas informais e contatos sugeridos.

Outro enorme agradecimento ao sr. Geraldo do escritório da EMATER de Campos pela oferta de me ajudar apresentando o campo desconhecido, indispensável para a condução deste estudo.

A todos os assentados, ex-trabalhadores da usina, ex- moradores de Novo Horizonte que me receberam em suas casas, lotes, terras de Reforma, terras de herança, a minha gratidão. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

Por fim, agradeço a FAPERJ o apoio financeiro indispensável para a consecução deste trabalho.

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranqüila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranqüilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fatura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

Poema “O cântico da terra” de Cora Coralina

RESUMO

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira Cordeiro. **Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão em Novo Horizonte**. 111 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

Muitos são os estudos que tratam sobre herança e sucessão para as famílias camponesas na literatura antropológica brasileira (WOORTMAN, 1995; MOURA, 1975, CARNEIRO 1998), mas estes não foram estendidos à realidade dos assentamentos de Reforma Agrária. O objetivo principal deste estudo é verificar como os bens da família assentada são geridos com enfoque nas lógicas de sucessão das terras de Reforma Agrária. O estudo de caso foi realizado no assentamento Novo Horizonte, localizado em Campos dos Goytacazes -RJ, cujas terras foram desapropriadas em 1984. Este assentamento é considerado um dos únicos emancipados pelo INCRA no estado do Rio de Janeiro, o que implica em duas consequências diretas: não obtém mais investimentos ligados à política pública da Reforma Agrária e, além disso, passaram a valer as regras legais relacionadas à herança e sucessão que estão presentes no Código Civil, não mais a legislação agrária federal. Foram realizadas entrevistas com os titulares da terra e com os jovens filhos dos assentados, perfazendo um total de dezessete redes familiares de forma a analisar suas representações a respeito da terra, além de verificar como acontece a negociação no âmbito familiar acerca dos processos de sucessão e herança.

Uma das considerações centrais deste estudo é que o sistema casa-lote é considerado o ponto de apoio para a família assentada. Esse sistema diz respeito à utilização tanto da terra da família assentada quanto da casa na antiga região central da usina, que hoje também é de posse da família, de forma a combinar os usos residenciais e produtivos da terra para abarcar diferentes membros familiares em diversos estágios da vida, de acordo com suas necessidades e com o gerenciamento destas realizado pelo titular ou mesmo pelo sucessor. O termo sucessor é utilizado por esse trabalho para aludir tanto aquele filho que assume a titularidade do lote, bem como aquele que é responsável pela organização do centro de decisão moral da família na segunda geração. Se a terra não for fragmentada de forma excessiva pode manter o seu espaço produtivo, mas se a estratégia familiar levar à fragmentação será utilizada eminentemente como espaço de residência. Neste sentido, a propriedade rural: o lote de Reforma Agrária é considerado, muitas vezes, o único bem da família, ainda por vezes insuficiente para a reprodução social de todos os filhos dos titulares da terra, é preservado por ser primordialmente um ponto de apoio para os arranjos e estratégias empreendidos pela família assentada.

Palavras-chave: Sucessão; reprodução social; assentamentos de Reforma Agrária; norte-fluminense.

ABSTRACT

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira Cordeiro. **Land Reform born: land, household and succession logics in Novo Horizonte.** 111 p. Master's dissertation in Social Sciences. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

Many studies focus on the peasant families' heritage and succession in the Brazilian anthropology (WOORTMAN, 1995; MOURA, 1975, CARNEIRO 1998), but they were not fully extended to the Land Reform settlements' reality. The main goal of this study is to verify how the family goods are managed focusing on the Agrarian Reform land succession logics. The case study was conducted in the Novo Horizonte settlement, located in Campos dos Goytacazes-RJ, whose lands were expropriated in 1984. This settlement is considered one of the few emancipated by INCRA in Rio de Janeiro state, which implies in two direct consequences: it does not obtain more investments connected to the Land Reform public policy and also the Civil Code legal rules related to heritage and succession are applied and not the federal agrarian legislation. There were conducted interviews with the land owners, as well as the young settler's children, making a total of 17 family networks in order to analyze its land's representations, as well as to verify how the negotiation regarding succession and heritage is conducted by the family.

One of the main considerations of this study is that the household-lot system is considered the support to the settler family. This system regards the land usage by the settler family as well as the house in the old sugarcane mill central region, which is also a family possession, in a way to combine the residential and productive uses of the land, considering the different family members in different life periods according to their needs and the management conducted by the land owner or even by the successor. The term successor is utilized to focus the one who assumes the title of the lot, as well as the one responsible for the organization of the moral decision dimension in the family second generation. If the land is not excessively fragmented the production space can be maintained, but if the family strategy leads to its fragmentation it will be used mainly as a residence space. In this sense, the rural property: the Land Reform lot considered, many times, the only material good of the family, yet insufficient to the social reproduction of all family members, is preserved once it is primarily a support to the arrangements and strategies performed by the settler family.

Key words: Succession; social reproduction; Land Reform settlements; northern region of Rio de Janeiro state.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1. Mapa de localização geográfica do assentamento Novo Horizonte	14
Figura 2. Assentado observando as ruínas do parque industrial da usina Novo Horizonte.....	46
Tabela 1. Cronologia dos principais eventos relacionados ao assentamento Novo Horizonte	49
Figura 3. Assentado e sua plantação de milho para comercialização.....	57
Figura 4. Vilarejo ao lado da usina Santa Cruz.....	59
Figura 5. Representação gráfica da família do sr. Aluisio.....	62
Figura 6. Entrega dos títulos definitivos aos assentados na fazenda Aleluia dia 16/04/2009...	69
Figura 7. Representação gráfica das terras da família do sr. Marcos.....	82
Figura 8. Representação gráfica da disposição espacial das casas do sr. Aluisio e filhos.....	88
Tabela 2. Organização do sistema casa-lote e sucessor em cada família analisada.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I. A REMISSÃO AO PASSADO	10
O norte fluminense - concentração fundiária, o caso do novo horizonte e a emergência da demanda por terra pelos movimentos sociais.....	10
A memória do horizonte passado.....	21
CAPÍTULO II. A CONSTRUÇÃO DO TEMPO PRESENTE.....	38
A época da usina.....	38
Mediadores e autonomia.....	45
Configuração atual da terra/moradia/trabalho.....	52
CAPÍTULO III. A VIABILIDADE E A PREVISÃO DO FUTURO.....	69
O momento do recebimento do título definitivo.....	69
Aspectos legais a respeito do processo de emancipação e de titulação definitiva.....	73
A construção da perspectiva de futuro das famílias.....	76
O uso do termo sucessor.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

INTRODUÇÃO

Esta é uma versão retrabalhada da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA/UFRRJ). A partir das questões suscitadas na banca, o material de pesquisa foi rediscutido, tendo em vista a apresentação da pesquisa de campo de forma mais sistemática, evidenciando os elementos que fazem parte da organização do mundo social dos assentados da região de Rio Preto no assentamento Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes. Em que pese toda a dificuldade de realizar tal revisão cuidadosa já cursando o primeiro semestre do doutorado, apresento um produto final com a certeza de alguns avanços na manipulação dos dados e de um relevante engrandecimento pessoal neste percurso. O objetivo desta introdução é apresentar os elementos de construção geográfica de Rio Preto, a partir das categorias dos assentados, além da minha entrada no campo. Ademais, busca-se evidenciar quais foram as questões que orientaram a pesquisa, bem como a justificativa da mesma. Além disso, busca-se explicitar as bases teóricas para alguns termos utilizados na dissertação, bem como a sua estruturação reformulada.

Antes de passar às questões de pesquisa, permito-me uma breve digressão pessoal. O município de Campos, no qual se localiza o assentamento aqui focalizado, faz parte de minha história pessoal. É o município de meu nascimento e de “lugar de morar” quase ininterruptos por mais de 20 anos. Este “lugar de morar” se alternava entre o espaço urbano e o espaço rural, uma vez que a minha família possui terras quase na divisa com um município vizinho, São Francisco do Itabapoana. Desde a infância, questões relacionadas ao gerenciamento da terra me chamavam a atenção, ainda que de forma mais ingênua e menos estranha, analisando as possíveis implicações dos processos que presenciava dentro da minha própria família.

A partir de minha inserção no curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense, tive a oportunidade de desenvolver conjuntamente um projeto de extensão e outra de pesquisa no assentamento Zumbi dos Palmares. A observação do assentado enquanto ator social não idealizado e também a verificação dos vários sentidos atribuídos por eles à conquista da terra começaram a ser objeto de minha indagação de forma transversal aos projetos que participei.

Formulação das questões de pesquisa e usos de termos analíticos

Neste sentido, a questão formulada para dar início à investigação científica que resultou em minha dissertação foi a análise da dimensão geracional dos assentamentos de Reforma Agrária. Muitos dos estudos que são realizados sobre os assentamentos dizem respeito aos processos de formação ou até a análise de várias dimensões, sejam sociais, econômicas, políticas e mesmo a integração destas a partir de diferentes aspectos, no entanto, a partir da situação presente. Sem querer diminuir a importância de tais estudos e pensando em que vivemos em uma realidade onde cada vez é maior o número de assentamentos considerados emancipados no país, resolvi deslocar o foco de minha análise. Desta forma, são duas as principais questões iniciais e motivadoras desta pesquisa. Em primeiro lugar, verificar a presença de mecanismos de reprodução social para a viabilidade do uso da terra e outros bens que se ligam à questão da transmissão do patrimônio familiar e ao processo de sucessão, seja agrícola (ligada à titularidade do lote), bem como a sucessão do centro moral da família em questão. Em segundo lugar, analisar a concepção em torno do uso e da posse da terra, ou seja, a confluência das diversas apropriações pela família da terra, relacionando ao estágio de titulação legal da mesma. A referência às “lógicas de sucessão” foi pensada como uma chave analítica

para compreender de que forma se dava a questão da transmissão intergeracional sob o ponto de vista das famílias. Assim, a questão do processo de herança e, mais especificamente, a sucessão dos lotes dos assentamentos foi trazido à tona como forma de mapear o gerenciamento dos bens da família assentada, com especial destaque para a terra, bem de importante consideração para este rol, ao levar em conta tanto o seu valor mercantil e como ponto de apoio para a reprodução social da família.

Deve ser levado em conta que pode se tornar problemática uma análise que propõe as questões de pesquisa *a priori*, sem antes conhecer o contexto a ser analisado. No entanto, o meu objetivo não foi forçar o enquadramento da figura do “sucessor” à geração mais nova dos assentados, mas sim ter um foco para analisar a dimensão geracional do assentamento em questão. O Novo Horizonte foi pensado como uma referência espacial para observar um processo social, ou seja, as questões de pesquisa não se confundem com o lócus na qual se desenvolve¹. A escolha do assentamento Novo Horizonte foi motivada pelos mais de 20 anos de desapropriação de suas terras, o que aumentaria as chances de verificar processos de transmissão intergeracional em curso, de forma a que fossem observadas a interação entre pelo menos duas gerações no assentamento em questão. Além disso, o assentamento é considerado um dos poucos emancipados no estado do Rio de Janeiro, o que significa dizer que pelo menos, em tese, 70% das famílias assentados possuem o título de domínio definitivo da terra² e também que o assentamento não pode ser mais considerado alvo de políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária. Ademais, o momento atual é marcado pela mudança da condição social dos assentados, quando estes não são mais considerados como tal pelo Estado e passam a ser designados por pequenos produtores ou mesmo pequenos proprietários de terra, já que a partir da emancipação estes perdem o vínculo de estruturação e fiscalização com o INCRA.

Ainda que a análise esteja focalizada eminentemente na família, não é abandonada a dimensão relativa ao trabalho assalariado. Assim, não são reificadas as relações estritamente intrafamiliares, com a valorização do trabalho familiar em detrimento de outras inserções trabalhistas. O recurso ao trabalho assalariado é uma das principais alternativas para a complementação de renda familiar, bem como para a autonomia dos filhos, como será visto adiante. Além disso, o lote de Reforma Agrária é apropriado não como uma oportunidade econômica *stricto sensu*, mas como um elemento na economia moral dessa comunidade.

Ao acionar a chave analítica do “processo de sucessão”, muitas considerações devem ser feitas e serão explicitadas ao longo deste trabalho. Muitos são os estudos que tratam sobre herança e sucessão para as famílias camponesas na literatura antropológica brasileira (WOORTMAN, 1995; MOURA, 1975, CARNEIRO 1998), mas estes não foram estendidos à realidade dos assentamentos de Reforma Agrária. Ao tratar dos assentamentos, o uso do termo

1 Há um trabalho de referência (NEVES, 1997) que tem como campo de pesquisa o mesmo assentamento de Reforma Agrária, analisando especificamente a mudança da condição social dos trabalhadores assalariados da usina Novo Horizonte em assentados. Além disso, Neves (1997) focaliza mais uma das regiões do assentamento (região do Imbé), sendo o Novo Horizonte subdividido também em outra região (Rio Preto), na qual a pesquisa que deu origem a essa dissertação foi desenvolvida, por razões a serem explicitadas adiante. É interessante para o meu trabalho de dissertação ter um estudo de grande investimento sobre o mesmo campo de pesquisa, mas é relevante dizer que o momento desta e as questões do objeto trarão novos elementos a esse contexto.

2 O processo de titulação definitiva consiste na entrega dos documentos que atestem a propriedade do lote, quando o INCRA passa a não ser mais o guardião deste que está em regime de concessão de uso à família assentada. Ao criar um projeto de assentamento, o INCRA concede a cessão de uso à família que é um termo inegociável até dez anos a partir da emissão deste contrato. O título definitivo só pode ser emitido, três anos após a matrícula definitiva no órgão federal responsável pelo assentamento. Outra condição é a existência de infraestrutura básica (estrada, sistemas de abastecimento de água, açude, etc).

“sucessor” e “sucessão” teve que ser cauteloso. A partir das questões de pesquisa supracitadas, deve-se levar em conta qual é o sentido que sucessão adquire em determinado contexto de pesquisa, quais são as orientações/sanções da comunidade a respeito desse processo, de acordo com a sua importância relativa e a relação desta transmissão intergeracional com o processo de apropriação da terra de Reforma Agrária pelas famílias em questão.

Além disso, qual seria o momento de realização do processo de sucessão a ser analisado? Teve-se em mente que o momento que deflagra o processo de sucessão (e também de herança) não está circunscrito necessariamente à morte do titular da terra, mas também a casos de grave enfermidade do mesmo ou também a partir da formação de uma nova unidade doméstica: o casamento dos filhos. Mesmo assim, podem estar jogo vários arranjos de sucessão que, por enquanto, não pressupuseram o afastamento do titular da terra, isto é, arranjos familiares em que está reconhecida a figura do sucessor, mas na qual a autoridade eminente ainda é a do antigo chefe da família, o primeiro titular de terra em Novo Horizonte. O uso do termo sucessor é discutido de forma mais contundente no último capítulo.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a linguagem moral dessa comunidade, tendo em vista o horizonte geracional – qual é o sentido moral do trabalho para a configuração familiar? Quais são as expectativas dos titulares da terra em torno da permanência de seus filhos na terra? Como é construído e organizado o futuro dos filhos e sob quais aspectos? Como a possibilidade de ser proprietário de um lote foi apropriada pela família? Essas questões são pensadas em uma comunidade na qual não há uma ligação patrimonial com a terra, diferentes das comunidades consolidadas de pequenos sitiantes brasileiras que detêm a propriedade de um lote por várias gerações.

Ao longo de minha dissertação, utilizo termos como família, redes familiares, unidade doméstica, núcleo conjugal de referência. O primeiro termo, talvez o mais utilizado alude à configuração familiar, podendo significar tanto a família nuclear ou a mais extensa, como oportunamente explicitado. Com o uso do termo redes familiares pretendo explicitar eventuais ligações entre as unidades domésticas da região, demonstrando os elos de interconexão das mesmas que promovem redes de interconhecimento do tipo familiares. Unidade doméstica é a família formada a partir do momento de um casamento de um filho, ou seja, é a tentativa de circunscrição dos novos laços familiares. Enquanto que o núcleo conjugal de referência são os pais, ou seja, o casal formado geralmente pelo homem titular da terra e esposa que ocuparam o assentamento e fizeram parte do “desmoronar do antigo mundo e início da experiência da Reforma Agrária”, tal como caracteriza Neves (1997a).

A justificativa para a consecução desta pesquisa se apoiou na verificação de que a política pública, no caso os assentamentos de Reforma Agrária, é pensada apenas para uma única geração, o que dificulta enormemente a sustentabilidade tanto social quanto econômica desse empreendimento, que pressuporia uma perspectiva geracional mais ampla. Ainda que o INCRA focalize a necessidade de dotar o assentado de condições objetivas para a permanência no assentamento, na prática, essas condições não são integralmente contempladas e mesmo a unidade de produção familiar ao ser dividida entre mais de uma família nuclear se torna inviável produtivamente em muitas ocasiões. Medeiros e Leite (2004) apontam que os assentamentos no país têm sido criados para cumprir uma lógica de intervenção governamental que não se atenta à viabilidade de infra-estrutura, assistência técnica e sustentabilidade sócio-econômica dos mesmos, privilegiando uma ação pontual sobre as situações de conflito por terra e não uma intervenção coordenada, atenta às necessidades básicas das famílias a serem assentadas. Então, torna-se importante o estudo da lógica de sucessão como um dos momentos em que são acionados os mecanismos de reprodução social das famílias assentadas.

Entrada no campo

A entrada no campo foi dificultada pela falta de contato com lideranças do assentamento em questão, o que foi sendo construído ao longo da pesquisa; mas, sobretudo, foi atrapalhada pelas enchentes que acometeram a região de pesquisa principalmente nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Muitos assentados perderam parte de sua produção, não puderam permanecer em suas casas, o acesso à cidade de Campos ficou bloqueado, já que as chuvas intensas impediram o acesso do transporte coletivo até o assentamento, por conta de interdições das pontes que ligam o centro do município às duas regiões do Novo Horizonte (região do rio Imbé e região do rio Preto). Nesse cenário caótico, minha primeira ida a campo foi postergada até abril de 2009, quando o transporte público foi restabelecido. No entanto, esses primeiros contratemplos na entrada no campo foram imprescindíveis para a formação dos contatos que permitiram uma entrada facilitada no assentamento. Tive a oportunidade de estabelecer contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos – STR/Campos – e com alguns produtores do Novo Horizonte por meio de visitas à Feira da Roça³, realizada no centro do município de Campos dos Goytacazes, semanalmente. Ainda tendo que lidar com a impossibilidade de chegar até ao Novo Horizonte, também entrei em contato com técnicos da EMATER para que me orientassem quanto à existência de um documento oficial que apresentasse o panorama da localidade à época da fundação do assentamento. Constatei que o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) ainda não se aplicava ao Novo Horizonte, uma vez que suas terras foram desapropriadas em 1987, antes da adoção de tal plano.

A procura pela documentação que fornecesse um levantamento inicial básico das famílias aconteceu em janeiro de 2009, assim como o estabelecimento de uma rede de contatos que apresentasse a minha entrada no Novo Horizonte. No entanto, devido a mudanças estruturais no escritório da Empresa de Assistência Técnica do Rio de Janeiro (EMATER), não foi possível ter acesso a tais documentos ainda naquele mês. As intempéries tanto climáticas quanto burocráticas impediam-me de iniciar o trabalho de campo. Eis que em março do mesmo ano, recebo uma ligação da EMATER, dizendo que os documentos que mapeavam, de forma inicial, o assentamento foram achados e estavam à minha disposição.

O fato de ter nascido e passado boa parte de minha formação pessoal e também profissional na cidade de Campos dificultou, em um primeiro momento, o exercício de estranhamento necessário à condução do investimento etnográfico. Transformar a ida ao campo em um ambiente familiar em algo exótico foi um processo que se iniciou ainda na graduação em Ciências Sociais, quando comecei a tomar contato com os assentamentos da região, como mencionado anteriormente de forma breve. No entanto, somente havia trabalhado com assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que têm linguagens e apropriações do espaço próprias, como iria verificar em seguida, em comparação com o Novo Horizonte que teve a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STR-Campos) em sua formação. Desta feita, segundo a minha errônea concepção, a história de lutas por terra no norte fluminense se iniciava a partir da inserção do MST na região, o que provaria estar extremamente enganada. A partir do investimento de campo descobri que ainda que se tratasse da minha cidade natal, as realidades que tinha a oportunidade de presenciar, sobretudo pela grande extensão do município, eram certamente distantes do meu espaço de sociabilidade dentro da minha cidade de referência da infância,

3 A Feira da Roça é uma iniciativa dos produtores do assentamento Novo Horizonte, principalmente da região do rio Imbé. Os produtores desta última região contam com um ônibus da Prefeitura de Campos que leva a produção às terças e às sextas para o centro da cidade de Campos.

facilitando a transformação do familiar (que se revelava menos familiar do que supunha) em exótico. No entanto, algumas categorias e ditos próprios do lugar, quicá da região, às vezes me passavam despercebidos, o que me fez reforçar a vigilância etnográfica sobretudo na etapa da escrita da dissertação. Por outro lado, o conhecimento prévio acerca da dinâmica de concentração fundiária e história agrícola do norte-fluminense foi interessante para me situar na primeira possibilidade de exercitar questões de pesquisa acerca da reprodução social, nomeadamente os processos de herança e sucessão, em assentamentos que pretendo desenvolver em investimentos posteriores.

Desta feita, o primeiro momento de contato com o assentamento foi certamente marcante pelo tempo de espera devido a todos os problemas iniciais que me impediram de chegar até lá. Segundo orientações do presidente do STR da cidade, fui à rodoviária de Campos para tomar um ônibus que me levaria até à região do Rio Preto, onde estão localizadas as fazendas Baiano e Novo Horizonte. Quando lá cheguei, o ônibus da empresa indicada estava se aproximando da rodoviária. Perguntei ao motorista se aquele ônibus passava pelo Assentamento Novo Horizonte. Ele me retrucou dizendo que estava indo para Rio Preto, mas também passava na usina Santa Cruz e me retornou a pergunta indagando onde eu queria ficar. Ao achar que aquela conversa não iria chegar a lugar nenhum, me dirigi às pessoas que o motorista disse que estavam indo para aquela região. Perguntei pelo assentamento Novo Horizonte e ninguém conseguia me dizer se o ônibus passava por lá ou mesmo se o assentamento era para onde o ônibus iria. Por fim, uma senhora me deu um olhar resolutivo e só disse que aquele ônibus estava indo para Rio Preto.

A primeira desconfiança que aquela ocorrência me provocou e que fui constatando ao longo do investimento de campo era que a comunidade de sociabilidade do local não estava fortalecida por meio dos laços criados a partir do assentamento Novo Horizonte. O fato de ninguém denominar o espaço enquanto assentamento parecia ser sintomático de algumas apropriações do lugar anterior à existência da política pública de reforma agrária. Tal realidade não condizia com os outros assentamentos da região organizados por movimentos sociais onde a comunidade foi construída a partir da implementação do assentamento, agregando pessoas de diferentes origens e organizada espacialmente de forma a fomentar o surgimento de uma nova comunidade⁴. Ao longo da pesquisa, iria descobrir que mesmo com o controle por parte da usina dos domínios do trabalho e da moradia (cf. LOPES, 1976), em Novo Horizonte o sentimento de pertença a uma comunidade se manteve mesmo após o fim da mediação da administração da usina. Da união imposta e controlada pelo patrão, subsiste a partir da Reforma Agrária as formas de cooperação e em grande medida a organização espacial do “bairro operário” de Novo Horizonte.

Por um momento, acreditei que a minha entrada no campo estava cada vez mais inacessível. Pensei em desistir daquela tentativa naquele dia, mas ao olhar as pessoas entrando no ônibus, achei melhor tentar, talvez alguém pudesse me ajudar durante a viagem. Ao imaginar como poderia abordar a existência do assentamento de outra forma, lembrei-me de que havia trazido comigo o documento do projeto de eletrificação rural que continha o nome dos titulares beneficiários, relacionados a cada fazenda do assentamento. Comecei perguntando à filha da senhora que abordei ainda na rodoviária se conhecia alguém daquela lista para me ajudar. Ela leu alguns nomes para a sua mãe, mas só consegui alguns sinais negativos quanto ao conhecimento dos mesmos. Foi quando um jovem que estava atrás de mim ouviu o que eu

4 A construção de uma nova comunidade de sociabilidade a partir da implementação do assentamento pode ser constatada a partir alguns trabalhos sobre a região norte-fluminense (ZINGA 2002, 2004; MAIA, 2003 e CORDEIRO, 2007)

estava perguntando e me orientou a procurar o Sr. Wanderley⁵, conhecido como “Wanderley do Abatedouro”, quando chegasse nas “casinhas” em Rio Preto. Ele iria descer um pouco antes, mas me mostraria onde era tal lugar. Ao mesmo tempo, uma menina que também ouvia a conversa (neste momento acredito que havia mobilizado involuntariamente o ônibus inteiro para participar desta discussão) se ofereceu para me mostrar a casa do Sr. Wanderley já que ela desceria justamente naquele mesmo ponto do trajeto.

Finalmente, chegamos a Rio Preto e tive minha primeira imagem do assentamento Novo Horizonte. Havia um espaço vazio em forma de triângulo que tinha como função ser o ponto de parada dos ônibus, denominado marquise⁶, ao redor deste havia algumas casas em duas das faces do espaço, além de uma creche-escola na outra. No lado direito ao alto havia outras casas com construção mais recente e pavimentação. Antes do ponto de ônibus existe um núcleo de assistência jurídica da vila de Morangaba. Pelo que vi, na parte inicial da localidade, existem alguns bares, igrejas, um posto de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e um cartório. Há pelo menos duas pousadas naquela parte do Novo Horizonte, vários telefones públicos e também um posto dos correios. Ao descer uma rua, depois da casa do Sr. Wanderley, havia uma lona de circo e uma padaria que também é um bar com duas mesas de sinuca. Esse lugar é a chamada praça principal. O ônibus seguiu em uma rua lateral, nós descemos dele e seguimos em frente. As casas eram simples e o chão era de terra, com algumas árvores e o som de água do rio Preto ao fundo. Comentei como achei bonito o lugar para a menina que me guiava e ela me olhou com olhar de desdém. E eu enfatizei que estava falando sério. A primeira entrada no lugar com a companhia da minha informante fez evitar olhares desconfiados e me fez mais segura para perguntar pelos assentados.

Após andar mais ou menos mais cinco minutos, chegamos à casa do Sr. Wanderley. A minha informante perguntou por ele, que não se encontrava em casa. Sentadas na varanda vi três mulheres, uma mais nova que as outras com uma criança no colo. O Sr. Wanderley estava trabalhando na roça, foi como elas disseram. Outros aspectos começaram a me chamar a atenção, além da localidade não ser tratada por assentamento também não denominavam a terra da Reforma Agrária “lote”, mas sim “área”, “propriedade” ou “roça”. A nomenclatura “lote” era bastante familiar pela participação em pesquisas no contexto de assentamentos organizados pelo MST, de acordo com as minhas pesquisas feitas anteriormente no norte-fluminense. Além disso, outra diferença observada era que os nomes das antigas fazendas da época do funcionamento da Usina Novo Horizonte eram mantidos como referência pelas pessoas da localidade mesmo depois da existência do assentamento.

A partir da realização positiva da primeira entrada, comecei a observar e conhecer mais sobre as particularidades das vidas de algumas famílias assentadas. A maioria das famílias, assim como em outros assentamentos da região, estava acostumada a intervenções externas de várias ordens, sobretudo dos órgãos do poder público, como o INCRA e também a secretaria de agricultura do município. Por vezes, assumiram que fazia parte de um desses órgãos, mas colocavam-se mais abertos quando os explicava que queriam entender um pouco sobre a história da localidade e sobre a vida das famílias assentadas. Principalmente nos primeiros contatos com as famílias, me perguntaram se traria alguma melhoria em suas condições de vida, uma vez que as intervenções de pessoas “de fora” se davam, em sua maioria, para a

5 Não utilizarei aqui os nomes dos assentados, uma vez que as questões pertinentes à herança e à sucessão são muitas vezes evitadas pelas famílias por revelarem suas rendas e bens.

6 Além disso, o espaço não pode ser considerado uma praça por ser desprovido de arborização, bancos e outros, entretanto é importante que se destaque que o local era um importante espaço de sociabilidade por ser um recorrente ponto de encontro para aqueles que esperavam o transporte público.

construção de algum projeto coletivo para o assentamento ou o repasse de créditos. Houve um certo constrangimento quando tratadas as questões de herança e sucessão, uma vez que envolviam a estimativa de renda da família e também verificar que realizavam outras atividades não necessariamente ligadas ao contexto agrícola. No entanto, o contato com as famílias assentadas foi se desenvolvendo de forma amistosa, construindo relações de maior proximidade com algumas pessoas que me propiciaram entender melhor a dinâmica da reprodução social do lugar, além de agradáveis momentos em Rio Preto. Por outro lado, o contato com os jovens, principalmente os rapazes, era dificultado, porque provavelmente se indagavam sobre o que uma moça praticamente da idade deles estaria fazendo ali com todas aquelas perguntas, por vezes mais íntimas, acerca dos anseios da formação da família e as vontades e possibilidades profissionais.

Depois de meus primeiros momentos no campo tomei a decisão de concentrar os esforços de pesquisa em apenas uma das regiões dos assentamentos, por se tratarem de localidades não contínuas que requereriam um dispêndio físico e periódico ainda maior para abarcar as duas; além disso, a região do rio Imbé tinha sido mais afetada com as enchentes do início do ano de 2009, o que atrasariam ainda mais a possibilidade da condução do trabalho de campo. Desta forma, a região que é focalizada por esta pesquisa é a do rio Preto, composta por duas fazendas: Novo Horizonte, onde estava localizado o parque industrial da usina e Baiano, uma das fazendas de plantação de cana-de-açúcar. Portanto, os trabalhadores se dividiam entre aqueles que trabalham na fábrica, os cortadores de cana e os trabalhadores da administração e entrepostos comerciais (bar, armazém, açougue). De forma geral, os trabalhadores da fábrica possuíam melhores salários, além da oportunidade de “aprender um ofício”, o que é muito valorizado até hoje pelos titulares da terra do assentamento Novo Horizonte.

Assim, a fazenda Novo Horizonte, onde foi realizada a maior parte da pesquisa, ainda possui em sua organização espacial as casas da época da usina, situadas em sua região central, próximo do antigo parque industrial. Atualmente, a localidade conta com a existência de um cartório, padarias, farmácias, um posto de saúde, algumas escolas, como já dito, além de um supermercado. Desta feita, Rio Preto dispõe de uma infra-estrutura básica que muitos dos assentamentos da região norte-fluminense não possuem. No entanto, vale salientar que a localidade não conta apenas com a presença de assentados, mas também de moradores antigos da região que não trabalharam na usina e por isso não reivindicaram terras à época do assentamento e mesmo alguns ex-trabalhadores que não participaram do processo de demandas por terra, além de moradores recentes, com o crescente interesse turístico que a região apresenta. Há ainda a associação de moradores da área considerada “urbana” ou central que não tem a ver com o assentamento, o que denota a existência de dois espaços, ainda que congruentes. Ademais, as terras que compõem o Novo Horizonte naquela região são vizinhas de grandes propriedades da região que empregam a mão-de-obra local para o corte de cana e para cuidar da criação de gado. Além disso, há o deslocamento diário de trabalhadores, especialmente de mulheres, para o perímetro urbano de Campos para desempenharem serviços como empregadas domésticas, balconistas e vendedores. Desta feita, é importante ressaltar que a vida na localidade de Rio Preto não é formada apenas pela produção dos “lotes” ou “roças” dos pequenos proprietários outrora assentados, mas também por outras ocupações que não estão diretamente ligadas à existência do assentamento, uma vez que convivem em um mesmo espaço participantes desta política pública e moradores que não têm ligação com a mesma, diferente de outros assentamentos localizados na mesma região.

Mapa geográfico local

Apresentada a minha primeira entrada no campo, desejo reforçar quais são as categorias locais utilizadas para organizar o espaço geográfico de Rio Preto que serão utilizadas ao longo dessa dissertação. Ainda é usada a designação *usina* para aludir à região central, sendo que a localidade de forma mais abrangente é denominada Rio Preto. Com a implantação da Reforma Agrária na região, a disposição espacial das redes sociais presentes na comunidade – família, vizinhança, amizade – foi mantida por iniciativa dos próprios assentados e são poucas as alusões à localidade como assentamento. Existe de um lado a *usina*, *Rio Preto* e de outro as *terras da Reforma*. Assim, pode-se afirmar que a consolidação de Novo Horizonte enquanto projeto de assentamento é um processo distinto da consolidação da comunidade de Rio Preto, a partir do momento em que é incentivada a permanência do circuito de reciprocidade próximo àquele que existia à época da usina, o que não aconteceu a partir das exigências de dotação de infra-estrutura a partir do empreendimento de Reforma Agrária. Ainda na usina, em uma parte elevada do terreno, estão localizadas as *casinhas*, cerca de 80 casas construídas pela Prefeitura, na década de 1990, quando uma devastadora enchente acometeu a região. Algumas famílias assentadas também possuem *terras de herança*, assim aludidas por eles e que estão, muitas vezes, localizadas próximas às *terras da Reforma*.

Localidades vizinhas e que aparecem no relato dos assentados são Penha, Espigão, Serra. Outra importante referência de localidade vizinha é o assentamento Santo Amaro criado a partir da desapropriação de algumas terras que também faziam parte da antiga usina Novo Horizonte, em 2004. Este assentamento está localizado na estrada de ligação do centro da cidade até Rio Preto, pouco antes de chegar a esta localidade. Representa uma segunda oportunidade de possuir terra na região, como será visto. A usina Santa Cruz, uma das poucas ainda em funcionamento, emprega alguns trabalhadores que vivem em Rio Preto, sendo outra importante referência para estes. Esta se localiza próxima a entrada para a fazenda Novo Horizonte, mas ainda na via principal de acesso ao centro de Campos⁷. Além disso, as duas subdivisões de Rio Preto também são organizadas a partir dos termos que aludem a vida na usina, quais sejam as duas fazendas – Novo Horizonte ou também chamada localidade de Rio Preto e a fazenda Baiano.

Procedimentos de pesquisa e estrutura da dissertação

Os procedimentos de pesquisa englobaram principalmente a realização de entrevistas em profundidade, bem como conversas informais tanto com os titulares da terra, assim como os jovens filhos destes assentados. O intuito foi abarcar o maior número de membros da mesma família extensa, de forma a mapear o gerenciamento dos bens e as perspectivas laborais construídas. Tive contato com 50 pessoas, sendo que os investimentos de pesquisa foram realizados mais de uma vez com os informantes principais. Estes compõem 17 redes familiares que possuem membros presentes principalmente nas fazendas Baiano e Novo Horizonte, no assentamento vizinho Santo Amaro e no perímetro urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. Algumas delas possuem interligações, ou seja, membros de duas redes familiares são aparentados por casamento, por exemplo. Estas incursões ao campo foram realizadas de abril a junho de 2009. O momento de entrega de 19 títulos de propriedade definitiva de assentados não só da região do Rio Preto, mas também da região do rio Imbé realizado na fazenda Aleluia em abril também foi acompanhado, contando com a presença dos líderes das três associações do assentamento, do presidente do STR – Campos e de técnicos do INCRA.

⁷ A criação do assentamento Santo Amaro e a interação da usina Santa Cruz com o assentamento Novo Horizonte será melhor explicitado na segunda seção do capítulo seguinte.

Também foram realizadas entrevistas com o diretor de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento da Superintendência Regional do INCRA no Rio de Janeiro, de forma a mapear os constrangimentos impostos pela legislação agrária federal para os processos de sucessão ainda da existência do assentamento, bem como o procedimento da titulação definitiva das propriedades, entre outros. O presidente da associação dos produtores de Rio Preto, englobando as duas fazendas pesquisadas, foi entrevistado de forma a verificar a existência de uma orientação coletiva da associação para a condução dos processos produtivos e laborais dos pequenos produtores. Além disso, pela importância na organização e implementação do assentamento junto aos ex-trabalhadores da usina, foi entrevistado o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos (STR/Campos), que é assentado da região do rio Imbé e, portanto, pôde fornecer a sua visão dos processos de herança e sucessão, tanto sob o ponto de vista da construção coletiva do assentamento, quanto a partir da experiência de sua própria família.

Segue a explicitação de como foi organizada a dissertação. O primeiro capítulo diz respeito à apresentação de algumas famílias a serem analisadas, bem como de suas experiências passadas, no que tange ao trabalho nas “terras de fazendeiro” e na usina. Na seção anterior desse mesmo capítulo, será evidenciado o contexto de pesquisa trabalhado com os elementos que formam este universo social – a interação entre a produção nas fazendas e usinas, a indústria sucro-alcooleira na região, a emergência de assentamentos de Reforma Agrária. No que tange ao segundo capítulo, o objetivo é explicitar como as famílias que foram assentadas organizam o espaço produtivo e residencial dentro do lote, aliado às inserções profissionais fora do mesmo, isto é, como atualmente está disposta a configuração familiar atualmente. No entanto, antes de realizar essa análise, será explicitado de que forma essas famílias viveram o momento definidor da falência da usina e início da experiência de Reforma Agrária. Por fim, o terceiro capítulo é dedicado à forma como é concebido o projeto de futuro destas famílias assentadas. Para tanto, as perspectivas dos jovens, dos titulares de terra são analisadas, bem como o processo de hierarquização da fratria, o momento do casamento e o reconhecimento da figura do sucessor. O capítulo inicia-se com uma breve descrição do momento de entrega de alguns títulos definitivos, passando por alguns constrangimentos legais a respeito do processo de herança neste assentamento. Na última seção, é discutido o uso do termo sucessor, também é procedida uma classificação tentativa dos sucessores possíveis e quais são as implicações destas figuras na dinâmica intergeracional familiar.

CAPÍTULO I. A REMISSÃO AO PASSADO

O intuito desse primeiro capítulo é apresentar de forma breve as histórias das famílias que atualmente são pequenas proprietárias de terra em Rio Preto, a partir do relato de pessoas que me proporcionaram os primeiros contatos com cada uma dessas famílias. A primeira seção será dedicada ao contexto mais geral de criação do assentamento Novo Horizonte e implementação da Reforma Agrária na região norte-fluminense. Enquanto que na seção seguinte o ponto de partida é a memória dos membros familiares no que tange a eventos relacionados ao passado, tanto o trabalho nas terras de fazendeiro quanto na usina, ou seja, anterior ao processo de assentamento das famílias, denotando de forma tangencial a composição da família e a forma em que hoje estão dispostos os membros familiares no espaço de Rio Preto. A partir desta análise sincrônica, são propostas algumas considerações sobre o modo como analisam as suas experiências passadas.

O norte fluminense - concentração fundiária, o caso do novo horizonte e a emergência da demanda por terra pelos movimentos sociais

Essa seção se dedica a estabelecer alguns parâmetros contextuais para a análise da região norte-fluminense onde está localizado o assentamento aqui analisado, além das “terras de fazendeiro”, o assentamento Santo Amaro e a usina Santa Cruz que também fazem parte do universo social dos assentados de Rio Preto. Desta forma, esse tópico tem como base informações mais abrangentes sobre a criação desses assentamentos e mesmo outros na região, dados acerca de concentração fundiária, a importância da indústria canavieira na região, dentre outros aspectos.

A estrutura agrária do estado do Rio de Janeiro se apresenta concentrada em níveis inferiores aos encontrados no resto do país. No entanto, os índices de distribuição de terras no estado estão longe de poderem ser considerados igualitários, mesmo com mudanças favoráveis que aconteceram nas últimas décadas (SOUZA; PONCIANO e MATA, 2007). A região norte-fluminense, no qual se insere o assentamento considerado para o estudo, é marcada por sua tradicional importância agrícola, sobretudo relacionado ao cultivo da cana-de-açúcar. A partir do início do século XX, o latifúndio açucareiro contribui para a maior concentração fundiária do norte-fluminense, principalmente a partir do advento das usinas. Na década de 1980, dados da EMATER⁸ mostram que a região norte-fluminense contava com quinze usinas de açúcar e álcool com a exploração 185000 hectares para a monocultura da cana-de-açúcar. Em fins desta década, se inicia o colapso da produção açucareira na região e muitas das terras que antes correspondiam às plantações de cana-de-açúcar de propriedade das usinas são desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

A região norte-fluminense é formada por nove municípios: Carapebus, Macaé, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Conceição de Macabu, Quissamã, São João da Barra, Cardoso Moreira e Campos dos Goytacazes, onde está localizado o assentamento Novo Horizonte, nas antigas terras da usina homônima. O estudo realizado por Souza, Ponciano e Mata (2007) parte da premissa que pode ter ocorrido um considerável aumento na concentração de terra, tanto do norte quanto do noroeste fluminense, nos anos de 1972 a 1998, sobretudo pelos impactos negativos das políticas de modernização agrícola que favorecem o investimento nas propriedades de grande porte. No que tange à região norte-fluminense, esta

⁸ Os dados da EMATER apresentados nesta seção se referem aos projetos de implantação do PROCERA no assentamento Novo Horizonte, referentes aos anos 1988, 1991/1992 e 1996.

influência pode ser mais nítida a partir da implantação do Proálcool⁹.

Ao ter como base o ano de 1998, Souza, Ponciano e Mata (2007) demonstram que o índice de Gini¹⁰ para a distribuição da posse da terra é mais elevado no caso dos municípios da região norte do estado do Rio de Janeiro do que o noroeste, com destaque para Campos dos Goytacazes, assim como Macaé e São João da Barra. Para o caso do município de Campos, o percentual de área dos 5 % maiores imóveis corresponde a quase 60% de toda área deste município, o que é considerado um índice bastante elevado. Para os 50% menores imóveis rurais em Campos o percentual que abrangem é apenas 4% da área total. A conclusão de seu estudo não aponta uma correlação explícita entre os índices de desenvolvimento humano e a concentração fundiária, no entanto, para fins do estudo aqui empreendido, é relevante apenas mapear o perfil fundiário da região em questão e demonstrar a alta concentração fundiária característica ao longo do tempo.

Grande parte dos assentamentos formados na região norte-fluminense corresponde ao processo falimentar das usinas. Havia uma interação peculiar entre as fazendas e usinas no município de Campos dos Goytacazes que organizava o mundo social da região até o processo de falência de Novo Horizonte, para o caso aqui analisado. É relevante resgatar os termos que orientavam as posições dos atores sociais no período de trabalho nas fazendas ou nas usinas, porque estes ainda posicionam os assentados, quanto ao uso produtivo do lote, entre outros aspectos. Neves (1997b) expõe que os trabalhadores sociais eram classificados de acordo com a sua inserção na produção de cana-de-açúcar e consequente em sua maior ou menor autonomia em plantadores de cana, como colonos¹¹ e moradores¹². Este processo é analisado pela autora em um contexto de mudanças das atividades agrícolas no norte-fluminense. Tal como se apresentam na pesquisa aqui discutida¹³, os termos mais utilizados pelas famílias assentadas de forma a aludir ao passado são fazendeiros, plantadores “de meia” e moradores¹⁴. Isto porque a base para a discussão aqui colocada é a relação de trabalho desenvolvida entre esses atores e quais as novas relações de trabalho e de autonomia que são instauradas a partir do início da Reforma Agrária. Junto aos fazendeiros também estão situados os usineiros, os polos de controle social dos trabalhadores e também, muitas vezes, de seu “lugar de morar”. Tanto os plantadores “de meia” como os moradores eram responsáveis pelo corte de cana, sendo que os primeiros também dispunham de uma área em que poderiam ganhar uma

9 O Programa Nacional do Alcool ou *Proálcool* foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

10 O índice de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de [distribuição de renda](#) mas pode ser usada para qualquer distribuição. No caso aqui apresentado é usado para medir a concentração fundiária em uma determinada região.

11 “O colonato era uma modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão da terra, das mudas (toletes de cana), dos instrumentos agrícolas para o preparo do solo e com a obrigação de realizar o transporte de cana até às balanças da usina” (NEVES 1997b: 35)

12 Sobre o uso do termo morador, Neves (1997b) explicita que a relação de moradia significava a internalização de regras consensuais de subordinação pessoal ao fazendeiro, constituindo-se da venda da força de trabalho a este por um salário inferior, complementado pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de moradia, criação de pequenos animais, entre outras recursos.

13 O intuito não é reduzir a complexidade do universo social analisado, mas circunscrevê-lo à análise proposta, ou seja, aludir a relação de trabalho das famílias hoje assentadas, seja com os fazendeiros e com os usineiros, em suas múltiplas inserções – morador, plantador “de meia”, trabalhador assalariado.

14 Neves (1997b) explicita que “o termo plantador de cana era mais valorizado nos contextos das lutas desenvolvidas por tais produtores diante das condições adversas de comercialização impostas pelas usinas ou quando reivindicavam a proteção ou a interferência do Estado nos conflitos. [Enquanto que] o termo fazendeiro estava mais referido às relações de produção e trabalho, às unidades de produção” (46) .

porcentagem sobre a produção. Essas duas relações de trabalhadores representam o polo oposto na hierarquia social ao qual podem ser acrescentados lavradores de cana ou alugados ou diaristas. Assim, Neves (1997a) explicita a respeito do polo que representava o poder na relação de trabalho:

o usineiro e os fazendeiros estabeleciam uma divisão social de oferta de recursos referidos a um mesmo sistema de poder. Legitimando-se mutuamente, estabeleciam relações de complementaridade. A fazenda (dos fazendeiros) oferecia uma vinculação primeira para os trabalhadores externos ao sistema de dominação, estágio a partir do qual eles demonstravam a capacidade de um contrato sem vínculo formal, um salário inferior, condições que enalteciam o sistema de recursos oferecidos pela usina. Avaliados pela recusa circunstancial ao direito de reclamar a veiculação formal, por não serem trabalhadores de botar questão, eles obtinham condições necessárias à solicitação de entrada no sistema de trabalho posto em prática na usina. Contudo as fazendas permaneciam o lugar de refúgio ou o ancoradouro a serem buscados, casos os trabalhadores enfrentassem, posteriormente a ruptura do contrato com a usina (161)

Deste modo, como será visto no próximo capítulo, no momento de falência da usina, a partir do rompimento em definitivo deste contrato de trabalho, uma das formas de inserções trabalhistas encontradas foi o trabalho como diarista nas “terras de fazendeiro”. Para tanto, era importante que se mantivesse boas relações com os fazendeiros e com os administradores das mesmas, mantendo-se aquelas que foram construídas de forma concomitante ao trabalho na usina. *“Obter avaliação positiva do usineiro e dos fazendeiros era e é se colocar, sem sombra de dúvida, na posição de trabalhador irrepreensível, exemplar”* (NEVES, 1997a: 163).

Segundo Neves (1997b), os fazendeiros dedicavam-se principalmente à cultura da cana e à criação de gado, criando também aves, porcos, carneiros, cabritos e cavalos, bem como lavouras de subsistência, tais como milho, feijão, café, mandioca, milho. Uma das principais considerações a serem destacadas aqui é a imobilização dos seus trabalhadores permanentes, sob a condição de colono ou morador. Assim como os usineiros também imobilizavam a sua força de trabalho, composta em sua maioria pelos trabalhadores que vieram das fazendas, sejam aqueles que se dedicavam ao corte de cana, trabalhavam no parque industrial ou mesmo se dedicavam a uma atividade na usina, permanecendo como lavrador de cana diarista nas fazendas da região. A combinação de atividades profissionais passou a existir desde o contexto da usina como recurso para o incremento da renda familiar e também conquista de autonomia financeira, no que tange às novas gerações, mantendo-se até hoje, ainda que mais diversificada, também com o mesmo fim. A autora ainda chama atenção para o fato de que muitos dos trabalhadores de fazendas representavam gerações de parentes. Desta forma, a reprodução social das gerações subsequentes estava atreladas às relações de parentesco, à socialização dos filhos e a construção da imagem do “bom trabalhador”. Como será visto nos próximos capítulos a transmissão de valores relacionados ao trabalho para as gerações vindouras também é um traço importante na reprodução social das famílias assentadas. É importante destacar que tanto no que tange à relação de trabalho empreendida nas fazendas, quanto na usina, estava em jogo um relativo isolamento social, uma vez que havia brechas para o trabalho complementar fora do sistema de subordinação, principalmente quando se trata das usinas.

Ainda que a relação de moradia tenha sido extinta, de acordo com Neves (1997b), por um conjunto articulado de fatores, quais sejam – as alternativas criadas pela mecanização do trabalho, o uso extensivo do solo para a cultura da cana, as dificuldades de manutenção do pagamento de salário inferior ao mínimo e não reconhecimento de vínculo empregatício, ainda no contexto da usina pode ser verificado um recurso de imobilização do trabalho que

caracterizou o processo de Reforma Agrária como a “libertação” dos trabalhadores. O principal problema relacionado a esta relação de moradia era a vinculação do “lugar de morar” à terra da usina, isto é, a impossibilidade para a maioria dos trabalhadores não possuir pelo menos o espaço residencial desconectado da relação de trabalho desenvolvida com o usineiro. Isto mesmo depois de serem acessados os direitos – acesso a carteira assinada e salário mínimo¹⁵, décimo-terceiro, férias e repouso remunerado.

Outra relação social relevante para a abordagem da região norte-fluminense é a relação entre os pequenos fornecedores de cana e os usineiros. De acordo com Neves (1997b), os segundos viam os primeiros como um entrave ao desenvolvimento da região, o pretexto para o projeto de concentração agrícola e industrial que lideravam. Por vezes, ocorreram boatos entre os pequenos fornecedores de que a Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) impediria a comercialização de menos de 100 toneladas de cana-de-açúcar. Nesse cenário, os pequenos produtores representavam 86% dos produtores, embora só produzissem 15 a 20% do total de das canas. A importância política desses produtores favoreceu a reivindicação de acesso aos programas para a incorporação do novo patamar tecnológico.

As famílias atualmente assentadas que eram pequenos fornecedores de cana antes do processo de Reforma Agrária foram geralmente aquelas que possuíam uma “terra de herança”, isto é, um pequeno pedaço de terra que já era de propriedade da família. Enquanto que a maioria das famílias assentadas entrevistadas por esta pesquisa engrossam o quadro dos trabalhadores assalariados que apenas dispunham de sua força de trabalho para empregá-la no corte de cana, no trabalho fabril ou na combinação dos mesmos. Para os trabalhadores que dispunham de uma terra de família ou mesmo uma casa própria, de acordo com Neves (1997b), “morar no que é meu” era associado à liberdade, à autonomia e consequentemente à não sujeição ao patrão. Além disso, “morar no que é meu” era uma das explicações públicas de que a construção dos futuros do filho não dependeria de uma relação de dependência, como anteriormente. Verifica-se desde o passado desses trabalhadores a preocupação com a autonomia e também com a transmissão geracional de valores associados à autonomia e a liberdade que serão passíveis de serem alcançados com maior estabilidade pela maioria das famílias trabalhadoras das fazendas e da usina em Rio Preto a partir do início do processo de Reforma Agrária.

O processo de desapropriação da Usina Novo Horizonte ocorrido no ano de 1987 privilegiou o assentamento dos seus ex-trabalhadores que ainda permaneciam na região à época. Ademais, os assentados relatam que lhes foi concedida a possibilidade de escolher a terra à qual iriam permanecer assentado com a sua família, no caso da região do Rio Preto. Essa possibilidade deve ser levada em conta, uma vez que as interações de sociabilidade em muitos dos casos puderam ser mantidas, ou seja, forma mantidos os laços de vizinhança e a proximidade entre pessoas aparentadas. Desta forma, a ajuda mútua entre as famílias foi favorecida no assentamento, permitindo a formação de novas unidades domésticas, ainda que com o trabalho conjunto no espaço produtivo.

15 Como foi explicitado anteriormente, uma das principais formas de controle do salário mínimo dos trabalhadores na usina era a centralização da compra de bens de consumo no armazém da usina.

MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

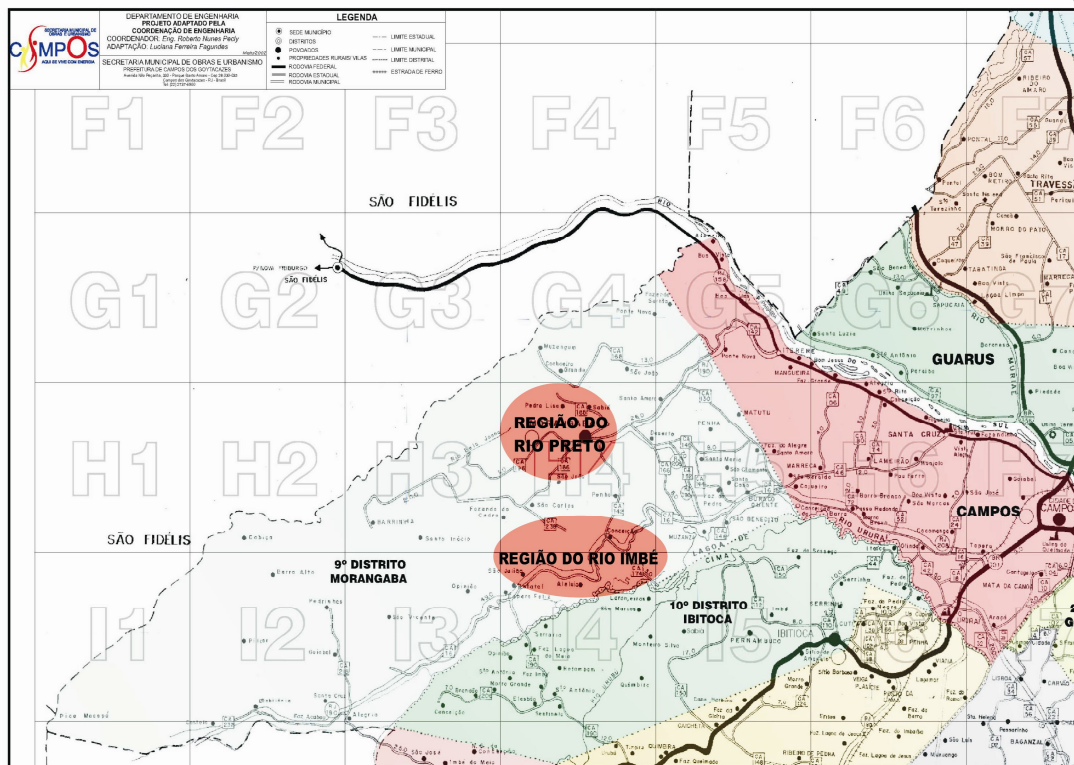
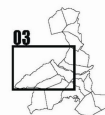


Figura 1 - Mapa de localização geográfica do assentamento Novo Horizonte
Fonte: Site da Prefeitura de Campos¹⁶

O assentamento Novo Horizonte está localizado no Distrito de Morangaba, o nono distrito do município de Campos dos Goytacazes, possuindo mais de 4000 hectares de terra, sendo que apenas 2820 são agricultáveis distribuídos em fazendas não contínuas (EMATER, 1996). A usina homônima era uma das menores da região, mas foi considerada importante por adotar reorganizações produtivas advindas do processo de modernização. Mesmo assim, durante a década de 1980 o seu funcionamento foi precário e descontínuo. O usineiro proprietário de Novo Horizonte teve dificuldades para sanar as dívidas contraídas com o Governo Federal para a modernização dos equipamentos industriais, atrasando os salários dos trabalhadores a partir de 1983. Em 1985, o proprietário entrou na Justiça com um pedido de auto-falência, interrompendo definitivamente as atividades da usina. Em março de 1987, as terras da Usina Novo Horizonte foram desapropriadas pelo decreto nº. 94128/97 (NEVES, 2004). À época da implantação do assentamento, cerca de 300 famílias participaram do processo, sendo que 250 destas eram antigos moradores e ex-trabalhadores da usina e 50 famílias foram agregadas segundo critérios dos técnicos do INCRA. Este era considerado, em fins da década de 1980, o maior assentamento do estado, tanto em termos de abrangência da

¹⁶ Disponível em: www.campos.rj.gov.br

área física, quanto em capacidade de assentamento de famílias. Neves (1997a) centra a sua análise em um processo de mudança que é operado pela criação do assentamento, qual seja o de mudança da posição social dos trabalhadores assalariados da usina para pequenos produtores agrícolas. Várias instituições concorreram para a mediação entre os trabalhadores e a usina, dentre elas a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) que junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes encaminharam o processo de reivindicação da transferência da propriedade agrícola da usina para os assentados.

A liberação de terras dos proprietários da antiga usina Novo Horizonte por meio da desapropriação das terras para o processo de Reforma Agrária também deu origem a outro assentamento recentemente. Santo Amaro está localizado a sete quilômetros da localidade de Rio Preto e foi criado também a partir da desapropriação de um total de 584 hectares de terra das fazendas Santo Amaro e Companhia no ano de 2005, com a ocupação de 37 famílias inicialmente. É relevante notar que as pessoas da localidade e também os próprios assentados de Novo Horizonte se referem a Santo Amaro como assentamento, enquanto o Novo Horizonte não seria assim representado, subsistindo a antiga organização espacial da usina, uma vez que grande parte dos assentados da fazenda Novo Horizonte¹⁷ ainda moram nas antigas casas e têm as suas terras em lugares próximos ou não.

Algumas diferenças podem ser observadas no processo de criação deste assentamento se comparado ao Novo Horizonte. Ainda que também tenha contado com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STR-Campos), houve um período de ocupação das terras em questão. Por outro lado, uma semelhança apresentada com o caso do assentamento Novo Horizonte é a ocupação das terras por pessoas consideradas “da região”. Neste sentido, foi uma segunda oportunidade para os não-sucessores¹⁸ das terras de Novo Horizonte terem a propriedade de uma pequena gleba em regime de economia familiar, diminuindo a pressão da necessidade de fragmentação da terra ou inviabilidade do espaço produtivo, a partir do momento em que se usa a terra para abrigar um número maior de grupos domésticos.

Outra semelhança verificada no processo de criação do assentamento Santo Amaro foi a possibilidade de demarcação da terra feita pelos próprios assentados, cabendo ao INCRA o papel de formalização do parcelamento da terra, embora isto não tenha acontecido até hoje. Até mesmo algumas famílias, nas quais os sucessores já estavam sendo preparados para a permanência na terra, viram no Santo Amaro a possibilidade de anteciparem a posse, escapando à autoridade paterna que se verificava ao longo de sua vida.

Sobre a população de Novo Horizonte, esta não representa nem 5% da população total do município de Campos. Segundo dados da pesquisa sobre os impactos dos assentamentos no Rio de Janeiro, os assentados de Novo Horizonte provêm quase na sua totalidade do município de Campos do distrito onde se localiza o assentamento, sendo que a maioria jamais deixou de morar ali. No que tange ao processo de estabilização do assentamento, 90% das famílias assentadas estavam no local há mais de cinco anos quando foi realizada a pesquisa¹⁹. Medeiros e Leite (2004) também apontam que ao comparar a área do projeto de assentamento Novo Horizonte em relação à área do município de Campos dos Goytacazes, há uma participação muito baixa na conformação da área do mesmo. Há de ressaltar o fato de que esse município é o maior do estado do Rio de Janeiro. No entanto, após a criação do assentamento Zumbi dos Palmares, houve um aumento considerável das áreas dos projetos de assentamento,

17 Os assentados da fazenda Baiano moram em seus lotes, uma vez que esta é distante da região central do antigo parque industrial da usina Novo Horizonte.

18 Para o uso do termo “sucessor” e a discussão das lógicas de sucessão, ver o terceiro capítulo.

19 Dados referentes ao ano de 1997

em relação à área total do município, indicando o potencial transformador da reforma agrária, de acordo com os autores. Ao considerar o estrato de tamanho na qual se insere os lotes dos assentados, verificou-se que o assentamento Novo Horizonte representa 16,15% da área ocupada em Campos pelos estabelecimentos de estrato 0 a 20 hectares.

O assentamento está subdividido em duas principais regiões que distam cerca de 10 km entre si: a região do Imbé que engloba as fazendas Aleluia, Cambucá, Batatal e Conceição do Imbé, totalizando uma área de 1885 hectares. A região do rio Preto que corresponde às fazendas Novo Horizonte e Baiano²⁰ compreende uma área de 1500 hectares (EMATER, 1996). Essa divisão foi adotada tanto pelos técnicos extensionistas da EMATER à época do financiamento dos créditos rurais, como é utilizado pelos próprios assentados de Novo Horizonte para diferenciar aqueles que moram no Imbé e em Rio Preto, seja nas fazendas Baiano ou Novo Horizonte, enfatizando a distância entre as duas regiões em questão, apesar de haver redes de conhecimento mútuo entre as mesmas.

No que tange aos recursos naturais, a região do Imbé conta com uma importante área de proteção ambiental do estado do Rio de Janeiro: a Área de Proteção Ambiental (APA) do Desengano, considerada um dos últimos refúgios ecológicos da região do norte fluminense. Há um grande potencial hídrico na região do rio Imbé e seus afluentes. O mesmo acontece na região do rio Preto, permitindo uma razoável vazão de água para a localidade em questão. As antigas casas dos trabalhadores construídas ainda à época da usina, localizadas na fazenda Novo Horizonte, sempre dispuseram de água encanada. A região do rio Preto foi mais desmatada, em comparação com a região do rio Imbé, primeiro para a exploração de madeira e implantação da lavoura cafeeira e, posteriormente, para a implantação da monocultura de cana-de-açúcar com a usina Novo Horizonte. O relevo para o assentamento como um todo é predominantemente montanhoso, diferente da maior parte do município de Campos dos Goytacazes. Desta forma, foi estimado pela EMATER que mais de 60% das terras agricultáveis da região do rio Preto apresentam aptidão para culturas perenes ou semiperenes e que o restante das terras agricultáveis destinam-se ao cultivo de lavouras anuais (milho, feijão, arroz, mandioca, etc). No que tange à região do rio Imbé esta apresenta maior riqueza seja dos fatores climáticos, hídricos e mesmo de topografia. Desta forma, cerca de 45% de suas terras agricultáveis podem ser destinadas ao cultivo das lavouras anuais, o que resulta em um maior volume da produção comercializável, se comparada com a outra região do mesmo assentamento (EMATER, 1996).

Segundo os dados da EMATER, o perfil das famílias assentadas tanto nos anos de 1991/1992 quanto de 1996 correspondia a uma média de seis membros familiares por unidade considerada, sendo quatro pessoas a média em relação à força de trabalho. Os dados de 1991/1992 mostram ser bastante significativa a população jovem do assentamento, uma vez que mais de 28% da população assentada tinha entre 15 e 30 anos, o que justifica a condução de estudos que levem em consideração as condições de reprodução social dos jovens filhos de assentados. Para o ano de 1996, os dados indicam que essa tendência não muda tanto, mantendo praticamente a mesma porcentagem. Segundo Medeiros e Leite (2004), 80% dos titulares de terra trabalhavam somente no lote, enquanto 20% destes combinavam atividades no lote e fora deste, geralmente o trabalho assalariado nas usinas e fazendas próximas, como forma de complementação de renda. Ademais, 85% dos responsáveis pelo lote desenvolviam

20 Há ainda uma terceira fazenda nesta região que estava sob litígio: Rego D'Água. Esta fazenda é objeto de um processo no qual os autores reivindicam sua propriedade adquirida em um leilão de bens da Usina Novo Horizonte. No entanto, esse processo foi considerado improcedente, uma vez que a arrematação é suspeita. (PINHEIRO 2009)

atividades ligadas à agricultura e à pecuária, sendo que 3,8% desenvolviam atividades apenas não-agrícolas e combinavam ambas as atividades para o caso de 11,2% dos titulares. Há uma efetiva sazonalidade da mão-de-obra considerada característica do município de Campos dos Goytacazes, uma vez que os produtores em questão sempre buscaram o complemento da renda familiar com o trabalho temporário em fazendas de terceiros e em usinas em funcionamento na região. Medeiros e Leite (2004) destacam o beneficiamento de produtos, tais como a produção de farinha, queijo e doces, principalmente para a venda na Feira da Roça.

No que tange à escolaridade dos assentados, aproximadamente 15% dos assentados declararam ser analfabetos, sendo que o maior índice é para a população com mais de 30 anos - mais de 75% do total de analfabetos (EMATER, 1996). Tais dados demonstram que a geração dos trabalhadores da usina, atualmente os titulares de terra no Novo Horizonte, teve poucas oportunidades de completar o processo de educação formal. Atualmente, na área de influência do assentamento, estão localizadas cinco escolas, sendo que duas atendem principalmente a área de Rio Preto, ministrando aulas até a oitava série. Dados da EMATER (1988) ainda da época da implantação do assentamento apontam que havia um distanciamento considerável da escola em relação à comunidade, uma vez que o modelo que esta apregoava exprimia valores essencialmente urbanos. No entanto, mais de 68% das famílias entrevistadas valoraram de forma positiva o acesso à educação a partir da implantação do assentamento (MEDEIROS e LEITE, 2004).

A área média dos lotes que são explorados por cada família corresponde a 10 hectares, sendo que a área mínima de um lote no assentamento Novo Horizonte é um hectare²¹. Os produtores do assentamento se organizaram inicialmente em uma única associação, cuja fundação aconteceu no ano de 1988. No entanto, atualmente eles estão organizados por meio de três associações, uma que atende os assentados da região do Rio Preto e duas localizadas na região do rio Imbé, uma que corresponde às fazendas Aleluia, Cambucá e Batatal e outra à fazenda Conceição do Imbé. Estas associações não têm fins lucrativos, tendo como objetivo principal organizar os produtores para encaminhar demandas coletivas, principalmente atividades econômicas de caráter comum (EMATER 1996). O assentamento recebe apoio da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para o preparo dos solos com a disponibilização do maquinário necessário e transporte para a comercialização da Feira da Roça para os produtores da região do rio Imbé.

A partir dos dados da EMATER, as principais culturas do assentamento no ano de 1991/1992 são o milho, feijão e aipim nesta ordem de importância. Relativo ao ano de 1996, a cana-de-açúcar aparece em destaque, uma vez que muitos produtores passam a fornecer a sua produção para as usinas ainda em funcionamento na região, assim como se mantêm importantes as culturas do milho e da mandioca. Desta forma, fica evidente que as culturas de cereais sempre foram o eixo de sustentação do processo produtivo no assentamento Novo Horizonte. Também destacadas pelo volume de produção, estão as culturas do feijão, banana e laranja, além da criação de gado leiteiro para a venda do leite e a produção artesanal de queijos, explicitando uma diversificação da produção a partir da Reforma Agrária. É importante destacar que, a partir da pesquisa realizada, os produtos cultivados no assentamento possuem duplo valor estratégico: destinam-se à comercialização na região, além de compor a dieta dos assentados que se torna mais rica a partir do início do assentamento Novo Horizonte.

O objetivo do projeto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

21 Para o caso da região do rio Preto, a área média dos lotes é ainda menor, estando em torno de 5 hectares, segundo o presidente da associação daquela região.

(PROCERA) implantado por três vezes no assentamento Novo Horizonte era construir e melhorar as habitações dos assentados, assim como implantar culturas permanentes e criações para o fortalecimento e estabilização econômica dos pequenos produtores, consolidando o processo de fixação das famílias no assentamento em questão (EMATER 1988; 1991/1992; 1996.) É grande o mercado consumidor influenciável pelos mesmos, uma vez que a produção de alimentos para a cidade de Campos dos Goytacazes, sempre foi colocada em segundo plano pelos vultuosos investimentos históricos na monocultura de cana-de-açúcar. Além disso, este mercado interno não é completamente abastecido pelos municípios circunvizinhos. Em que pese também a situação espacial privilegiada do município que está localizado entre duas capitais importantes da região sudeste e que concentram grande contingente populacional: Rio de Janeiro e Vitória. Cerca de 210 produtores foram contemplados com pelo menos duas linhas de crédito PROCERA, com montantes totais que variaram de 2000 a mais de 5000 reais em investimentos, contemplando projetos destinados à criação de pequenos animais e de gado de leite, culturas permanentes, aquisição de ferramentas e insumos, ampliação das casas, projetos para construção de casas de farinha, entre outros. Medeiros e Leite (2004) salientam que a condição de assentados foi fundamental para o acesso aos recursos creditícios, o que em grande parte dos casos ocorreu pela primeira vez. Segundo os autores, os dados do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) indicam que para o caso do Novo Horizonte o crédito para o ano de 1997 representou mais de 12% do financiamento rural, um índice alto se levarmos em conta a localização deste assentamento em um município onde o setor sucroalcooleiro ao longo do tempo sempre uma fonte considerável na captação de recursos.

As duas principais vias de acesso ao assentamento estão localizadas na região do Rio Preto, a partir da pedreira Iteraré (RJ 158) e outra na região do rio Imbé que margeia a Lagoa de Cima atingindo a mesma rodovia supracitada pela Usina Santa Cruz, ainda em funcionamento e que emprega temporariamente considerável contingente de assentados do Novo Horizonte. A distância do assentamento em relação ao centro da cidade de Campos dos Goytacazes é de aproximadamente 50 quilômetros. No entanto, essas estradas estão constantemente em situação precária, devido tanto às enchentes periódicas que atingem, sobretudo, a região do rio Imbé pela proximidade à Lagoa de Cima, quanto ao contínuo fluxo de caminhões de transporte da cana de açúcar. Há a ligação por meio do transporte urbano coletivo de cada uma das regiões com o centro da cidade, no entanto, não há uma ligação entre as duas regiões do assentamento, o desfavorece uma ação conjunta, mesmo se tratando de um mesmo empreendimento de Reforma Agrária.

As casas dos ex-trabalhadores da usina localizadas na fazenda Novo Horizonte estavam em situação precária quando da desapropriação das terras em questão. Medeiros e Leite (2004) apontam que para 52% dos assentados de Novo Horizonte, as condições de moradia não se alteraram ou mesmo ficaram piores²². Algumas casas foram construídas nos lotes de Reforma Agrária, principalmente pela distância, muitas vezes, entre estes e a região central de Rio Preto. De acordo com a EMATER (1996), as primeiras casas nas roças construídas foram feitas com *stuck*, um preparado de argamassa de argila e água fixada sobre uma estrutura de bambu com uma cobertura de sapê, em um piso de solo compactado. Há cerca de cinco anos, foram construídas 80 casas na região central do antigo parque industrial da extinta usina, a partir de uma enchente devastadora que acometeu a região. A construção destas foi realizada pela Prefeitura que, além disso, cedeu o material, e também pavimentou as ruas para o seu acesso.

22 A grande parte dos assentados se queixa da inexistência do acesso ao crédito especificamente destinado à moradia.

Quanto ao impacto relacionado ao emprego a partir da implementação do assentamento Novo Horizonte, vale mencionar que os postos de trabalho desse assentamento representam mais de 5% do total no município de Campos. Ao comparar a geração de empregos diretos pelo assentamento (890 ocupações), com a época em que a usina estava em funcionamento (400 postos de trabalho), fica evidente o impacto positivo do assentamento, sendo capaz de gerar mais do que o dobro de ocupações (MEDEIROS e LEITE, 2004).

Ainda que no que tange à indústria canavieira na região, atualmente a Usina Santa Cruz é uma das poucas ainda em funcionamento no norte-fluminense, distando cerca de 15 quilômetros do centro de Campos dos Goytacazes e cerca de 28 quilômetros do distrito de Morangaba.. É a que está localizada mais perto do assentamento Novo Horizonte, a partir da entrada para as fazendas Baiano e Novo Horizonte que formam a região do rio Preto. A usina conta com uma infra-estrutura, ainda que precária, para atender os trabalhadores e suas família, com algumas casas, escolas de primeiro ao nono ano do ensino fundamental e pequenos estabelecimentos comerciais (supermercados, padarias, bares). Alguns jovens assentados de Novo Horizonte se deslocam diariamente até a usina Santa Cruz para estudar. No entanto, esse não é o único deslocamento diário até esta área. Muitos assentados são trabalhadores do corte de cana ou da fábrica desta usina em questão, o que se configura em uma possibilidade de empregar o *ofício* aprendido à época do trabalho na usina de Novo Horizonte ou mesmo aprender um novo *ofício*.

No que tange aos assentamentos criados mais recentemente na região norte-fluminense, afirma-se que a estrutura fundiária da região chamou atenção dos dirigentes do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Estes realizaram em 1997, a primeira ocupação do movimento na região no Projeto de Assentamento (PA) Capelinha em Conceição de Macabu. Logo após foi realizada a segunda ocupação do MST na região, especificamente no município de Campos dos Goytacazes, para a criação do PA Zumbi dos Palmares, cujas terras foram desapropriadas ainda em 1997. De acordo com Zinga (2002), houve uma tentativa de neutralização do movimento na região, com o assentamento de famílias no Zumbi dos Palmares que faziam parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana e também ex-trabalhadores da Usina São João, que anteriormente se localizava nestas terras que foram desapropriadas. Neste sentido, Pedlowski et al (2007) evidenciam que o papel do INCRA não corresponde a de mero executor da política pública da Reforma Agrária, tendo importante influência na configuração na organização política e na distribuição espacial dos lotes do assentamento referido. Pode-se verificar que para o caso da região norte-fluminense, as principais organizações que participaram do processo de demanda por terra foram, além do MST acima citado, também o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos (STR/Campos): o primeiro sindicato de trabalhadores rurais organizado no país, além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a participação das lideranças locais e também outras influências diretas ou indiretas.

Vários estudos realizados sobre os assentamentos da região norte-fluminense demonstram que tem sido baixa a taxa de desistência e abandono dos lotes, apesar das dificuldades encontradas pelas famílias assentadas, tais como a monopolização dos canais de comercialização pelos atravessadores (ainda que estejam sendo desenvolvidas estratégias que favorecem à construção de outras alternativas), a falta de acompanhamento e planejamento técnico para o pagamento dos créditos referentes às culturas existentes, falta de infra-estrutura básica (pavimentação de estrada, captação de água, etc), entre outros (PEDLOWSKI; VIEIRA e ZINGA, 2000; MAIA 2003; ZINGA 2002 e 2004). Também é importante salientar que houve uma “evolução patrimonial” das famílias assentadas que passaram a dispor de um maior número de utensílios domésticos, a partir de sua inserção nos assentamentos de Reforma

Agrária, representando uma melhora na qualidade de vida dessas famílias (PEDLOWSKI et al 2007). Segundo estes autores, a explicação para as diferentes mensurações possíveis do sucesso do empreendimento da Reforma Agrária no norte fluminense, a partir de um conjunto de variáveis indicativas, está na confluência de alguns fatores de ordem sócio-econômica. Alguns destes seriam os mecanismos de auto-financiamento para as famílias assentadas, tais como o acesso à aposentadoria de um dos membros da rede familiar ou de membros familiares que permanecem trabalhando no perímetro urbano. Tais mecanismos contribuem para a viabilidade e permanência dos assentados no campo. Há ainda trocas de mão-de-obra entre familiares de uma mesma rede ou membros de outras redes as quais os assentados têm acesso: vizinhança, assentamentos vizinhos ou mesmo as religiosas. Ademais, é importante salientar a iniciativa dos assentados para a viabilização de feiras semanais que promovem o escoamento da produção, aumentando suas rendas mensais e burlando os canais monopolizados pelos atravessadores. A Feira da Roça que é realizada semanalmente na região central da cidade de Campos dos Goytacazes foi uma iniciativa dos produtores do assentamento Novo Horizonte. Existe também outra feira realizada na cidade por iniciativa dos assentados: a feira orgânica dos assentados do norte fluminense, que acontece duas vezes por semana, sendo que uma delas tem o apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) sendo realizada em seu campus.

É ainda relevante salientar que houve uma mudança na direção da reivindicação de demandas entre o poder público e os assentados no norte-fluminense. Para o caso específico do assentamento Zumbi dos Palmares, Pedlowski et al (2007) evidenciam que, anteriormente, as demandas eram dirigidas especificamente ao INCRA e, a partir dos estudos realizados, pôde-se constatar que elas passam a ser dirigidas aos órgãos municipais e estaduais e até mesmo as associações de produtores presentes dentro do assentamento. Ainda assim persiste uma desconfiança em relação a alguns mecanismos de organização comunitária. Isto se deve a entraves na criação destas organizações, já que muitas surgem como exigência formal para o repasse dos créditos federais e menos no que tange à importância dessas instâncias de participação para a condução da vida das famílias assentadas.

Retornando aos dados quantitativos relativos à realidade do estado do Rio de Janeiro, segundo dados do INCRA, 68 projetos de assentamento foram criados até junho de 2009, o que corresponde a uma área desapropriada de mais de 120 mil hectares de terra. Estes projetos estão em diferentes estágios, desde o pré-projeto de assentamento até à fase de consolidação/emancipação. Desses assentamentos, vinte e um estão localizados na região norte-fluminense, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, o que engloba dez dos assentamentos em questão. O Novo Horizonte é um dos mais antigos daqueles existentes na região norte-fluminense, a sua desapropriação data de 1987, sendo que o mais antigo, que teve as suas terras desapropriadas ainda no mesmo ano, foi o PA Imbuuro, localizado no município de Macaé. Todos os outros 19 assentamentos tiveram as suas desapropriações realizadas a partir de 1997, sendo que a maioria destes projetos teve suas terras desapropriadas a partir do ano 2000. Destes assentamentos em questão, dez são considerados apenas criados e oito deles estão em fase de estruturação, etapa posterior à criação, segundo critérios adotados pelo INCRA²³. De acordo com os dados obtidos o Novo Horizonte é considerado um dos únicos assentamentos emancipados do estado do Rio de Janeiro. O processo de consolidação procede ao de emancipação, de forma a garantir a sua sustentabilidade social. No entanto, na prática, ambos os processos correspondem ao momento em que o assentamento, em tese, já

23 Dados obtidos através do Relatório 0227 da Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT – Superintendência Regional do estado do Rio de Janeiro

está dotado das condições de infra-estrutura necessárias, de forma que o INCRA passa a não mais mediar os investimentos no mesmo e também não mais fiscalizá-los.

A memória do horizonte passado

As famílias de Rio Preto sempre se remetem aos lugares de morada²⁴ anteriores quando indagados sobre o seu passado na região. Estes estavam associados ao trabalho nas terras de fazendeiros, antes mesmo da existência da usina. A primeira família que pude ter contato em Novo Horizonte é a do sr. Wanderley. Ele mora atualmente na antiga região fabril da usina com uma filha solteira, na mesma casa que morava na época do funcionamento de Novo Horizonte. Na casa ao lado moram a sua filha casada, o seu genro, uma neta de 15 anos e um neto de 10. Em uma das *casinhas*²⁵ moram seu outro filho com a esposa. Um dos filhos do sr. Wanderley que cuidava do açougue, um dos bens da família que fica localizado na *usina*, faleceu. Com isso, outro filho do sr. Wanderley teve de assumir o lugar do irmão, eventualmente contando com a ajuda da fratria.

A existência do açougue está diretamente ligado à história do sr. Wanderley dentro da usina. Ele sempre trabalhou nesta atividade, nunca na parte fabril ou mesmo no corte de cana. Ele comenta que eram abatidos cerca de 10 bois por semana no açougue da usina e que vendiam algumas galinhas também. Aqueles que trabalhavam próximos ao escritório da antiga usina ou nos estabelecimentos comerciais da mesma, isto é, o bazar, o açougue, bar ou na pensão podiam ser considerados como “trabalhadores de confiança”. Esta posição na hierarquia do trabalho, que em ordem crescente aludia aos trabalhadores do corte-de-cana, os trabalhadores fabris e aqueles ligados às administração ou aos estabelecimentos comerciais; aliada à boa reputação e prestígio com o dono da usina garantia uma posição diferenciada. O sr. Wanderley relata que ele era considerado um “trabalhador de confiança” pelos usineiros. Isto garantia que “*nada faltasse dentro de casa*”, ao mesmo tempo em que era confiado a ele e a sua falecida esposa o cuidado dos filhos dos usineiros durante viagens de negócios. Desta forma, ele indica que “ser de confiança” era o que havia de mais importante para ele. Além disso, ele tratava os usineiros pelo primeiro nome, ao contrário da maioria dos outros trabalhadores. Em seu relato, o Sr. Wanderley exalta ainda as qualidades como bondade e honestidade do patrão.

Segundo sr. Wanderley, cerca de 600 empregados moravam na antiga fazenda Novo Horizonte. Havia dois tipos de ficha na usina, uma verde que correspondia ao funcionário que era clandestino, ou seja, não tinha carteira assinada e a ficha vermelha que era o do “fichado” com a documentação correta. Na época do funcionamento da usina, os produtos necessários para a vida dos trabalhadores rurais vinham, exclusivamente, do bazar de uma das donas do Novo Horizonte, onde eram vendidos desde artigos alimentícios até bens de consumo duráveis. Os bens fornecidos no bazar eram comprados no município de Campos dos Goytacazes e nos arredores. Desta forma, os trabalhadores da usina efetuavam suas compras a partir de débitos diretos em seus rendimentos mensais futuros, podendo ainda parcelar a compra de materiais mais caros. De acordo com os ex-trabalhadores da usina, o pagamento do décimo terceiro salário e das férias não era usado para sanar possíveis dívidas das prestações atrasadas sem a consulta prévia aos trabalhadores. Mesmo assim, alguns ex-trabalhadores

24 O termo morada, nesta passagem, é utilizado pelos próprios assentados para aludir ao seu passado.

25 O termo designa uma área elevada de Rio Preto, onde foram construídas 80 casas para os trabalhadores que perderam as suas moradias em uma grave enchente que acometeu a região na década de 1990, como mencionado na introdução.

exaltam as facilidades do acesso aos bens necessários sem necessitar ir à cidade como uma vantagem. Por outro lado, outros questionam a qualidade das mercadorias e, além disso, a impossibilidade de comprar fora dos limites da usina, favorecendo o isolamento social dos mesmos e o controle exercido pelo usineiro de todas as esferas da vida dos trabalhadores.

Após a falência de Novo Horizonte, o filho do sr. Wanderley decidiu continuar o *ofício* que aprendera com o pai. A família recebeu um lote pelos anos de trabalho do sr. Wanderley, que é aposentado pelo estabelecimento, sendo que à época foi pleiteado apenas um pedaço de terra, uma vez que todos os filhos ainda eram solteiros. Ele lamenta o fim da usina, nas suas palavras: “*A minha família estava melhor quando a usina funcionava. O sujeito estava empregado, recebia salário família*”.

Mais próximo à *marquise*²⁶ da região central da antiga usina vive a família do sr. Olavo. Ele mora na antiga casa da usina com dois filhos de seu segundo casamento, com idades de 20 e 12 anos. Os pais dele trabalharam em “terra de fazendeiro” antes de vir morar na usina. Geralmente, os trabalhadores fazem alusão tanto à morada na terra dos fazendeiros, quanto ao trabalho na usina, nessa perspectiva cronológica²⁷. As pessoas de Rio Preto se consideram “*nascidas e criadas*” na região, tal como explicita o sr. Olavo. Ele possui dois irmãos que atualmente moram e trabalham na usina Santa Cruz, sendo que as suas irmãs moram em Rio Preto, mas não trabalham.

O sr. Olavo foi trabalhador do complexo fabril por 10 anos, como torneiro mecânico, sendo que não teve tempo de trabalho suficiente para se aposentar pela usina. Os irmãos trabalharam mais tempo para a usina, mas também não tiveram tempo de se aposentarem. Com o processo falimentar da mesma “*eles ficaram na estrada*” e depois se iniciou o assentamento de Reforma Agrária que permitiu à sua família ter uma casa para permanecerem, além de um pedaço de terra para trabalhar. Sr. Olavo relembra o “tempo da usina” com certo saudosismo, uma vez que era possível trabalhar e morar em um mesmo lugar. Nos dias de hoje seu filho mas velho, assim como ele, precisa sair para as terras de fazendeiro vizinhas ou mesmo ir até Campos para conseguir um emprego. Sr. Olavo atualmente está empregado na usina Santa Cruz, segundo ele, por meio de indicação de seus irmãos.

O filho mais velho de sr. Olavo também explicitou que são menores as oportunidades em Rio Preto para que os jovens aprendam uma profissão, seja ela ligada à agricultura ou como existiam à época da usina – operador de máquina, torneiro mecânico, entre outras. Ele admite que gostaria de ter a oportunidade de aprender uma profissão, o que só pode ser alcançado a partir da inserção em cursos profissionalizantes nas cidades mais próximas. Ele relata que, muitas vezes, um ofício aprendido na época da usina pode ser interessante para acumular experiência suficiente para ser empregado ainda que em outra localidade.

Vizinho ao sr. Olavo mora o sr. Genilson. Ele atualmente é divorciado e mora sozinho. Tem três filhos, sendo que o mais velho mora em Cabo Frio, onde conseguiu um emprego em um hotel. Hoje este filho toma conta dos outros dois irmãos, uma vez que ainda estão estudando, já que em Cabo Frio o sr. Genilson acredita que tem mais oportunidades para

26 A marquise corresponde ao ponto de ônibus na entrada da antiga região central do complexo fabril de Novo Horizonte.

27 Neves (2004) alude a um modelo de mobilidade, demonstrando que o deslocamento se dava a partir das “fazendas de particulares” para “cá para baixo” (as fazendas da usina), o que cobre várias gerações. Esses fazendeiros cultivavam, sobretudo, cana-de-açúcar e também se dedicavam à pecuária, sendo os trabalhadores rurais encarregados do corte e da limpa da cana, além das atividades ligadas à criação de gado e manutenção da fazenda. Ainda que essas atividades sejam consideradas como poupadoras de mão-de-obra, a concentração de terras na região impedia que o trabalhador rural pudesse ter autonomia produtiva, tendo que se submeter a uma relação assimétrica para garantir um lugar de morar para a sua família.

estudar do que em Novo Horizonte. Ele trabalhou durante somente três anos em Novo Horizonte no bar-pensão que existia na região central da usina. Assim que a usina faliu, ele foi trabalhar no corte de cana em Santa Cruz. Há quatro anos ele se considera desempregado, mas possui um ônibus que faz transporte de *turma* para Santa Cruz e uma van para fazer o transporte informal até o centro de Campos. O seu filho mais velho chegou a obter a habilitação para trabalhar junto com o pai no transporte de ônibus e da van, mas ao ver que esta atividade não estava promovendo o lucro esperado, ele aconselhou ao filho permanecer em Cabo Frio.

A família do sr. Genilson é da localidade de Penha que dista cerca de seis quilômetros de Novo Horizonte. Antes de vir morar na usina e se casar, ele trabalhava nas “terras de fazendeiro” da região, assim como o seu pai e seus irmãos. Quando ele veio trabalhar na usina, estava casado e seus três filhos eram menores e moravam com ele. Por não estar morando em Rio Preto na época da falência da usina, ele diz não ter conseguido acessar uma terra de Reforma Agrária. Ele comprou a terra e a casa de outro assentado, sendo que este ex-assentado pôde sair do assentamento, como era o seu desejo, e comprar três casas para a família em Campos. O sr. Genilson disse ter comprado a terra, porque a sua família nunca possui nada, uma vez que sempre havia morado em terra de fazendeiro ou na casa da usina.

O sr. Antonio que mora também na *marquise* salienta a importância de ter um “lugar para morar”, no entanto, para ele, “*viver da lavoura é muito difícil, o importante é ter emprego*”. A primeira vez em que conversamos, ele estava reformando um antigo trailer para abrir um pequeno comércio na *usina*, buscando aumentar a renda familiar. Ele mora com a esposa no assentamento e tem três filhos, sendo que uma delas mora em Campos e lá trabalha como empregada doméstica. Seus outros dois filhos trabalham em terras de fazendeiro da região. Sr. Antonio manifestou vontade de que eles possam ajudar no pequeno comércio do trailer que esta reformando. Sua família morava em terras de fazendeiro quando vieram para trabalhar em Novo Horizonte. Assim como ele, todos os seus irmãos trabalharam no corte de cana, sendo que o sr. Antonio, por ser o mais novo, foi o único que não possuiu tempo de serviço suficiente para se aposentar. Ele disse que trabalhou na usina desde os 17 anos e sente muito não ter se aposentado pela usina. Os seus irmãos atualmente moram em Campos e vivem da aposentadoria, enquanto ele “*ainda tem que correr atrás*”.

A casa do Sr. Antônio está localizada em frente a do sr. Joilson que contou-me várias passagens sobre a vida na época da usina. Mostrou-me inclusive a ficha de trabalhador, onde havia espaços para serem preenchidos com assuntos relacionados a acidentes, faltas, aumentos, férias, penalidades, elogios, possível filiação a sindicato. O uso das fichas demonstra o controle exercido pela usina sobre a vida dos trabalhadores, somados à existência do armazém e de todos os estabelecimentos que compunham o estoque de possibilidade para o uso dos salários que eram recebidos, sendo reaplicados na própria usina. A sua esposa, a sra. Maria das Graças, contou-me que atualmente moram sozinhos na usina, sendo que somente um de seus quatro filhos moram em Rio Preto, nas *casinhas*. Todos os outros filhos moram em Campos, sendo que eles saíram do assentamento, porque os pais acreditam que lá “*não tem nada para eles*”. O sr. Joilson complementa a respeito da possibilidade dos seus filhos morarem em Rio Preto: “*A terra não dá para mim, imagina para os filhos sobreviver. Quiseram estudar também (...) Mas eu tenho uma filha a Alessandra, essa que fez a casa aqui, ela não se desfaz daqui não*”. Ao mesmo tempo em que, à medida que conheci esta família, a sra. Maria das Graças foi deixando claro a sua vontade de morar em Campos se pudesse, mas o marido não gosta de morar em cidade e não quer deixar “*o que é deles*”.

Os pais da sra. Maria das Graças trabalharam na fábrica da usina durante muitos anos. Eles moravam na fazenda Baiano e quando o seu pai faleceu, a mãe veio morar com eles. A

sra. Maria das Graças possui apenas uma irmã que é casada com um homem “da região”. Eles moraram na localidade um certo tempo e depois foram para o bairro de Santa Rosa em Campos. O pai do sr. Joilson nunca trabalhou para a usina, sendo sempre trabalhador das “terras de fazendeiro”. O fazendeiro para o qual trabalhava temia que a sua família fosse ocupar a terra em que moravam de forma permanente. Portanto, continuamente diminuía a área em que podiam *plantar para si*, dificultando a reprodução social da família. Assim, o sr. Joilson decidiu ser operador de máquina, trabalhando no complexo fabril da usina, para não estar sujeito às oscilações decorrentes desta relação assimétrica, desenvolvida com os fazendeiros.

Ainda relacionado às possibilidades de emprego na usina, o sr. Joilson comenta: *“Porque se você tivesse dois garotos, um de 16 e outro de 14 anos e [eles] estavam estudando. Depois, não querem estudar mais, então, dentro da usina tinha uma vaga para ele. Se eu fosse um torneiro, um marceneiro, dentro desses setores tinham duas ou três vagas para essas crianças”*. O comentário acima denota a possibilidade do emprego para os filhos dos trabalhadores da usina e assim garantia de forma mais contundente a fixação da mão-de-obra na região. Também fica explícito que a socialização para o trabalho, no caso dos homens, era bem visto que acontecesse cedo (idades entre 14 e 16) de forma a assegurar o aprendizado de um ofício, visto como mais rentável, em grande parte dos casos, do que o trabalho agrícola. Mesmo que até os 16 anos não houvesse remuneração para esses aprendizes, após os 17 ou 18 anos eles eram “fichados” começavam a ter as suas carteiras assinadas, passando a receberem salários.

O sr. Joilson denota um saudosismo na possibilidade de possuir um emprego tal como acontecia à época da usina, em comparação com a dificuldade de possuir um emprego com carteira assinada estável e ainda próximo ao assentamento Novo Horizonte. O sr. Joilson aposta na possibilidade de construção de outro complexo fabril em Rio Preto, ainda que em menores proporções do que a usina, o que garantiria às famílias maior acesso à emprego. Ele sugere a construção de uma “mini-destilaria”, incentivando assim tanto o trabalho na fábrica, quanto para o escoamento da produção de cana dos assentados, replicando o modelo existente na época do funcionamento de Novo Horizonte.

Ele se lembrou de que na época da usina, havia um conjunto de fornecedores de cana-de-açúcar chamados “contratistas”. Eles plantavam cana em suas propriedades particulares, ou seja, as terras de fazendeiros muitas vezes eram responsáveis pelo plantio de cana também para o fornecimento para a Usina Novo Horizonte, utilizando a mão-de-obra da região. Os trabalhadores enfatizam que o pagamento pelo fornecimento de cana estava em dia, o que aumentava a probabilidade do pagamento pelo seu trabalho também não ficar atrasado. De fato, muitos trabalhadores da usina, sejam da fábrica ou do corte de cana, combinavam o trabalho nesta com a realização de atividades agrícolas em outras propriedades. *“Eu sempre gostei de ter uma coisinha por fora para fazer um dinheirinho”*, comenta o Sr. Joilson sobre o trabalho paralelo na usina e em outras terras de fazendeiros. Em alguns casos, também existiam os pequenos fornecedores que estabeleciam plantios de cana “de meia” nas terras de propriedades dos usineiros, de forma que 20 ou 30 % do que produziam eram para a usina. Isto fez com que muitos que atualmente são assentados abandonassem esse sistema após pouco tempo de participação.

No que tange à hierarquia dos trabalhadores de Novo Horizonte, é importante salientar que a posição social do homem na comunidade era determinada pela inserção na usina. Isto é, um trabalhador da fábrica era assim classificado tanto pela administração de Novo Horizonte, quando pelos outros trabalhadores. No entanto, nada impedia que ele cortasse cana para terceiros quando achasse conveniente para *guardar dinheiro*, como explicitado anteriormente.

Assim, muitos trabalhadores que eram empregados da usina ainda permaneciam realizando tarefas temporárias nas “terras de fazendeiros”. Tal realidade também poderia garantir a autonomia para os filhos que estavam em idade de se casar e a possibilidade de acumular um pequeno capital inicial para a formação da nova unidade doméstica. Por outro lado, permitia que os chefes de família pudessem complementar a renda, sobretudo, para as famílias mais numerosas, além de realizar tarefas que necessitavam de maior investimento, como a construção de uma casa, por exemplo. O recurso à combinação de atividades profissionais, então, já aparece desde a época da usina e permanece a partir do início do assentamento, como será visto nos próximos capítulos. Para a realização desses serviços temporários, era necessário ter mantido uma relação positiva com o fazendeiro que o havia oferecido trabalho anteriormente. Geralmente, a combinação de tarefas tinha como subsidiária aquela relacionada ao corte-de-cana, podendo mesmo aliar o corte de cana na usina ou trabalho na fábrica como atividade principal e o corte de cana em terras de fazendeiros vizinhos.

Antes de chegar na região central de Rio Preto, o assentamento Novo Horizonte se inicia depois da área pertencente a uma estação de fonte mineral. Perto desta entrada está localizada a casa do filho mais velho da sra. Helena. O sr. Herval é “chefe de setor” na Usina Santa Cruz, sendo que trabalha em seu lote nos fins-de-semana. A sra. Helena tem dois netos, um de 13 e outro de 15 anos que ajudam ao pai no trabalho. Moram nesta casa o sr. Herval, sua esposa e os dois filhos. A sra. Helena é casada e também possui outro filho que trabalha na usina Santa Cruz, mas não tem “casa própria”, morando nas casas da própria usina. Ela também tem três filhas que estão casadas e moram em Campos.

Quando era mais nova, a sra. Helena trabalhava na roça com a sua família, os seus pais moravam em terra de fazendeiro, em Espigão, localidade próxima. Depois, ela trabalhou durante 12 anos em “casa de família”. Ao se casar, muda-se para as terras da usina Novo Horizonte, onde o seu primeiro marido trabalhava. Sobre este período, a sra. Helena relembra: *“A vida na usina era muito pior que agora, muita pobreza. Muito sacrifício, a gente trabalhava levava criança de madrugada no caminhão para cortar cana, eu e marido”*. Casou-se novamente com um homem “da região” que já era viúvo e tinha outro filho. Quando surgiu a oportunidade de ter a terra no assentamento, quis que o seu filho do primeiro casamento ocupasse-a com a família dele, por ser mais o filho mais velho e já casado. Mas ela e seu segundo marido ajudaram na limpeza e cuidado do lote, o que continuam fazendo até hoje.

Atualmente, a sra. Helena se candidatou a receber uma terra no assentamento Santo Amaro, vizinho ao Novo Horizonte. Ela ficou acampada nesta terra por cinco anos com o seu segundo marido, de acordo com o seu relato. O seu desejo é ter uma terra própria para plantar com ele, podendo permanecer perto da família, já que sempre “viveram da terra”. Eles estão morando na terra enquanto assentados apenas há três meses e já iniciaram o plantio, mas ainda não tiveram possibilidades financeiras para construir um “lugar para morar”.

Na fazenda Baiano, a outra que junto com a Novo Horizonte compõe a região do rio Preto, mora a sra. Rita, seu marido o sr. Alvino e sua neta de 19 anos. Eles vivem no próprio lote de Reforma Agrária que fica distante do centro de Rio Preto e próximo das atrações turísticas do parque estadual do Desengano²⁸. Eles têm cinco filhos, dois deles moram em Santa Cruz, estes dois tem 46 e 36 anos respectivamente, outros dois moram na *usina* e têm 45 e 38 anos e o mais novo, de 32 anos, morava com eles no lote, mas agora fica na casa de primos em Campos porque *“ele arrumou um serviço”*. Uma de suas filhas mora na antiga

28 Este foi apresentado na seção anterior.

fazenda Companhia²⁹, hoje assentamento Santo Amaro, já que o seu genro “*pegou terra lá*”, sendo que ela vem visitar os pais aos domingos e a outra mora em Campos. Além disso, um dos filhos da sra. Rita pediu que a sua neta fossem morar com eles para que “*não se desvirtuasse andando na cidade*”.

A sra. Rita comentou que a sua família é da região, o seu pai trabalhava em terra de fazendeiro, sendo que depois ele se torna trabalhador no corte de cana para a usina. Ela tem um irmão e uma irmã que moram na *usina*. O marido de sua irmã possui lote de Reforma Agrária, assim como o seu irmão, mas ele ainda trabalha na usina Santa Cruz. O sr. Leopoldo, marido da irmã da sra. Rita, foi trabalhador da fábrica durante muitos anos de Novo Horizonte. Atualmente, o sr. Leopoldo e sua esposa moram com o filho mais novo de 16 anos, uma filha divorciada e um filho de 40 anos que tem deficiência mental. A filha divorciada vive em um cômodo separado da casa principal com a filha de sete anos. Outro filho deles mora em uma casa em frente com a esposa e dois filhos, sendo que os outros três filhos moram em Campos e trabalham no comércio. O sr. Leopoldo comenta a respeito da vida na época da usina: “*A vida hoje é muito melhor do que no tempo da usina, porque antes quando a usina funcionava, o povo era “escravizado*”.

A família da sra. Rita possui uma ligação com a terra que hoje ocupam, o que é considerado por ela como um importante traço de sua história:

Papai era daqui mesmo. Inclusive quando eu nasci, eu morava nesse lugar aqui. Papai casou e morou aqui no Baiano.(...) Aí o patrão levou ele para morar lá na Serra para roçar o café para brotar para ver se melhorar. E ele tinha perdido uma menina aqui e queria sair. (...) Nós fomos criados lá e depois descemos para baixo [usina]. E coincidência peguei as terras no mesmo lugar que fui nascida e ele morou. Foi muito bom.

O sr. Alvino trabalhou muito tempo na usina como carpinteiro, sendo aposentado pelo tempo de trabalho. Ele ensinou aos filhos o *ofício* que aprendera à época da usina; nesse sentido, os dois que moram na *usina* usam-no para garantir renda para a família. Sobre o tempo de trabalho na usina, ela explicita:

Bem, pra nós eu acho que agora tá melhor. Eu morava no meio de duas estradas, a casa assim em cima do barranco, eu não podia criar uma criação direito, sempre gostei de criar, mas não podia. Não tinha espaço nenhum, agora aqui não, eu crio à vontade. Já engordei porco, mas agora não engordo mais não, porque dá muito trabalho. Hoje tô só com criação vendendo os ovos. A filha pegava o leite e fazia uns queijos pra vender. Ela vende em Campos, ela mora lá.

Com o relato da sra. Rita é possível perceber que a expectativa de possuir uma criação era satisfeita quando trabalhavam para os fazendeiros da região. A partir do momento em que passam a trabalhar na usina, não havia essa flexibilidade de arranjo que acontecia anteriormente, por isso e outros aspectos aludem à fase da usina como período de “*escravização*”, como foi anteriormente apontado. No entanto, mesmo na usina o controle social exercido não era irrestrito, pois apesar de atrelar à possibilidade de ter casa ao contrato de trabalho e de cercear os bens de consumo ao âmbito da usina, era comum a combinação do corte de cana nas terras de fazendeiro com a realização de atividades agrícolas ou fabris em Novo Horizonte.

Retornando à área próxima à *usina*, encontra-se a casa do Ígor que tem 29 anos, recém-

29 Uma das duas fazendas também de propriedade da usina Novo Horizonte que originaram o assentamento Santo Amaro em 2004.

casado que mora com a sua esposa e a sua mãe. Ao seu lado, estão localizadas a terra e a casa do seu pai que é divorciado. Igor é o filho mais velho e tem três irmãos, sendo que há três anos eles mudaram para o centro de Campos. Um dos irmãos hoje é motorista de caminhão e outra irmã trabalha em supermercado. Eles têm outros parentes que moram em casas na *usina*, mas nenhum deles possui terra de Reforma Agrária.

Ígor e seu pai sempre trabalharam em “terra de fazendeiro”, mas não moravam lá. Eles são *nascidos e criados na região*, mas nunca foram trabalhadores da usina, uma vez que Ígor nem tinha idade à época para ser trabalhador. Até hoje, eles continuam trabalhando nas terras vizinhas, se orgulham de “*serem amigos e trabalharem juntos*”, no entanto, “*moram no que é deles*”, por meio da compra que o pai realizou desses dois lotes de outros assentados. Ambos disseram que estão empregados em “terras de fazendeiro” com carteira assinada para poderem se aposentar, sendo mais bem remunerada a aposentadoria por tempo de serviço do que “pela terra”. O pai de Igor diz ter fornecido cana para a usina durante vinte anos, enquanto ainda morava na terra de seu pai, também morador da região. Atualmente, o pai de Ígor tem a carteira assinada pelo FUNRURAL e aguarda completar 60 anos para requerer o benefício da aposentadoria.

Ao sair da casa de Ígor pela rua que leva à região central de Rio Preto, chega-se à casa de Flávia e de seu marido. Ela tem 39 anos e possui cinco filhos, o mais velho tem 22 anos, outro filho tem 20, uma filha de 16, outro de 13 e o filho mais novo de 10 anos. O mais velho já está casado e não mora mais com ela e seu marido. A sua família é de Rio Preto, sendo que o pai de Flávia trabalhou em terra de fazendeiro toda a sua vida. Ela diz que ajudou um pouco à família, já que as suas outras irmãs também ajudavam menos em comparação aos irmãos homens. Depois que se casou, passou a morar na terra da Reforma Agrária do sogro na fazenda Baiano.

O seu marido, o sr. Diogo, trabalhou pouco tempo na usina no corte de cana, mas não chegou, portanto, a ter direito a possuir um lote de Reforma Agrária. No entanto, o sogro de Flávia, o sr. Geraldo, trabalhou durante vários anos e é aposentado pelo tempo de trabalho na fábrica da usina. O sr. Geraldo recebeu um lote de Reforma Agrária na fazenda Baiano, mas devido a problemas de saúde, ele se afastou e cedeu a terra para que o seu filho, marido da Flávia fosse morar e trabalhar lá com a família. O sr. Geraldo construiu uma casa para a recém criada família de Diogo quando ele se casou. Posteriormente, o sr. Geraldo veio morar em uma casa que também recebeu da época da usina na região central de Rio Preto.

A partir da oportunidade de desapropriação das terras que vieram a compor o assentamento Santo Amaro, o sr. Diogo decidiu levar a sua família para o acampamento, na esperança de possuir uma terra que seria efetivamente de sua família e não de seu pai, porque ainda que ele morasse nas terras da fazenda Baiano, não se considerava efetivo dono das mesmas. Eles conseguiram ocupar uma terra em Santo Amaro, o sr. Diogo participou ativamente do processo de ocupação e hoje integra a associação do assentamento referido. Na época, ele comprou uma casa na *usina* para morarem, uma vez que no assentamento não existem escolas próximas e três dos seus quatro filhos ainda estudam. O sr. Geraldo ajudou na compra desta casa e hoje Flávia e sua família moram ao lado dele. A sra. Maria das Graças, sogra de Flávia, é a segunda esposa do sr. Geraldo. Além de Diogo, que atualmente mora ao lado da casa do pai, sr. Geraldo tem uma filha casada, que mora em Campos. A sra. Maria das Graças não possui filhos, mas têm irmãos que moram em Rio Preto, só que nenhum deles possui terra de Reforma Agrária.

A casa do sr. Josué está localizada em um dos primeiros lotes depois da ponte que proporciona a ligação da região mais alta com a região mais baixa no centro de Rio Preto. O Sr. Josué conta que trabalhou na fábrica da usina e os seus irmãos no corte de cana, nas

fazendas da região do Imbé, já que sua família é originalmente de lá. Todos os seus irmãos foram assentados na região do rio Imbé. Ele foi operador de aquecedor por cinco anos, sendo que antes disso trabalhou no armazém de açúcar da usina, abastecendo os caminhões de transporte de açúcar. Na época da usina, ele também cortava cana para fazendeiros fornecedores, já que representava uma forma de obter mais renda para o sustento de sua família. Segundo ele, muitos trabalhadores faziam a mesma coisa. Mas o principal objetivo era manter a carteira assinada para poder se aposentar. Sobre a oferta de empregos e a possibilidade de ter uma terra própria, conclui o sr. Josué:

Quando o movimento da terra está ruim, faz um biscate e fica tudo bem. Mas antes quando perdia o trabalho, também perdia a morada. Qualquer pessoa no assentamento hoje em dia fica tranqüila, porque tem um lugar para morar, a moradia está segura, mesmo com uma chuva, uma falta de ‘movimento no trabalho da terra’ (...) Ai de nós se não fossem estas terras! Muita gente ainda teria que parar de plantar algo para comer para que os fazendeiros criem seus animais.

O sr. Josué possui três filhos, a filha caçula mora com ele, enquanto que o filho mais velho divide o lote com o pai e possui uma casa ao lado, onde mora com a sua esposa e sua filha de sete anos. O outro filho mora em Campos com a família e lá trabalha. A nora do sr. Josué que mora em Rio Preto, Andréa afirma que quando era solteira morava em fazenda vizinha à Novo Horizonte, porque o seu pai “*tomava conta*” da terra. Mesmo assim, ela conta que o seu pai não conseguiu terra nenhuma para morar, como o seu sogro conseguiu. Ela disse que queria muito que tanto seu pai, quanto seus dois irmãos tivessem uma terra deles. Andréa explicita:

Eu mesmo tem vontade de comprar de volta aquela terra, se pudesse, porque faz parte das minhas recordações de infância. O nome é Dois Rios, porque é o encontro do Rio preto e outro rio. O meu sonho era voltar para a casa onde fui criada. A vida dos meus pais foi de muita luta, ele trabalhou por 30 anos na terra e não teve benefício nenhum.

Andréa tem três irmãos, o seu irmão mais velho trabalha em supermercado em Campos e volta todos os dias para a casa dos pais que ainda moram na terra de fazendeiro. Ele sempre deu todo o pagamento do mês à sua mãe e sempre foi considerado pelos irmãos como “o segundo pai”. Este irmão diz não querer se casar, porque senão os pais vão ficar desamparados. Outro irmão trabalha na fonte de água mineral, sendo que mora perto com a sua família e, por fim, outro ainda permanece estudando e também morando com os pais.

O marido de Andréa trabalha em um supermercado no centro de Campos. Ela exalta a facilidade de seu marido ser empregado na própria localidade quando a usina funcionava, o que não acontece mais porque, segundo elas, a região é carente de ofertas de emprego. As possibilidades de emprego atualmente estão ligadas exclusivamente ao trabalho em regime de diárias para os fazendeiros da região ou mesmo para a única usina ainda em funcionamento, a Santa Cruz, no entanto, sob pena de não receberem o pagamento em dia. Desta forma, a saída encontrada é a procura de emprego na cidade de Campos ou mesmo municípios vizinhos, o que força a ausência dos chefes de família a maior parte do tempo, diminuindo o convívio com os filhos e com elas. Em resumo, o funcionamento da usina permitia que os chefes de família permanecessem em casa. Por outro lado, como já evidenciado, havia sempre a eminência de perder o trabalho tanto nas “terras de fazendeiro” quanto na usina e, conseqüentemente, não ter nem mais o “lugar de morar”. Atualmente, isso não acontece e a casa própria é uma conquista somente permitida a partir da falência da usina.

Ao lado da casa do sr. Josué, mora o filho do sr. Aderbal com a sua esposa e dois

filhos, uma menina de sete e um menino de oito anos. O sr. Aderbal mora em uma casa na *usina*, com a sua esposa. A filha divorciada divide a casa com ele, onde também moram seus três netos. O sr. Aderbal foi trabalhador da fábrica de Novo Horizonte durante muitos anos e assim conta a história do “tempo da usina”:

A vida da usina aqui, a única coisa que eu devo obrigação é que quando eu vim para aqui o dono da usina assinou a minha carteira. Eu morava sim, na fazenda da usina, mas lá do lado do Imbé. Então lá, eu tinha uma irmã que eu tratava dela e dos filhos. Aí, o irmão mais velho meu veio embora para Campos, eu fiquei lá, porque meu pai e minha mãe já tinham morrido. (...) Fiquei trabalhando, porque naquela época trabalhava cedo, não tinha essa coisa que a pessoa pode estudar à vontade. De jeito nenhum, a gente pegava no serviço seis horas da manhã, para cortar a cana. Quando a gente levava a mão na cana, no tempo frio, a mão da gente ‘gelava’, até cinco horas da tarde, né? Aí vinha aqueles caminhões. A cana que a gente cortava naquela época era a cana proa, não era essa cana queimada de hoje não. (...) E saía aí com dezessete, dezoito toneladas, cheinho mesmo para levar para a usina. (...) Aí eu fiquei devendo na venda lá do Imbé, foi quando o meu irmão do meio ajeitou para eu vir trabalhar aqui, em Rio Preto. Vim para cá trabalhar de empreiteiro, trabalhar na ‘turma’ deles. Aí quando foi antes de março de 1963, eu chamei o dono da usina, conversei com ele, pedi para me ‘fichar’, porque eu estava com uma despesa lá na venda que não podia pagar. Se ele não podia me fichar, eu ia pagando, aí ele aceitou. Comecei a trabalhar em primeiro de março de 1963, já fichado. Foi indo, foi indo, paguei a despesa.

Mas, aqui foi o seguinte. O pagamento aqui atrasava muito. Às vezes tinha época de três, quatro meses que o pagamento atrasava. Aí, minha filha, foi indo, foi indo. Tudo o que a gente queria comprar eles tinham, sabe? Trazia de São Paulo para vender a nós aqui. E eles davam um valezinho para a gente só gastar no bar deles e na venda. Aí, a gente pegava aquele vale, aquele pedaço de papel e tudo o que aqui gastava tinha que ficar aqui. Aí, foi indo. Morreu um dos filhos que tomava conta do escritório. E tinha o pai que era gerente da lavoura e o pai desses que era o ‘chefão’. Logo depois que esse filho morreu, ele tinha muito crédito, qualquer coisa que quebrava aí, logo depois tava chegando. (...) Daqui a pouco morreu o seu M., o dono da usina, o “chefão”, depois que ficou seu R. foi piorando e foi até a falência. Não teve jeito não.

O Sr. Aderbal relata as péssimas condições de trabalho aos quais eles eram submetidos:

Porque eu trabalhava de noite na usina e trabalhar de noite não é fácil. A usina aqui, a gente tinha vezes aqui que pegava domingo às seis horas da manhã, aí entrava, porque era muita cana. Chegava domingo à tarde, chegava a noite e só ia sair segunda às seis horas da manhã. Eu trabalhava no maquinário que chamava máquina de moer, que estocava a moenda é aquela que engole a cana, extrai a cana para fazer o caldo, né? Eu era operador daquela máquina ali. Mas tinha hora, minha filha que a gente ficava tão doído de sono que era de a gente ficar zonzo e sem poder dormir. Mas a hora que o sono vem é terrível. Ali, o maquinário tinha um cilindro que era quente, era a vapor, a gente ficava naquela quenturinha ali e daqui a pouco o sono vinha. Olha, eu trabalhava à noite, pergunta a ela [esposa], fazia tudo para dormir de dia, mas não tinha jeito. (...) Aí, a gente trabalhava à noite, saía meio-dia, passava no açougue e não podia nem trazer um pedacinho de carne, vinha com as mãos para trás, de tanto sono.

Ao mesmo tempo em que o Sr. Aderbal apresenta uma visão de caráter prioritariamente negativo em relação ao tempo da usina, a partir de sua fala pode-se verificar o valor da relação de proximidade com o proprietário da mesma e, além disso, a diferenciação dele dos demais por conta de sua “boa reputação” como trabalhador na região. Essa diferenciação também era percebida nos estabelecimentos da própria usina. No açougue, havia uma fila toda segunda-

feira para que os trabalhadores comprassem a carne. A esposa do Sr. Aderbal contou que por vezes a carne foi levada para a sua casa, mesmo que ele não esperasse e nem ela pudesse esperar na fila como os outros trabalhadores, porque estava tomando conta dos filhos pequenos. Ela ainda denota que os outros trabalhadores não ficavam satisfeitos com aquela regalia: *“Nós tamo aqui desde cedo e não conseguimos carne e você manda carne para Aderbal”. Falavam à beça. Mas ele conhecia, né? Sabia que era trabalhador, eu tava esperando com filhos pequenos, a gente podia precisar da carne”*.

Somente em decorrência da existência e posterior falência da usina em Rio Preto, o Sr. Aderbal teve a possibilidade da conquista de uma terra própria: *“A gente pegou essa terrinha e ficou liberto, né? Trabalhava pra um, trabalhava pra outro, mas chegava no açougue: ‘corta esse pedacinho pra mim’ que era bem pequeno, quando trazia”*. Fica claro por essa passagem que um dos benefícios da falência da usina foi o acesso às famílias da localidade de uma casa e uma terra. Isso em uma realidade em que não era possível nem plantar para o consumo da família pelo não acesso a um pedaço de terra e mesmo pela falta de tempo dos chefes de família que tinham que se submeter a turnos seguidos e, muitas vezes, trabalhar no corte de cana em terras de fazendeiros para complementar a renda familiar à época do funcionamento da usina.

A fala mais emblemática para mostrar a insatisfação com as condições de trabalho e também com as condições de vida do Sr. Aderbal é: *“Mas eu considero hoje, para mim, não sei para todos, a gente hoje foi libertado”*. Neste sentido, outros assentados também aludem ao período de trabalho na usina como a “escravização” dos trabalhadores da região e que o período atual seria marcado pela predominância de valores como liberdade e autonomia. Este também é caracterizado pela reflexão dos trabalhadores acerca do controle social amplo ao qual estavam submetidos à época da usina³⁰.

Ao seguir em direção à esquerda, a partir das terras do sr. Aderbal, estão as terras do sr. Aluisio. Ele disse ter sido criado em uma propriedade que o seu pai possuía em uma localidade vizinha. Quando ele tinha 10 anos, o pai trocou a propriedade por uma em Rio Preto. Não sabe se esta propriedade era de posse da família há muito tempo ou se foi comprada por seu próprio pai. Ele disse que o pai plantava lavoura de café e que também fornecia cana para a usina, na época do seu funcionamento.

A partir do segundo casamento do seu pai, ele se muda para Campos, onde compra uma casa para viver com a esposa. Depois que o pai morreu, deixou a herança para ele e seus irmãos em Rio Preto. Assim, foi dividida a herança:

Aí depois que ele morreu, nós pegamos a herança daqui, eu e três irmãos, aí dividiu deu três alqueires pra cada um. Meu irmão foi pro Rio, ele me deu as terras deles pra eu ficar trabalhando. Ele não vendeu, deu pra eu trabalhar, ficar fazendo lavoura. O marido da minha irmã é implicante pra caramba. Aí passou uns tempos, eu falei com meu cunhado se ele quisesse vender as terras dele que eu comprava. Naquela época, eu tinha dinheiro da cana da usina. (...) Aí meu cunhado tava zerado e perguntei se queria vender as terra. Ele disse que queria 8000 nas terra. Na época, eu tinha um amigo meu, aí fui conversei com ele se garantia os outros 4000, porque eu só tinha 4000, pra panhar as terra e eu pagando com cana. Aí ele garantiu. (...) Mas quando foi pra passar as terras, ele [cunhado] quase morreu. Conseguiu arrumar um dinheiro emprestado pra panhar um alqueire e meio. Só que eu comprei só um alqueire e meio do meu cunhado. Eu tenho as escrituras. Aí eu tô nas minhas terras lá e a minha irmã tá morando na usina, na casa que a reforma deu na época, né?

30 Garcia Jr. (1989) analisa sobre a situação dos moradores em Pernambuco: “A condenação da condição de sujeito e a valorização da situação de liberto estão ligadas à descoberta de que a condição de morador retirava dos indivíduos os meios de constituir os seus interesses individuais ou coletivos enquanto tais” (262).

O marido da minha outra irmã pegou as heranças do meu pai, correu com tudo, com o inventário. E perguntou a todos os irmãos: “Você quer mudar ou quer ficar mesmo onde está?”. Tem mais duas propriedades. São oito irmãos. Quatro ficaram aqui. Aí tem a minha irmã que morava na usina, outro que morava em Campos, mas tem uma propriedade agora perto de Santo Amaro aqui e tem outra que mora em Campos, da casa da herança do meu pai, esses do segundo matrimônio. E as terras dessa caçula que mora em Campos ela vendeu pra um senhor daqui mesmo. As outras propriedades já foram vendidas. Aqui ficou quatro. Nessa de doze alqueires, fico dois lá. E na lá debaixo, ficaram mais dois irmãos. Mais quatro pra lá, quer dizer as outras ficaram repartidas pra lá.

O sr. Aluisio tem doze filhos, sendo que apenas dez são vivos. Desses filhos, três tem casas na antiga propriedade da família. Outro filho e um de seus genros possuem terras de Reforma Agrária e vivem com suas famílias em áreas contíguas às terras do pai, porque assim o fizeram durante o período de marcação das terras. Um dos filhos do sr. Aluisio é atualmente o presidente da associação de produtores de Novo Horizonte, o sr. Guilherme. Outro filho trabalha para a atual prefeita da cidade de Campos.

O genro do sr. Aluisio, o sr. Benedito afirma que após a Reforma Agrária, a vida em Rio Preto melhorou consideravelmente. Em suas palavras:

Porque antes eu via mais miséria, antes era tudo em prol da usina. Antes quase ninguém tinha casa própria, ninguém tinha luz elétrica. Os velhos dizem que antes era bom. Mas hoje a classe baixa tem como educar seus filhos, tem uma moto ou um carro.

Outro caso em que teve a confluência de uma terra de herança de família, é o caso do sr. Pedro. Ele mora atualmente na usina e possui um pequeno estabelecimento comercial na região central. O sr. Pedro era um pequeno fornecedor de cana para a usina Novo Horizonte. Quando esta faliu, ele ficou sem receber o pagamento do último fornecimento. Ele tinha um alqueire de terra, antes da Reforma Agrária e *“pegou mais alqueire depois da Reforma”*. Não teve direito a uma área maior, porque o INCRA alegou que a sua família já possuía terra.

A sua família morava em Espigão, uma localidade vizinha, em “terra de fazendeiro”, onde o seu pai plantava lavoura branca, só que o seu patrão começou a implicar, porque acreditou que a sua família estava querendo ocupar toda a terra. Quando se casou, o sr. Pedro veio para Rio Preto, onde o pai havia comprado um pedaço de terra e fornecia cana para a usina Novo Horizonte. Ele afirma que a vida agora está melhor do que o tempo da Usina, porque nessa época não tinha terra e nem casa e agora tem os dois. Antes, ele dependia dos patrões tanto para trabalhar quanto para ter um espaço de residência.

O sr. Pedro tem nove filhos, sendo cinco homens e quatro mulheres. Ele disse que “em casa” moram com ele e sua esposa uma filha divorciada de 30 anos, um casal de netos e um filho solteiro, o mais novo, de 21 anos. O outro filho casado mora com a esposa e uma filha na terra da Reforma Agrária. Tem quatro filhos morando em Campos, um em Rio das Ostras e outro em Santo Antonio de Pádua, sendo que esses dois últimos são soldados, trabalham numa fábrica de papel e outro que mora em Campos trabalha no comércio. Ele tem 65 anos é aposentado e sua esposa tem 59 anos. A sua mãe mora no assentamento também, assim como a irmã que tem uma pensão, na curva em frente a Igreja Católica na região mais próxima ao rio Preto.

Ao retornar à *usina*, está a terra do sr. Josivaldo. A sua família é de Rio Preto e seu pai sempre trabalhou em terra de fazendeiro. A partir do momento em que seu pai comprou uma pequena propriedade, ele e seus irmãos plantavam cana para fornecer a usina. Eles também trabalharam como clandestinos na usina, quando o trabalho na terra da família findava em um

ano agrícola. Dessa forma, ele não pôde se candidatar a receber uma terra da Reforma Agrária, mas teve a oportunidade de “comprar a posse” de outro trabalhador. Josivaldo é divorciado e ainda mora na terra da família em Monjolo. Em suas palavras:

Essa propriedade eu comprei ela, disse que não pode comprar, mas eu comprei a posse do rapaz. Ele falou: 'Isso aqui é tanto pelo o que eu fiz aqui'. Eu tenho isso aqui faz 15 anos e eu tenho o mesmo direito de quando começou a Reforma. Fiquei no lugar do dono, até as dívidas do banco dele eu paguei. Eu assumi a dívida. (...) Já veio no meu nome, na época não tinha documento.

Na outra margem do rio Preto, está localizada a casa da sra. Maria do Socorro que é viúva. Ela trabalhou durante muito tempo em Novo Horizonte no corte de cana e na época quis “pegar” uma terra que está no nome dela. A sua irmã mais velha que mora um pouco mais adiante, trabalhou mais tempo do que ela na usina e também tem terra da Reforma Agrária em seu nome. Quando “era menina”, a sra. Maria do Socorro relata que ela e seus irmãos moravam na fazenda Macacos, depois em Paó e desceram em seguida para Serraria. A sua família era de Serraria, outra localidade vizinha a Rio Preto. Quando ela já “tinha algum estudo”, veio para Rio Preto e se casou. Mas não teve oportunidade de estudar muito, porque o pai colocava todos os seus filhos para trabalhar.

A sra. Maria do Socorro tem nove irmãos. O irmão mais velho tem terra da Reforma Agrária no Baiano; assim como outro irmão homem, mas já vendeu a terra, só que ainda está em seu nome; outro irmão tem terra da Reforma Agrária no Baiano; um irmão viúvo mora na terra da sua outra irmã Lenira; o irmão mais novo vendeu a sua terra, morando em Rio das Ostras, mas quer voltar, vendeu porque trabalhava sozinho e os filhos não queriam ajudá-lo; outro irmão mora na área central da usina, nas terras do sogro; sendo que outras duas irmãs já vieram a falecer.

A sra. Maria do Socorro é aposentada por tempo de serviço. Antes de trabalhar na usina, ela trabalhava em terra de fazendeiro, tendo o seu primeiro trabalho na fazenda Macacos. Os seus filhos ajudam com o trabalho da terra. Eles estudaram pouco, sabem somente “assinar o nome”. Denilson, o filho mais velho, veio a falecer; o segundo filho mais velho, é casado e tem filhos casados, mora em uma casa que ela construiu na terra da família para ele, dividindo parte do espaço produtivo para plantar “alguma coisa para o sustento”; outro filho homem solteiro tem 32 anos mora no quintal³¹ da sra. Maria das Graças, uma filha mora em Campos e trabalha em “casa de família”; duas outras filhas têm as suas casas separadas no lote de Reforma Agrária e a filha mais nova mora na casa da mãe, a sra. Maria do Socorro.

A primeira casa no seu lote foi construída pelo fazendeiro para o qual a sua família trabalhou por último. Quando soube que ela havia conseguido uma *terra da Reforma*, ele se ofereceu para construir uma casa. Ela acredita que ele queria mandá-los embora o mais rápido possível de sua terra, por isso construiu a casa. Duas filhas pagaram pela construção das casas em que moram, sendo que as outras foi a sra. Maria do Socorro quem pagou. Ela contou que na época da usina a vida era pior, sendo que hoje melhoraram as oportunidades de trabalho. Comenta: “*Antes, só podia trabalhar no corte de cana. Hoje é “mais folgado” do que antigamente*”.

A irmã da sra. Maria do Socorro, Lenira afirma que antes mesmo de pegar as terras da Reforma, já morava na casa onde hoje vivem o filho mais novo de 14 anos e um filho de 40 anos que é doente. Um de seus filhos é casado e mora em uma casa na frente da sua. Outra filha que nunca foi casada, mas sim “amigada”, atualmente se separou do “marido” e mora em

31 Esse termo foi utilizado pela sra. Maria do Socorro, mas não é comumente utilizado na localidade.

um cômodo nos fundos de sua casa com a filha. O filho que mora em frente à sua casa conseguiu um trabalho há pouco tempo no Supermercado Esperança em Campos. Um filho mora em Macaé e trabalha como segurança, outro mora em Campos e trabalha no Hortifruti, é motorista, enquanto duas filhas são casadas e moram em Campos. Disse que os seus filhos estudaram pouco, mas pelo menos tinham bons empregos na cidade. Todos moravam com os pais, mas foram saindo em busca de melhores empregos. O seu ex-marido trabalhou durante muito tempo em Novo Horizonte. Havia uma casa antiga que era de sua mãe no terreno de sua residência que passou a ser sua e de seu marido na época. Antes de morarem aqui, uma de suas filhas já havia morado no local quando estava “amigada”.

Mesmo após a criação do assentamento de Reforma Agrária, a relação com os fazendeiros da região é cultivada não somente quando da contratação temporária da mão-de-obra dos assentados para o trabalho nas grandes propriedades. O Sr. Guilherme, filho do sr. Aluisio, mencionou problemas relacionados ao aumento do nível do rio Preto que somente foram solucionados a partir do contato com o fazendeiro César. Ele foi responsável por financiar a manutenção da barragem que deslocava a água para a caldeira à época da usina. Hoje essa barragem é usada para levar água até as *casinhas* no alto do morro da entrada de Rio Preto. A ponte estava condenada pela vazão de água e o Sr. Guilherme achou interessante fazer um acordo com o fazendeiro da região, uma vez que ele utilizava constantemente aquela ponte para escoamento da extração de granito. O Sr. Guilherme menciona que não conhecia pessoalmente o fazendeiro, mas que ele era considerado um “*homem bom*” pelos outros trabalhadores da região por ter oferecido oportunidades de emprego para eles. Assim, o Sr. Guilherme foi falar com um de seus funcionários “*de confiança*” o que tinha em mente e este o convidou para visitar um dia a sede da fazenda. Explicou que não estava ali para atrapalhar o trabalho do Sr. César, mas que tinha uma proposta que certamente também iria beneficiá-lo, assim como aos assentados. Nesse momento, ele relata que o Sr. César abraçou-o e foram conversando até onde extraí as pedras na entrada da localidade de Rio Preto, fora da área do assentamento. Falou que iria providenciar o reparo da ponte, utilizando as pedras de granito que extraía. Do exposto, pode-se verificar que ainda há a reprodução da relação assimétrica com os fazendeiros da região, explicitada quando estes são considerados “homens bons”, na medida em que “oferecem” emprego na região. Em relatos como esses são omitidas as condições em que é realizado esse trabalho e mesmo a remuneração recorrentemente baixa. “*A história da água, ponte e pedra deu muita pedra para quem quis construir as suas casas, deu um emprego para o meu filho e manteve a nossa ponte de pé*” afirma o assentado.

Os relatos acima fornecem elementos para entendimento não somente do passado dos ex-trabalhadores da usina e de “terras de fazendeiros” que foram estudados por esta pesquisa. Alguns elementos que dizem respeito à situação atual das famílias assentadas serão mais bem explorados nos capítulos posteriores. De forma a tecer alguns comentários especificamente sobre o que foi exposto a respeito das memórias da família no que tange ao passado, remeto-me, em primeiro lugar, à instabilidade geralmente descrita em suas falas, a respeito da residência e trabalho nas terras de fazendeiros. Estavam em constante ameaça de serem expulsos da terra, principalmente porque os fazendeiros acreditavam que quanto mais tempo dedicavam à produção para o consumo da família menos se dedicavam ao trabalho estipulado pelo fazendeiro.

As relações entre os trabalhadores e os donos da terra da região eram primeiro estabelecidas por meio de acordo assimétrico de trabalho. Comumente, em decorrência da proximidade da residência com os fazendeiros, relações pessoalizadas eram também construídas entre este e a família do trabalhador, uma vez que a grande estes trabalhadores também moravam na terras onde trabalhavam. De todo modo, a família estava em uma

situação de sujeição moral ao fazendeiro que lhes oferecia o lugar de morar e alimentação, somente enquanto os trabalhadores cumprissem com o trabalho que poderia não ser aquilo que foi exatamente tratado no início da relação. A boa reputação que advinha do trabalho bem feito ou no tempo estipulado pelo fazendeiro garantia algumas “regalias” aos trabalhadores como a possibilidade de plantar para o consumo da família em uma área maior. No entanto, mais do que a relação diádica estabelecida com os proprietários de terra, foram as relações estabelecidas por meio de intermediários entre os trabalhadores e os fazendeiros da região que possibilitaram o estabelecimento de algumas relações de trabalho³². Ainda que fossem temporárias, essas atividades garantiram a sobrevivência das famílias, em um contexto de extrema pauperização das famílias, sobretudo, quando da falência da usina.

Fica evidente a ligação geracional com a terra que foi a morada da família atualmente assentada. Alguns membros familiares demonstram a vontade de ter a propriedade em uma porção da terra onde a família sempre viveu. Tal realidade poderia se concretizar pela possibilidade de possuírem capital suficiente para tal investimento ou mesmo, como alguns assentados cogitam, a desapropriação de algumas “terras de fazendeiro”, relacionando essa possibilidade aos problemas encontrados nestas, tais como os baixos índices de produtividade. Principalmente quando estas terras ainda permanecem eminentemente voltadas ao cultivo da cana-de-açúcar e à criação de gado de corte.

Ao nos deter especificamente sobre o período de funcionamento da usina, que foi importante na vida da maioria das famílias que foram assentadas em Novo Horizonte, verifica-se que um dos traços distintivos das usinas de açúcar é a formação de um bairro operário no entorno do complexo industrial. Para tanto, há uma ligação intrínseca entre o “lugar de trabalhar” e o “lugar de morar”, o que denota o controle social exercido pela usina. Ao mesmo tempo em que esse controle não se apresentava de forma total, na medida em que era possível combinar o trabalho na usina com o trabalho temporário nas terras de fazendeiros. O tempo de residência e trabalho nas fazendas de particulares, ainda que tão instável quanto a vida da usina, é lembrado com certo saudosismo pelos trabalhadores rurais de Rio Preto, se comparados ao tempo de trabalho na usina. Isso se dá principalmente porque a boa reputação ligada ao trabalho garantia o acesso a um pequeno pedaço de terra para a lavoura para a família e pequenas criações como galinhas e porcos, como apontado anteriormente; o que não acontecia no contexto da usina, somados aos baixos salários que os trabalhadores rurais recebiam³³.

Desta forma, o caso do assentamento Novo Horizonte torna-se interessante, uma vez que se trata, no caso específico da região do rio Preto, de uma localidade onde confluíam na comunidade os saberes tanto agrícolas, quanto industriais, conformando as reputações dos trabalhadores e a hierarquização dos mesmos. Para o caso dos trabalhadores da indústria, como visto anteriormente, era avaliado de forma muito positiva o fato de “*aprender um ofício*”. Neste caso, há uma qualificação diferenciada das atividades agrícolas, ainda que sejam submetidas ao mesmo ritmo de produção, avaliando os trabalhadores antes por sua habilidade do que pelo seu bom relacionamento com os usineiros.

Existem aparentes contradições em discursos da geração mais antiga de trabalhadores

32 De acordo com Neves (1997a): “*De todo modo, a manutenção de vínculos com os dois tipos de patrão assegurava ao trabalhador maiores garantias de atendimento regular à sua reprodução e de sua família. Consagrava o reconhecimento social de que constituía um bom trabalhador, um bom vizinho*” (180).

33 Neves (2004) também focaliza esse aspecto no que tange aos trabalhadores da região do Imbé, explicitando que o período em que trabalharam na usina era lembrado como tempo de “miséria” e de “sacrifício”.

que merecem ser mais bem exploradas, uma vez que as falas que denotam uma visão negativa à época da usina também adicionam algumas matizes positivas ao mesmo período³⁴. O ponto de ruptura entre o presente e o passado para o caso de Novo Horizonte é a falência da usina homônima e a posterior implementação da Reforma Agrária, modificando a condição social de trabalhadores rurais assalariados da usina para assentados. No entanto, para o caso aqui analisado, três temporalidades são interessantes: o passado ligado ao trabalho na usina (discutido neste capítulo), o presente a partir do processo de Reforma Agrária, e o futuro, ligado às condições de reprodução social da família assentadas, dentre as quais a sucessão e a herança têm papéis primordiais.

Desta feita, alguns assentados valoram de forma positiva o passado da usina, principalmente por terem tido emprego e acesso a direitos, com especial destaque para a previdência social. Por outro lado, estes trabalhadores encaram de forma negativa a situação atual do assentamento, uma vez que acreditam serem necessários maiores investimentos, sobretudo, por parte do Governo Federal, já que de outra forma o empreendimento da Reforma Agrária não pode ser bem conduzido. Somam-se falas sobre a necessidade de investimento para o trabalho na roça; muitos deles tiveram acesso aos créditos federais, mas eles reclamam que estes nunca mais foram disponibilizados para o caso do assentamento Novo Horizonte. Desta forma, o emprego na usina no passado lhes deu a possibilidade de se tornarem aposentados nos dias de hoje, caso da maioria dos titulares da terra que vêm neste montante o mínimo necessário mensalmente para o investimento na lavoura e na pequena criação para família. Assim, a possibilidade de ter um “serviço” na usina é visto como a idealização dos pontos positivos em relação ao passado, onde a servidão era a referência idealizada aos pontos negativos daquele tempo.

É possível compreender por meio das histórias do passado das famílias assentadas que o trabalho é valorizado pela possibilidade do salário estável e da aposentadoria, ao passo em que também reconhecem a importância de ter bens para salvar o futuro. No entanto, fica claro a partir da fala reproduzida acima que o trabalho na usina fornecia os dois aspectos para os seus trabalhadores. De um lado, a dimensão do trabalho imediato provia o sustento ainda que, muitas vezes, não exatamente adequado às necessidades da família. Por outro lado, havia a possibilidade de remuneração garantida no futuro com a aposentadoria. Enquanto que possuir bens representa, de acordo com o exposto, a possibilidade de dispô-los em situação futura, negligenciando a sua aplicação atual. Mesmo assim, pode-se verificar que há a valoração positiva dos bens, principalmente a terra, por ser de difícil acesso, dada a situação de concentração fundiária da região, além do capital necessário para adquiri-la, some-se a isso a garantia da produção para auto-consumo e a possibilidade de comercialização dos produtos da família.

Assim, um dos pontos negativos em relação ao tempo da usina era a necessidade de comprar a maioria dos produtos que compõem a dieta da família. Além disso, os assentados relatam a melhora na qualidade de sua alimentação, a partir da possibilidade de produção para o consumo da família, com o início do assentamento. Sobre essa situação, uma das assentadas comenta: *“O caso é que você tem laranja, tem coco, de primeira você tinha que comprar. Mas às vezes é difícil vender para dali fazer dinheiro. De primeira tinha dinheiro, mas tudo era*

34 Sigaud (1977) ao tratar dos trabalhadores rurais da agro-indústria açucareira de Pernambuco, no início da década de 1960, aponta que estes fazem referência à sua existência a partir de dois momentos distintos: o passado e o presente, atribuindo, por vezes, sinais positivos ao presente e negativos ao passado e vice-versa. Para o contexto de pesquisa da autora, o corte temporal é representado pelo advento dos direitos que estão associados às leis que marcaram a alteração de algumas condições precárias de suas condições de trabalhadores rurais.

comprado. Hoje tem, mas mesmo assim a gente tinha que vender para ter um dinheiro”, explicitando também o problema recorrente dos canais de escoamento de produção para a região do rio Preto. Outro ponto negativo na época da usina era o fato de não possuírem nenhum bem ou mesmo criações que fossem considerados de propriedade da família, explicitando, neste caso, a importância também assumida pela criação de gado, a partir do início do assentamento, como reserva de valor. *“Na época da usina eu não podia ter nenhuma nem duas vacas e também eu não tinha terra. Hoje eu tenho uma terra, tenho quatro vacas”* enumera um dos assentados entrevistados.

Além desses, dois elementos que aparecem principalmente para caracterizar como negativa a época da usina eram não ter um “lugar para morar” e nem um “lugar para trabalhar” de forma autônoma. Assim, atualmente pode-se ter tanto a casa quanto a terra de propriedade de família, sem a ameaça de ser retirado da terra e conseqüentemente da casa, seja do fazendeiro de outrora, assim como das casas e das terras que eram de propriedade da usina Novo Horizonte. Essa premissa será retomada nos próximos capítulos, por ser central para as lógicas de sucessão e herança dos assentados.

A referência a possibilidade da construção de uma mini-destilaria em Rio Preto por um dos assentados, é relevante para demonstrar que a influência das relações de trabalho construídas à época da usina se verifica até hoje. Há a preocupação demonstrada na fala deste assentado da garantia de um mercado consumidor para os produtos dos assentamentos, sejam quais forem, em uma realidade onde os atravessadores dominam grande parte do escoamento da produção, principalmente na região de rio Preto. Com o advento da “mini-destilaria” seria possível aliar a possibilidade de possuírem empregos na região e a combinação com o trabalho familiar desenvolvido no lote. Ademais, o sr. Joilson demonstra que com a existência da agro-indústria de pequeno porte não seria necessário o deslocamento da mão-de-obra do assentamento para a Usina Santa Cruz, possibilitando que os assentados trabalhassem em suas próprias terras com suas famílias.

Durante o funcionamento da usina, os trabalhadores recebiam um salário mínimo referente ao trabalho permanente ou temporário na lavoura de cana-de-açúcar ou na indústria. A partir da falência da usina e antes da desapropriação das terras, a renda *per capita* foi extremamente reduzida e houve um período de agravamento da miséria. Não havia nem a garantia da produção para a família que existia à época da vida nas terras dos fazendeiros e nem mais a garantia do salário mensal. No entanto, durante este período puderam ser estreitadas algumas redes vicinais que são atuantes até hoje.

Esse aspecto demonstra a importância das redes de amizade e de vizinhança, ainda que muitas vezes assimétricas, presentes à época da usina e que posteriormente, quando de sua falência, tiveram papel imprescindível para a sobrevivência das famílias que haviam sido expropriadas do seu trabalho, vendo ruir o universo social por eles conhecido. Desta forma, a inserção nessas redes de conhecimento permitiu inclusive a contratação para o exercício de trabalhos temporários, como o relatado pelo Sr. Aderbal. Isto é, antes da consecução da Reforma Agrária houve um período adaptativo em que se recorreu aos meios de emprego anteriormente conhecidos. Nesta época, a grande parte dos ex-trabalhadores da usina da região do Rio Preto permaneceu nas casas do complexo industrial da usina.

Destarte, a aparente contradição tratada neste tópico não é de forma alguma aleatória, mas demonstra a inserção em contextos bastante precisos das avaliações alternantes do passado e presente, nos quais os trabalhadores não percebem a incongruência entre as duas avaliações, costuradas de forma a oferecer maiores possibilidades de compreensão da realidade (cf. SIGAUD, 1977). Desta forma, não se trata de averiguar a veracidade ou não das afirmações, mas sim a felicidade (AUSTIN, 1995) dessas constatações a partir do paradigma à

qual se referem. Tais pressupostos são expressos de forma explícita na avaliação do Sr. Guilherme:

A Reforma Agrária foi bom e ruim. Hoje, as pessoas têm liberdade. Se o seu filho pegasse qualquer coisa da usina, o pai não teria como pagar e seria mandado embora. Ao mesmo tempo, o filho teria emprego certo, se não fizesse nada errado. O INCRA, na época, falou que a prioridade era atender o pessoal da região. Hoje, eles têm liberdade de ter um lugar para plantar, para morar, criar filhos. Se não fosse a Reforma Agrária, teria que ir para a favela, porque é o lugar onde conseguem comprar uma casa, por ser o lugar mais barato, mas conseqüentemente o mais carente também.

Após a desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária, gradualmente as condições de vida da comunidade local foram mudando. O apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STR-Campos) foi importante neste momento, de acordo com os trabalhadores, sobretudo, para a reivindicação do pagamento das dívidas trabalhistas perante a usina. De acordo com Medeiros e Leite (2004), a expectativa positiva em relação ao futuro era muito expressiva para o caso do Novo Horizonte, uma vez que 80% das famílias assentadas avaliavam desta forma a passagem da condição eminente de subordinação para a autonomia, a partir da Reforma Agrária. No ano de 1988, os primeiros resultados com a colheita de feijão foram obtidos, o que aumentou as esperanças dos trabalhadores a partir do surgimento de novas possibilidades de trabalho e de vida.

CAPÍTULO II. A CONSTRUÇÃO DO TEMPO PRESENTE

As famílias trabalhadoras da usina de Novo Horizonte passaram por momentos de penúria e instabilidade na reprodução social, com a falência do complexo sucro-alcooleiro em Rio Preto. Havia também certa desconfiança a respeito do empreendimento da Reforma Agrária que seria realizado, não tendo certeza quais seriam os benefícios e dificuldades a serem encontrados. Nesse ínterim, algumas famílias atribuem diferentes matizes sobre o passado, como explorado no capítulo anterior. Este capítulo se dedica a analisar um período marcante na vida desses trabalhadores - o período de falência da usina e início do assentamento; bem como a configuração atual dos espaços residenciais e produtivos das *terras da Reforma*. Assim, a primeira parte diz respeito a como os atuais titulares de terra e seus cônjuges perceberam este relevante momento, com as lógicas e estratégias encontradas relacionadas principalmente ao trabalho. Na segunda seção serão destacados os mediadores presentes naquele momento, as dificuldades encontradas com os primeiros cultivos da terra e, por fim, na última parte será tratada a configuração atual das dimensões terra/moradia/trabalho de algumas famílias assentadas selecionadas. A respeito desse momento de redefinição do universo social dos trabalhadores em questão, Neves (1997a) salienta que é a partir de um processo comparativo das experiências vividas seja durante o processo de falência da usina, bem como as experiências anteriores que eles passam a avaliar quais foram os ganhos e perdas diante das novas condições de vida, elaborando a construção do futuro.

A época da usina

O objetivo desta seção é explicitar a visão principalmente dos titulares da terra a respeito da época da usina, o seu período de falência e o início do assentamento. O período entre a falência da usina e início do assentamento foi marcado por eventos consideráveis para a vida dessas famílias – um momento de grande pauperização pela falta de meios para a obtenção de renda, o início do empreendimento da Reforma Agrária com a escolha e marcação dos lotes, a entrada de mediadores, como o INCRA e a EMATER que passaram a ser mais atuantes, entre outros a serem explicitados.

A família do sr. Wanderley que trabalhava no açougue de Novo Horizonte estava “*em melhores condições*” à época do funcionamento da usina, porque, segundo ele recebiam salário certo ao fim de cada mês. Além disso, ele também se recorda da proximidade que tinha com os donos da usina, o que permitia que sua família recebesse regalias, como ajuda em tratamentos de saúde. Desta forma, a falência da usina foi um momento de marcante pauperização. A respeito da experiência de viver no assentamento, sr. Wanderley reclama de que este não possui maiores investimentos do Governo, destaca que os relativos ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) não foram suficientes para ter uma produção satisfatória em seu lote. Além disso, relata que a associação não é atuante por não reivindicar maiores investimentos para o assentamento. Já que não há mais empregos em Rio Preto como outrora, para ele a solução para as gerações vindouras é sair do assentamento, como fizeram seus filhos.

O sr. Olavo, trabalhador da fábrica à época da usina, corrobora com a posição do sr. Wanderley: “[A usina] saiu daqui e fiquemo na estrada. Aí veio a Reforma, pegamos um pedaço de terra e tamos tocando. Era melhor porque não saía para fora pra trabalhar, né?”. É possível verificar que é recorrente a justificativa relacionada à presença de trabalho na região de Rio Preto para analisá-lo de forma positiva. O sr. Olavo atribui a falência da usina à impossibilidade de pagamento das dívidas trabalhistas de todos os trabalhadores. No entanto,

ele afirma que mesmo assim a relação entre os trabalhadores e os administradores sempre foi conduzida de forma amistosa, uma vez que *“ninguém queria perder o seu emprego”*.

No momento em que em Novo Horizonte faliu, o sr. Genilson recorreu ao trabalho na usina Santa Cruz, aquela que era mais próxima ao recém criado assentamento aqui analisado. O emprego na outra usina representou uma possibilidade de aprender um novo ofício, uma vez que havia trabalhado em uma pensão quando a usina Novo Horizonte estava em funcionamento, bem como driblar o processo de falência que as famílias estavam sofrendo naquele momento. Mas a partir do momento em que começou a trabalhar em sua terra, recorria à atividade em Santa Cruz apenas de forma esparsa e secundária.

Ao contrário do sr. Genilson que enfatiza a possibilidade de trabalhar na própria terra a partir do início do assentamento, o sr. Joilson, ex-trabalhador da fábrica, explicita que a partir do assentamento houve a falta de empregos na região, o que levou seus filhos a terem que migrar para a cidade ou para as terras de fazendeiro, uma vez que a terra não é suficiente nem para que ele e sua esposa sobrevivam. Ao mesmo tempo, ele salienta que não deseja morar na cidade e que é melhor viver no que *“é da família”*, já que conseguiu se aposentar pelo tempo de trabalho na usina. No entanto, os seus filhos ainda têm que *“fazer a vida deles”*, o que implica em procurar outras alternativas que não seja a vida no assentamento.

A respeito do processo de marcação das terras, o sr. Joilson afirma que este fora conduzido pelos próprios trabalhadores de Novo Horizonte: *“A divisão dos lotes foi o seguinte – tinha a usina, aí o próprio dono na época falou para pegar porque a usina faliu, as terras foram desapropriadas. Era para a turma daqui panhar para poder o pessoal de fora não ter acesso à terra”*. Além disso, ele conta que um dos administradores da usina estabeleceu que era para *“pegar terra”* proporcional ao tempo de trabalho, o que beneficiou a família dele que pôde ter acesso a um lote relativamente grande. Também foi possível permanecerem na antiga casa da usina, possuindo a gleba de terra, na maioria das vezes, um pouco afastada da região central de Rio Preto.

A maioria das famílias que foram assentadas nunca acreditaram na possibilidade de possuir um lote na terra em que sempre moraram e trabalharam, ainda que manifestassem esta vontade e o gosto pelo trabalho agrícola. Este é o caso do sr. Joilson que afirma gostar de trabalhar na roça e apesar de satisfeito por ter realizado o seu sonho de possuir uma terra, salienta que a sua maior dificuldade a partir do início do assentamento é não ter como comercializar os seus produtos de forma satisfatória: *“Eu nunca acreditei que ia ter a terra, mas surgiu a oportunidade, eu panhei. Gosto de trabalhar na terra e sei trabalhar na terra. De outra parte dá até desanimando na gente, não tem como vender.”*

O sr. Joilson atribui a falência da usina Novo Horizonte a problemas relacionados à administração dos seus recursos. O tempo em que esta era gerenciada pelo primeiro dono e seu filho mais velho os rendimentos permaneceram equilibrados. No entanto, os sucessores não tratavam pessoalmente das questões concernentes ao trabalho com os funcionários, contratavam administradores que *“não sabiam mandar”*, estando na maior parte do tempo a delegar tarefas para terceiros. Isto era contra o próprio modelo anteriormente praticado por esta usina para o controle do trabalho e foi, nas palavras do sr. Joilson a causa para o desmoronamento do empreendimento sucro-alcooleiro de Novo Horizonte. Durante a primeira administração, ele demonstra que havia uma valorização daqueles trabalhadores considerados bons para os donos e administradores da usina:

Se trabalhasse tinha apoio com ele [o dono], agora se arrastasse o pé, mandava sair fora, porque vagabundo com ele não tinha vez não. E conversa de disse me disse, ele tirava a limpo na cara assim. Falava ‘Seu E., não sei quem está lá no muro cochilando’. Esperava chegar vocês dois juntos assim e perguntava: ‘Seu Fulano,

essa menina tava dizendo que você estava no muro cochilando, eu queria na sua presença confirmar'. Se disser que tava e não tava, passava vergonha.

Enquanto que o filho mais novo não sabia delegar as funções aos administradores e, sobretudo, não demonstrava afinco em relação ao trabalho que desempenhava, sendo que todos os trabalhadores da usina percebiam essa inaptidão: *“Você tava num aceiro de cana assim e nem em você olhava. Botava administrador que não sabia mandar, chegava sete horas aí e ficava lendo jornal no escritório. Onze horas, onze e pouca ia almoçar em Campos.”* Nesse sentido, corroborando com a análise empreendida por Neves (1997a), a falência da usina não era passível de ser concebida, uma vez que já haviam passado por uma situação de desequilíbrio financeiro da empresa e posterior reintegração ao trabalho, além de que eram considerados o grande patrimônio e volume de recursos da usina. Dessa forma, a única explicação (coletiva) cabível era a desqualificação do usineiro (do seu sucessor) para o desempenho do papel de patrão, devido a imaturidade emocional, excesso de consumo improdutivo e incompetência para o exercício da autoridade.

Havia a presença constante de mediadores, tais como o INCRA e a EMATER, de acordo com o sr. Joilson, a partir do início do assentamento. O último órgão inclusive contava com um escritório local em Novo Horizonte, atendendo às demandas relacionadas à assistência técnica para o plantio no lote. No entanto, este escritório foi posteriormente extinto e considerado uma das grandes perdas do que foi conquistado a partir do assentamento. Por outro lado, uma das principais queixas que este assentado faz relacionado ao período de implantação da Reforma Agrária foi a necessidade do pagamento da instalação elétrica para Rio Preto realizado pelos próprios assentados, mediante investimentos realizados por meio do PRONAF: *“Nós pagamos a luz, na época foi 300, quase 400 e poucos reais, a prestação, coube 1000 e poucos. O Governo deu um abatimento, se pagasse à vista essa despesa tinha 90% de abatimento, o meu ficou 700 e poucos. Os fazendeiros aí paga só o consumo, não a luz”*.

Apesar da garantia de possuir um emprego na época da usina, o sr. Joilson não considera que as condições de reprodução social da sua família pioraram depois do início do assentamento, se comparadas com o passado, pelo contrário, denotando a importância atual de possuir bens que podem ser considerados de posse da família. Ele explicita: *“Mas não mudou para pior depois da Reforma. Dentro da usina eu não tinha uma vaca, duas vacas nem três vacas e não tinha terra. O problema é em matéria de se viver, de ter a certeza de vender”*.

Com o início do assentamento, as famílias tiveram que contar com o trabalho de todos os seus membros para que pudessem vencer as dificuldades iniciais. A sra. Helena, ex-trabalhadora do corte de cana da usina, conta que seu marido ajudou o filho Herval de forma substancial para que ele pudesse iniciar o trabalho na terra. Eles preferiram garantir que o filho mais velho possuísse a terra de forma a ter um “lugar para morar e para trabalhar” após o casamento dele:

Por que o dele tá lindo assim? [o lote do filho mais velho] Isso aqui ele panhou em mato, não é árvore não. Mato difícil de tirar. Você nem conhece: balieira, colônia. É um mato que tem que tirar da lavoura senão acaba com a lavoura. Tudo o que você tá vendo aqui, plantado por ele e meu marido. Meu marido vivia aqui, ele que fez essa casa.

A sra. Helena salienta que aquilo que pôde garantir aos seus filhos é saber trabalhar na terra, a partir do momento em que começou a trabalhar em Novo Horizonte com o seu marido: *“Ele foi para a usina na quarta série, o Herval, foi o que eu pude dar, foi comigo. De lavoura, ele sabe tudo. Trabalhei em Novo Horizonte, esses morro tudo, cortando cana, eu e meu*

marido, uns 20 ou 30 anos.” Foi importante que durante o período de falência da usina e início de Novo Horizonte eles apoiassem o filho a construir o seu espaço no assentamento, uma vez que o lote era na verdade um ponto de apoio para toda a família, como será posteriormente evidenciado.

A sra. Rita também relata as dificuldades dos primeiros cultivos no assentamento Novo Horizonte. Como já mencionado no capítulo anterior, ela e seu marido, ex-carpinteiro da usina, ocuparam a terra de Novo Horizonte onde a sra. Rita havia nascido e morado com os pais. Por isso, a ligação com a terra extrapola a ocupação devido ao período de assentamento. Além disso, ela já havia manifestado a vontade de possuir um lote que fosse efetivamente da família: *“Gostei muito [da terra]. Fizemo força para poder panhar. Eu tinha vontade.”* No período de funcionamento da usina, a sra. Rita e a sua família moravam na *usina*, sendo que a partir do assentamento, eles resolveram se mudar para o lote de terra que possuem na fazenda Baiano. Sobre a construção da casa da família no lote, a sra. Rita explicita:

Morei em um barraquinho de barro durante seis anos. Depois veio o empréstimo construímos essa casa e viemo para aqui. Passei pra ela sem fazer nada, nem piso tinha. Foi demorando a fazer, mas sempre assim, fazendo uma coisinha, fazendo outra. Pra terminar a casa por dentro ainda falta uma porção.

Sr. Aderbal, ex-trabalhador da fábrica, também reforça em seu relato a melhoria na qualidade de vida de sua família a partir do assentamento e consequente fim da usina, como explicitado no outro capítulo. No entanto, ele alude especificamente ao período de falência da usina como *“de muita necessidade”*, não só para a sua família, mas para muitas outras da região que dependiam daquele trabalho. Ele disse que naquela época faltou comida e serviço para todos e que algumas pessoas abastadas da cidade de Campos ajudaram, mandando cestas básicas. Nesta situação, ele conta com satisfação a oportunidade de trabalho que teve a partir de um fazendeiro da região que *“abriu as portas”* não só para ele, mas para muitos outros chefes de família.

Essa história é contada a partir da promessa da visita de um parente de sua esposa à sua casa. Ele avisou que iria visitá-los justamente na época em que a usina faliu. O Sr. Aderbal se recorda que não havia absolutamente nada em casa para oferecê-lo. Mas a educação que havia tido o impedia de receber alguém em sua casa sem oferecer o que comer. Ele foi até o bar do pai de sua nora atual, levando dois galões de água, tudo aquilo que tinha para oferecer em troca de quaisquer outras mercadorias. Não queria ir até um estabelecimento sem ter nada para comerciar. Desta forma, ele pediu ao dono do bar que trocasse os galões de água por aquilo que pudesse valer. O dono do bar não pestanejou e colocou em um grande saco um pouco de tudo o que vendia no armazém: canjiquinha, salame e outros mantimentos para que o Sr. Aderbal pagasse quando pudesse.

Ele relata que buscou providenciar rapidamente um trabalho, ainda que temporário, mas que pudesse fazê-lo honrar com o compromisso assumido em uma hora tão inoportuna. Ele pediu para participar de *“uma turma que iriam botar”*³⁵ nas terras de um dos fazendeiros da região. A época desse trabalho é contada pelo Sr. Aderbal de forma a ressaltar as boas qualidades do fazendeiro, garantindo a ele o trabalho que permitiu com que ganhasse dinheiro suficiente para pagar integralmente a conta e ainda ficar com crédito no armazém.

Durante o período de falência da usina, o sr. Josué também contou com o conhecimento estabelecido com os fazendeiros da região, devido a trabalhos anteriores realizados, para a participação na mesma *turma* que o sr. Aderbal participou. Ainda sobre o processo falimentar da Novo Horizonte, sr. Josué conta que no momento em que parte do

35 O termo significa, na região, o ato de participar de uma empreitada para cortar cana.

maquinário da usina estava sendo colocado em uma carreta de uma empresa de São Paulo que os havia comprado, grande parte dos trabalhadores de Rio Preto assistiam àquela cena em prantos, sem saber o que seria do futuro de suas famílias. O principal mediador presente no assentamento, na época de sua criação, para o sr. Josué foi o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos (STR-Campos) que estiveram próximos aos ex-trabalhadores da usina e ajudaram-nos a possuir os lotes de terras. Ele afirma: *“Quem realmente mexe com a terra, sabe que o sindicato incentiva muito o povo do assentamento”*.

A respeito da construção da casa da família, o sr. Josué conta que o INCRA forneceu parte do material do início do assentamento, mas que a construção das casas das famílias ficou por conta dos vizinhos e parentes em regime de mutirão. Ele possuía uma casa na usina, mas a vendeu para que seu filho mais velho tivesse a possibilidade de também de construir uma casa própria no lote da família, quando se casou. Sr. Josué atribui à vida da usina uma conotação negativa, já que não era possível possuir nem uma casa considerada da família e muito menos uma terra, um “lugar para trabalhar”. Ao contrário do que alguns relatos acima apontaram, ele acredita que ser assentado é garantia de muito trabalho, ainda que ele concorde que o problema da comercialização dificulta a possibilidade de viver somente da terra de Reforma Agrária.

O sr. Josué afirma que o primeiro crédito para a Reforma Agrária que ele obteve comprou duas ou três cabeças de gado, com juros pequenos para pagar. Diante das condições promovidas para o acesso à terra, ele se indaga: *“Com o PROCERA, conseguimos material, gado e já tinha a terra, o que se pode querer mais?”* A partir da produção de leite, ele começou a plantar cana para vender e também para ajudar no pasto, com a ração. Desde então, ele afirma que sempre consegue separar a quantia referente à prestação anual da terra.

No que tange à marcação de terra, ele afirma que esta foi realizada pelos próprios assentados, sendo posteriormente legitimada pelo INCRA: *“A marcação da terra veio de lá pra cá. A pessoa marcava e quando via dá os documentos, eles marcavam. Viam o pedaço quanto deu e depois fizeram o valor da terra. Então foi isso, cada um pegou os seus pedaço e depois veio o INCRA e marcou”*.

No período de demarcação de terras havia acordos e também conflitos entre os vizinhos sobre os limites estabelecidos antes do processo definitivo realizado pelo INCRA. Essas negociações a respeito da marcação dos lotes de terras, muitas vezes, causam querelas entre os vizinhos ainda hoje. Especificamente a respeito do processo de marcação de sua terra, retorno a um comentário do sr. Aderbal:

Tinha uma varge ali, eu marquei e depois foi marcado mesmo. (...) O vizinho meu me perturbou muito depois, mas se eu quisesse pegar a terra toda, eu pegava, eu não peguei, porque achei que aquele pedaço ali do rio tava bom. Mas aí, ele quis panhou e pegou. Depois ele pediu um pedacinho lá na cabeceira, lá no fundo, lá no fundo não dá pra eu te dar não, porque é mais estreito. Você pega, é mais largo um pouquinho, aqui na entrada. Tirou o pedaço que ele queria e disse que tá muito bom. Mas só que depois disso deu uma coisa na cabeça do moço, dizendo que eu peguei terra dele. Agora, ele tem um filho que fica me perturbando. Esse bichinho é preguiça, não ajuda a fazer a cerca do rumo e tem cavalo, boi que fica entrando na minha propriedade. Me deu muito problema.

Esses conflitos são resolvidos atualmente entre os próprios vizinhos e as famílias envolvidas, não sendo estendidos nem à atuação da associação de Rio Preto e nem mesmo a Justiça. É também relevante verificar que a caracterização do vizinho é realizada mediante o uso de termos relacionados ao trabalho, para o caso em questão o termo pejorativo “preguiça”, demonstrando a influência da boa reputação em relação à disposição para trabalhar que era

valorada de forma positiva à época da usina e que também permanece como um valor até hoje.

Para o sr. Aluisio, ex-trabalhador do corte de cana, o início da Reforma Agrária representou a possibilidade de alguns de seus filhos possuírem terra própria, uma vez que todos ainda permaneciam vivendo na terra de herança da família. Sobre esta possibilidade, o sr. Aluisio comenta: *“É importante pra tocar a vida deles. As minhas, eles vão participar das terras em causa de morte minha. Eu não quero vender as terras. Nem se me pagar cem mil reais em um alqueire eu não vendo, pra que? Pra deixar pra eles”*.

Uma das poucas assentadas que são titulares da terra, a sra. Maria do Socorro, também ex-trabalhadora do corte de cana, afirma que a Reforma Agrária foi um *“ótimo negócio para as famílias de Rio Preto”*. As possibilidades de emprego estavam relacionadas apenas à usina e a partir do início do assentamento cada família pode morar no que é seu e ter maiores possibilidades de emprego, contrariando algumas afirmações acima. Antes não poderiam comprar um lote se quisessem, porque não tinham dinheiro, além do espaço de residência estar atrelado à relação de trabalho, seja nas terras de fazendeiro, quanto na usina. Ela conta que a primeira casa de seu lote foi construída pelo fazendeiro na terra do qual a sua família antigamente morava e trabalhava³⁶. A sra. Lenira que é irmã da sra. Maria do Socorro, também um dos poucos casos em que uma mulher é titular da terra que assim como ela trabalhava nas lavouras da usina, salienta a importância desse empreendimento para a melhoria da qualidade de vida da família. Afirma que no início do assentamento, a sua família plantava lavoura branca³⁷. Também começaram a plantando cana, no entanto, atualmente esta *“não tem mais preço”*.

O presidente da associação de Rio Preto e também assentado da região, ex-trabalhador agrícola da usina, sr. Guilherme, explicita algumas passagens diferentes no que tange ao processo de marcação das terras em Novo Horizonte. Havia um comentário disseminado entre os assentados na época da desapropriação de que a terra seria proporcional ao tempo de trabalho e à dívida trabalhista. No entanto, na época o STR – Campos abriu um processo contra a usina, o que não rendeu o recebimento total das dívidas, mas sim em recebimento parcial para aqueles trabalhadores que entraram no processo. Assim, o sr. Guilherme afirma: *“Se alguém não recebeu é porque não colocou a usina na Justiça e muita gente não quis fazer isso. Então, o recebimento da terra não tem a ver com a dívida trabalhista”*.

Sobre esta questão, o sr. Leopoldo, ex-trabalhador da fábrica, corrobora com a afirmação do sr. Guilherme. O processo de desapropriação das terras foi um processo distinto daquele relacionado à indenização das dívidas trabalhistas da usina. A partir da falência da usina, alguns empregados foram à Justiça e conseguiram reaver apenas uma pequena parte das dívidas trabalhistas. Depois as terras foram desapropriadas e cada um demarcou o seu lote. Tércia que é filha do sr. Leopoldo afirma que houve casos de família que passaram fome e crianças que vieram a falecer à época da falência da usina. Com a possibilidade de possuir uma terra própria, ela salienta que tal realidade não voltará a acontecer, uma vez que possuem pelo menos *“o teto e a comida garantida”*. Sendo assim, mesmo que encontrem mais dificuldades de ter emprego ou mesmo para estudar, possuir a terra é melhor do que ser trabalhador da usina Novo Horizonte.

O sr. Leopoldo salienta algumas dificuldades relacionadas à Reforma Agrária, uma vez que é necessário pagar anualmente pela terra e a comercialização da produção do

36 Sobre este aspecto, Neves (1997b) salienta que o proprietário da fazenda, a partir da extinção da relação de moradia, muitas vezes, facilitava o acesso a um espaço de residência, neste caso já no assentamento de Reforma Agrária, como forma de por fim a esta relação de trabalho.

37 Dentre os principais cultivos deste tipo de lavoura estão o milho, feijão, aipim, abóbora.

assentamento sempre foi precária, sendo necessário exercer outras atividades para cumprir o pagamento das prestações. Apesar dos problemas, depois que foram para a terra, pelo menos cada família tornou-se dona de seu espaço de residência, o que não era possível à época da usina. *“Mas o maior bem conquistado foi mesmo a liberdade, depois da Reforma Agrária”* salienta sr. Leopoldo.

O sr. Guilherme enumera alguns problemas relacionados ao início do assentamento. Alguns lotes, principalmente na fazenda Baiano, estão localizados em áreas de preservação. Para que essas áreas não fossem ocupadas, o sr. Guilherme afirma que seria necessário a execução de um laudo do INCRA anterior ao processo de marcação da terra pelos assentados. Ele também acredita que era a responsabilidade do INCRA pagar pela eletrificação rural e destinar verba especificamente para a construção das casas (o crédito Habitação). Na falta deste último crédito, os assentados tiveram que utilizar parte do PRONAF para comprar material, interferindo nos próprios objetivos deste crédito que estavam relacionados prioritariamente com o incentivo aos primeiros cultivos. Além disso, o tamanho dos lotes de terra é considerado insuficiente por ele para a produção de “lavoura branca” fazendo com que os assentados recorram à produção de leite ou de cana pelo pequeno espaço produtivo, sendo ainda necessário o recurso a uma atividade de trabalho secundária. Por isso, ele acredita que os assentados são muito “guerreiros”, a ajuda do Governo sempre foi aquém do que deveria e ainda tinham que pagar pelo pouco que conseguiam, nada era de graça, como ele destaca. Apesar disso, esse quadro era posterior a um momento ainda mais grave, de extrema miséria e pauperização resultante de falência da usina. Por isso, apesar dos problemas iniciais enfrentados no início do assentamento, ele afirma que *“[a] Reforma Agrária foi um ótimo negócio”*.

Para encerrar esta seção, é preciso fazer algumas considerações gerais, levando em conta os relatos dos titulares de terra apresentados até aqui. Vale lembrar que as questões que nortearam esse tópico diziam respeito às impressões dos titulares a respeito do momento da falência da usina e do início do assentamento, a expectativa destes com relação ao processo de Reforma Agrária. Fica evidente a passagem por um período de instabilidade e total impossibilidade de previsão do futuro das famílias que se viam despojadas também do emprego que lhes garantia o sustento. A falência da usina foi justificada com referência a problemas na administração da mesma. Atualmente, a comparação da qualidade de vida no assentamento em relação à usina por vezes assume contornos negativos ou positivos, de acordo com o viés destacado – emprego, espaço de residência próprio, estabilidade referente ao salário, produção para o consumo da família entre outros. Com a possibilidade da criação do assentamento e de ter a terra que nunca acreditaram ter possibilidades de possuir, novos desafios se colocam, como a marcação dos lotes e consequentes querelas com os vizinhos, a manutenção das redes familiares e de vizinhança do antigo bairro operário, problemas relacionados ao recebimento de alguns créditos.

Assim, a partir do início da experiência da Reforma Agrária, os trabalhadores rurais que haviam sido moradores de fazendas de particulares e assalariados da Usina Novo Horizonte se tornaram assentados. A mudança da categoria social que ocupam levará a uma situação de autonomia em relação ao processo de gerenciamento da propriedade da terra, com a disposição do uso das mesmas, de acordo com o interesse da família em questão. Desta forma, os ex-trabalhadores da usina passam de uma situação de grande ausência de autonomia, inseridos no contexto de uma instituição, na qual os arranjos de moradia e trabalho reforçavam a reprodução social da condição de sujeição, com algumas brechas relativas ao trabalho, para

uma situação de maior autonomia do camponês³⁸.

No entanto, o termo assentado alude a uma relação provisória no que tange à propriedade efetiva da mesma que a partir do processo de emancipação do assentamento começa a tomar contornos definitivos, com a posse do título de domínio definitivo da terra. Assim, atualmente, os ex-trabalhadores de Novo Horizonte vivem ainda outra mudança em relação ao enquadramento de suas posições sociais, uma vez que passam a serem considerados pelo Estado como pequenos proprietários sem vinculação ao empreendimento da Reforma Agrária, já que o assentamento é considerado emancipado³⁹. A partir desse momento, alguns mediadores da construção do espaço enquanto assentamento saem de cena, pressupondo a construção da autonomia necessária para as famílias assentadas no gerenciamento de sua unidade produtiva.

Mediadores e autonomia

Essa seção se dedica a evidenciar o papel dos mediadores desde o início da implementação do processo de assentamento. O papel desses agentes foi relevante no momento em que se construía a experiência da Reforma Agrária em um contexto marcado pela insegurança em relação ao futuro. O início dos cultivos nos lotes, por meio do acesso aos primeiros créditos, representou uma mudança em relação à insegurança inicial, produzindo renda e possibilidade da própria familiar gerenciar o futuro de forma mais autônoma. Também serão abordados nesta seção as controvérsias em relação à necessidade do pagamento pela terra, havendo ou não uma sobreposição em relação às dívidas trabalhistas de Novo Horizonte; a criação das associações do assentamento Novo Horizonte e especificamente a associação de Rio Preto, bem como o contexto mais amplo da localidade de Rio Preto – a presença de uma associação de moradores, breve explanação sobre as redes políticas locais.

No entanto, o primeiro passo em relação à autonomia da propriedade da terra foi a reivindicação da mesma. Segundo Neves (1997a), diante do processo de falência da usina, os trabalhadores assalariados tanto agrícolas quanto da fábrica reivindicaram o cumprimento de seus direitos trabalhistas. Para tanto, contavam com a mediação do STIAC (Sindicato de Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos) que orientavam a permanecer nas casas do parque industrial da usina e com isso também manter o vínculo trabalhista por meio do qual reivindicavam direitos. Os trabalhadores rurais passam a construir um discurso de ilegitimidade do proprietário da usina em relação à alocação da força de trabalho, propriedade dos meios de produção e de um saber técnico para a administração da usina. Desta forma, o sistema de dominação e controle social existente à época da usina também passa a ruir com o rompimento das relações sociais entre o usineiro e o trabalhador rural. De acordo com Pinheiro (2009), ainda que para os envolvidos no litígio, como o advogado da usina, bem como aqueles que defenderam os interesses dos trabalhadores, a solução tenha acontecido de maneira rápida, a lembrança dos trabalhadores é de que este processo foi moroso e as indenizações não foram condizentes com os seus direitos. Isso somado à preocupação dos trabalhadores de perderem as suas casas.

Nesta época, também estavam concorrendo para a representação dos interesses

38 Lopes (1976) apresenta uma peculiaridade para o contexto onde se desenvolve a sua pesquisa (Pernambuco) – a proximidade do parque industrial usineiro com a área de colheita de matéria agrícola, o que permite a interação de trabalhadores hierarquizados de formas distintas, como também pode ser encontrado em Novo Horizonte.

39 Ainda que haja divergências quanto à emancipação no que tange às representações locais das duas regiões no qual o assentamento se subdivide.

trabalhistas dos ex-trabalhadores da usina Novo Horizonte a liderança do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos (STR-Campos), como citado nos relatos anteriores, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) que também encaminharam o processo de desapropriação das terras e a transferência da propriedade para os trabalhadores rurais. De acordo com Neves (1997a), o encaminhamento foi realizado no momento de constituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e de implantação de uma política de reforma agrária favorável aos trabalhadores rurais. Aos poucos o projeto de Reforma Agrária torna-se viável e próspero para a vida dos trabalhadores rurais. Sobre o período de greve, anterior à desapropriação das terras, salienta o sr. Paulo Honorato, presidente do STR – Campos:

Aí nós fizemos uma greve geral e paralisamos e fechamos a cancela não deixando o combustível entrar. Na época, o gerente falou que íamos dar um prejuízo muito grande, porque não estávamos deixando o combustível entrar, a usina vai parar e vai trancar todas as máquinas. E nós falamos: ‘Que tranque, porque não pagaram os nossos direitos. Só se pagar os nossos direitos nós vamos parar’. Aí foi muita polícia aqui de Campos para lá e nós nos unimos por conta da necessidade. E eles [os policiais] falaram: ‘Olha, nós fomos chamados porque vocês estavam quebrando tudo, mas o que vocês estão fazendo, pelo que estão passando, estão fazendo pouco, estão até sendo educados. Porque se fosse outro lugar, já tinham quebrado tudo e vocês estão pacíficos, só querem receber o direito de vocês’. Crianças estavam morrendo de fome, cada reunião que a gente tinha com o sindicato, com a FETAG, o presidente da Federação pedia um minuto de silêncio, porque estava passando um corpo de uma criança que havia morrido de fome. Era mesmo trabalho escravo e degradante.



Figura 2– Assentado observando as ruínas do parque industrial da usina Novo Horizonte

No início, o processo de assentamento foi visto como uma experiência de desorientação, segundo explicita Neves (1997a). Isto porque se tratava de:

uma experiência de distanciamento de posições sociais cujos princípios de pertencimento eram relativamente estáveis, cujas regras estavam relativamente definidas e, por isso mesmo, os cálculos e as estratégias para a reprodução do acesso ou para a criação de alternativas de inserção eram relativamente previstos e conhecidos (148).

Esse sistema de relações de referência era composto pelo fazendeiro, usineiro e trabalhadores. A autora postula que se referiam a *nostra região aqui* como uma apropriação específica do território correspondente ao Imbé, para referir-se às redes de interconhecimento, denotando a importância dos sentimentos de estabilidade e de pertencimento. Neste presente trabalho, ainda que se esteja tratando especificamente da outra região (Rio Preto) que compõe o mesmo assentamento, pode-se verificar tanto que estava em jogo o mesmo sistema hierarquizado de poder, quando a referência à região como importante instrumento de localização das redes de sociabilidade e de pertencimento, que foram intensificadas a partir do projeto de Reforma Agrária. O modo de pertencimento ao sistema de relações em questão também conforma a sucessão como reprodução da força de trabalho que acontecia tanto no contexto das fazendas quanto das usinas. Neves (1997a) explica que estava em jogo a importância da filiação e de alianças endogâmicas nesses contextos para que se acessassem as garantias de acesso tanto ao emprego, quanto à residência, seja para as gerações atuais, bem como as futuras.

A partir do início do assentamento, diferentes mediadores foram responsáveis pela construção da experiência da Reforma Agrária, como a EMATER-RIO e FUNDENOR (Fundação Norte-Fluminense de Desenvolvimento Regional), colaborando na reivindicação e condução de demandas aos órgãos federais. O INCRA foi responsável pela regularização fundiária e condução do procedimento de assentamento propriamente dito que implica em investimentos para o processo produtivo e dotação de infra-estrutura. De acordo com Neves (1997a), duas proposições ou projetos básicos de assentamento estavam em confronto para a construção do processo de assentamento em Novo Horizonte. De um lado, estava colocado o projeto técnico-burocrático, sistematizado em gabinete, organizado segundo o saber técnico abstrato. Outros dois projetos ligados a uma segunda proposição foram organizados de acordo com a concepção da organização política do assentado.

Esse primeiro projeto coube aos técnicos do INCRA que a partir de convênios, responsáveis pelo levantamento básico da região, puderam ser iniciadas as primeiras atividades de ocupação da terra, quais sejam a demarcação dos lotes, abertura de estradas, fornecimento de água e saneamento, entre outros, além da identificação e seleção dos beneficiários. Neste sentido, *“a elaboração de dados técnicos expressa o caráter prioritário de tais pressupostos e a precedência sobre as condições de vida dos beneficiários. A definição dos modos de fixação na terra pressupõe um planejamento compacto e totalizante”* (NEVES 1997a: 96). Além disso, a autora ressalta que os projetos de assentamento, no que tange à produção agrícola, levaram mais em conta os constrangimentos do que as potencialidades para a produção. Não foi analisado também o projeto de vida dos assentados que não estava ligado estritamente a maximização da produtividade e da rentabilidade. Tal constatação se insere em um contexto de visível distanciamento dos técnicos em relação aos beneficiários da Reforma Agrária, propiciando a construção do assistido, no caso aqui analisado, definido pela despolitização e a carência, negando-lhes a experiência de um saber-fazer anterior.

Quanto à segunda orientação para a criação do assentamento, outras instituições

defendiam a representação legítima dos interesses dos assentados, com a consequente construção destes enquanto um ator político, caracterizado por Neves (1997a) como os projetos educacionais. Assim, era imprescindível que os mediadores ajudassem na elaboração dessa missão política e também ideológica. Houve um processo de desclassificação das experiências sociais anteriores dos trabalhadores e a necessidade de reorientação destas para a participação efetiva e ativa na construção do novo universo social – o assentamento. Neste projeto estão incluídas as instituições – FUNDENOR (Fundação de Desenvolvimento do Norte-Fluminense, o STR-Campos, a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) e a EMATER-Rio (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro). Dentro do projeto educacional, há duas classificações possíveis – a político-educacional e a técnico-educacional. A primeira orientação diz respeito ao deslocamento social dos trabalhadores para a construção de um futuro com base na organização comunitária, cujo principal representante era o STR-Campos. De outro lado, a orientação técnico-educacional, defendida sobretudo pela EMATER, correspondia ao estabelecimento de uma nova postura dos trabalhadores, a partir do processo de Reforma Agrária, por meio da diversificação produtiva e transferência de tecnologia – a constituição técnica do agricultor, bem como a sua constituição política que dotaria de condições o agricultor para disputar recursos institucionais e se capitalizar.

A marcação da terra foi realizada pelos próprios assentados, o que permitiu a manutenção da interação espacial privilegiada das redes familiares, de amizade e de vizinhança prévias que facilitam a troca de mão-de-obra em épocas de pico da produção agrícola. Ao mesmo tempo, é importante verificar que houve uma disputa em relação à propriedade de terras que estivessem localizadas próximas às antigas casas da usina onde permaneceram a maior parte dos trabalhadores da região do rio Preto. Desta forma, a tentativa era a de que se replicasse a comunidade de sociabilidade construída na área central da usina na disposição espacial das “terras de Reforma”.

Não houve um período de ocupação da terra, como acontece em alguns assentamentos e o período de demarcação das propriedades familiares realizado pelo INCRA não demorou a acontecer. Muitos assentados comentam que os usineiros anunciaram a falência da usina e o fato de que as terras seriam desapropriadas, pedindo a eles que escolhessem um pedaço de terra para demarcar para suas famílias, evitando que pessoas “de fora” tivessem terras no assentamento. Há também aqueles que afirmam que houve uma orientação dos usineiros de que o tamanho da terra demarcada por cada um dos assentados fosse proporcional ao tempo de trabalho na usina. Neves (1997) salienta que trabalhadores que foram demitidos antes do processo de falência da usina ou mesmo pediram rescisão do contrato, principalmente aqueles que trabalhavam na lavoura procuraram se cadastrar no processo de seleção da Reforma Agrária, mobilizando as relações de parentesco e vizinhança construídas outrora.

O início da produção em Novo Horizonte foi um período marcado por dificuldades. A maioria dos trabalhadores não possuíam quaisquer recursos e a terra estava abandonada, necessitando investimento dos trabalhadores para que fosse preparada. A partir das primeiras safras colhidas ainda em fins da década de 1980, muitos trabalhadores que trabalhavam para a Usina Santa Cruz de forma prioritária e se dedicavam às suas roças de maneira secundária, passam a inverter este processo. Neves (1997a) explicita:

A inserção dos ex-trabalhadores no processo de apropriação produtiva da terra foi sendo realizada por etapas. Durante o ano de 1988, 130 ex-trabalhadores adquiriram a condição de produtor agrícola. (...) De 1988 a 1992, a produção expandiu e se diversificou bastante, não só pelas condições adquiridas pelas 130 primeiras famílias, como também pela inserção de mais 120 delas (19).

A autora ainda salienta que mesmo antes do início do cultivo nos lotes, os trabalhadores começaram a produzir roça na área das casas em que permaneceram morando na antiga área do parque industrial da usina. Muitos deles passam a extrair a renda e os produtos necessários para a vida de suas famílias somente a partir da terra, enquanto outros passam a considerar o trabalho na roça prioritária, complementando a renda com atividades desenvolvidas na Usina Santa Cruz. No entanto, uma minoria ainda trabalhava exclusivamente para a Usina Santa Cruz ou para fazendeiros da região, esperando meios para sobreviver a partir de recursos de sua própria terra ou mesmo porque consideram a terra insuficiente ou de qualidade inferior, ou até consideraram exauridas as possibilidades de cultivo da terra, sendo necessária uma etapa de descanso para a posterior volta à produção. De forma a organizar os principais processos relacionados ao início do assentamento Novo Horizonte, segue uma breve cronologia:

Tabela 1- Cronologia dos principais eventos relacionados ao assentamento Novo Horizonte

Evento	Ano
Criação do assentamento Novo Horizonte	1987
Criação da primeira associação unificada	1987
Divisão das associações segundo as regiões	1988
Início da demarcação das terras pelo INCRA	1988
Implementação da eletrificação no assentamento	1999
Recebimento dos primeiros títulos definitivos	1999

Desta forma, o processo de mudança social do trabalhador assalariado da Usina Novo Horizonte para pequeno produtor (NEVES 1997a) foi gradativo, mesmo que subsistam formas de assalariamento rural ainda hoje tanto como complementação de renda, quanto como possibilidade de investimento na terra. A partir dos primeiros resultados do processo produtivo, o vínculo empregatício vai sendo reduzido, retomado por alguns trabalhadores ao longo dos anos de existência do assentamento principalmente a partir de prejuízos com as enchentes e também do processo de individualização e autonomia de renda dos filhos dos assentados. Assim, as famílias assentadas desde o início do processo têm diferentes inserções produtivas, de acordo com inúmeros fatores - a participação em redes de reciprocidade que permitem contratos de trabalho temporários em terras de particulares ou mesmo a ajuda dos fazendeiros para os primeiros cultivos; o emprego em usinas ainda em funcionamento na região, permitindo um capital inicial para a condução do lote de terra; o fato de pai ou o sogro serem aposentados rurais que também conduzem à possibilidade de um investimento inicial na terra; além daqueles trabalhadores que tinham em suas famílias líderes locais ou mesmo contato com os mesmos, possibilitando o acesso mais facilitado aos incentivos voltados para o início do assentamento, entre outros.

O pagamento pela terra no assentamento Novo Horizonte é visto como um assunto controverso por alguns assentados. Há uma justificativa de que a terra faria parte do processo de indenização da Usina Novo Horizonte aos seus trabalhadores que constituem a maioria dos assentados nas regiões em que este é composto. Em termos legais, o processo de indenização movido por alguns trabalhadores da antiga usina é completamente dissociado da posterior

desapropriação das terras e início do processo de Reforma Agrária, quando as famílias moradoras da região foram contempladas. No entanto, é relevante levar em conta a justificativa apontada pelos assentados, uma vez que esta pode dimensionar a importância da libertação do controle social amplo exercido pela usina cuja indenização ou contraprestação não pôde ser apenas medida em ressarcimento monetário, mas sim moral. O processo de indenização dos antigos trabalhadores rurais da usina é apontado como a consolidação do rompimento com as relações do “velho mundo” no qual viviam (NEVES, 1997a) e pode ser apresentada como a última relação estabelecida com os proprietários da usina e a primeira relação em que a assimetria entre eles foi suavizada, ainda que esse não fosse o único elemento capaz de mobilizar as decisões decorrentes desse processo. As condições de trabalho realizadas de forma autônoma a partir do momento em que as famílias tiveram acesso à terra quando da sua desapropriação é vista como parte do ressarcimento necessário às más condições de trabalho e de vida na época da usina.

Até mesmo os representantes do INCRA afirmaram que uma vez que a região do assentamento Novo Horizonte sempre foi uma região de “posseiros”⁴⁰, não fazia sentido os trabalhadores serem indenizados pelas dívidas trabalhistas da usina com a propriedade de uma parcela de terra a qual pagam anualmente. Sobre o exposto, os técnicos comentaram que do preço da terra deveria ser abatido a dívida trabalhista que a usina possuía com cada ex-trabalhador.

Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STR – Campos) apresenta outra versão para o caso em questão. Os assentados tiveram que abrir mão de 60% das dívidas trabalhistas para receberem apenas 40%, mas ainda permanecer com a terra. Como salienta o presidente do Sindicato: *“Hoje, nós somos donos da terra, trabalhamos, estamos pagando ainda ao INCRA essas terras, tivemos três anos de carência”*. Essa versão é também apoiada pelos técnicos do INCRA, ao passo que muitos dos assentados não se referem a este acordo.

Há também aqueles que afirmam que a terra por ser advinda do processo de Reforma Agrária não deveria ser paga pelos trabalhadores rurais. Houve um período em que foi cogitada a possibilidade de parte do assentamento ser uma área de remanescente de quilombos. Se fosse o caso, não haveria pagamento pela terra, mas a propriedade não seria instaurada de forma individual, isto é, familiar, mas sim coletiva, atrelada a uma associação criada para tal fim na região. Essa foi a justificativa para que não fosse reivindicada essa possibilidade, uma vez que a concepção de propriedade da maioria dos assentados não admitia que o controle desta fosse feito de forma coletiva e não negociado internamente em cada uma das famílias. Um técnico do INCRA explicou o processo de reivindicação de terras de remanescentes de quilombolas, explorando o fato de que a noção de propriedade é distinta para cada um dos casos em questão:

(...) Quilombolas é outra história, quilombolas o INCRA teria que desapropriar uma área que foi dos quilombolas e essa área pertenceria a uma associação. Ninguém teria título de terra, a associação é que teria que gerir todo o projeto, não é o caso. Não seria conveniente, porque vocês estão com a mão na tesoura. Teriam que retroagir a toda uma história. Vocês com o título registrado, com o título pago, decorrido dez anos vocês estão donos. Quilombola não seria dono. (...) Alguém ficaria sujeito a uma associação assim?

40 O termo é utilizado pelos técnicos do INCRA para evidenciar que a relação com a terra desses assentados é muito anterior ao processo de assentamento e não aludir à reivindicação da propriedade por estes trabalhadores antes do início da Reforma Agrária na região.

Além disso, o presidente da associação das fazendas Baiano e Novo Horizonte afirmou posteriormente sobre este assunto que se a terra não for paga, os assentados vão deixar essa incumbência para os seus filhos, o que pode atrapalhar as gerações seguintes. Assim, pagar a terra é um passo importante não só para os filhos, mas também para os netos, ou seja, para a família em questão, demonstrando que o assunto da propriedade da terra deve ser tratado como um negócio de família.

Antes mesmo da desapropriação das terras para o assentamento, uma única associação respondia pelas demandas para a implementação da Reforma Agrária. Mas os dirigentes verificaram que o tamanho do assentamento era muito grande para ter administradas as demandas inclusive de áreas com algumas características diferentes e que se comunicam pouco, não existindo até mesmo linhas de transporte público que façam essa ligação. Então, em 1988, a associação foi dividida em três, de acordo com a região e as fazendas do assentamento. Assim, uma associação tem como sua área de atuação a antiga fazenda Conceição do Imbé; outra atua nas fazendas Aleluia, Cambucá e Batatal, ambas na região do rio Imbé; enquanto que uma representa os assentados da região do rio Preto que engloba as fazendas Novo Horizonte e Baiano.

No entanto, não é possível falar de uma orientação coletiva da Associação em relação à apropriação da terra e às negociações em torno da herança e da sucessão atualmente⁴¹. O fato de as negociações serem circunscritas às famílias é considerado pelo presidente da associação como parte de um “processo natural”, visto que atualmente o assentamento é considerado emancipado e mesmo não há o desejo manifesto dos próprios assentados para que sejam debatidos assuntos de forma coletiva. O sr. Guilherme disse que para a viabilidade da produção e da permanência na terra de Reforma Agrária deve acontecer a união do casal, voltando-se para a própria família, uma vez que a união coletiva é um processo mais lento e difícil.

Na região central, onde estava localizado o parque industrial da antiga usina, há também a presença de uma associação de moradores, desvinculada do contexto do assentamento. O presidente desta associação já concorreu algumas vezes ao cargo de vereador do município de Campos, tendo sido eleito por um mandato. Desta forma, há o funcionamento de redes políticas locais, muitas vezes, antagônicas, construindo diferentes relações de reciprocidade assimétricas no que tange aos moradores e àqueles que têm terra no assentamento.

Os prefeitos antigos da cidade de Campos são mencionados pelos assentados como importantes peças na construção do espaço como hoje se configura. Alguns favores ou regalias oferecidos são ressaltados não só pelos assentados, mas também pelos outros trabalhadores que hoje moram em Rio Preto. Um desses prefeitos construiu 80 casas em uma parte elevada da área central, porque muitos dos trabalhadores que moravam na região perderam suas moradias em uma enchente, como anteriormente mencionado. Além disso, este foi responsável por pagar parte do projeto de eletrificação rural que fora financiado pelos próprios assentados, com o uso do PRONAF. O sr. Paulo Honorato explica a participação do antigo prefeito no projeto de eletrificação rural:

A Eletrificação Rural veio em 1999, não tínhamos ainda a eletrificação. (...) Aí nós reclamávamos, os fazendeiros vizinhos tinham e nós não, por qual motivo? Discriminação. Tem um projeto que a gente podia conseguir, mas pagando. Pagava

41 Isso faz parte de um processo de esvaziamento da associação que não é mais colocado como questão atualmente.

2500 por família, 210 família entraram no projeto no assentamento todo. (...) Muita gente não queria pagar a luz e nós fizemos reunião pra convencer de que não dava mais pra viver sem energia. A gente tinha o direito à energia. Só que a gente tinha que pagar. (...) A gente procurou o Prefeito na época e ele liberou os 15000 que faltou. Ele disse que era difícil ele tirar isso, porque depois não ia ter como responder. Mas a gente disse que ia estar atendendo aos trabalhadores. Porque é nós que votamos e elegemos. (...) Mas dezembro de 1999 passou a eletrificação rural pra todo mundo.

Configuração atual da terra/moradia/trabalho

O objetivo desta seção é delinear a atual configuração dos espaços de residência e de trabalho das famílias assentadas, ou seja, como a família se organiza a partir daquilo que dispõe – a terra acessada pela política de Reforma Agrária, a antiga casa da usina, além das terras dos filhos no assentamento Santo Amaro, possíveis terras de heranças. Para tanto, foram selecionadas apenas algumas das famílias entrevistadas que demonstram importantes traços na alocação dos espaços de residência e de trabalho ao longo das gerações⁴². Neste sentido, o intuito aqui é retornar aos dados que já podem ter sido mencionados no capítulo anterior, produzindo uma análise diacrônica para evidenciar a heterogeneidade de arranjos da terra/moradia/trabalho. O ponto de partida para esta análise é, portanto, o núcleo conjugal ou casa de referência da família em questão, isto é, a casa do titular da terra de Reforma Agrária. A interação desses múltiplos espaços de residência e produção, ou mesmo ambos que permitem a reprodução social da família que ocupou a terra quando da desapropriação de Novo Horizonte, bem como as novas unidades domésticas formadas a partir do casamento dos filhos homens.

Começarei a partir das famílias cuja casa de referência está localizada na *usina*, paulatinamente me afastando da região central, em direção à fazenda Baiano e ao assentamento Santo Amaro. O sr. Wanderley mora com a sua única filha solteira, Michele, na antiga casa da usina. Ele possui quatro filhos, sendo que o mais velho deles Abelardo que havia construído o açougue da família veio a falecer. O sr. Wanderley é atualmente aposentado e Michele é desempregada, sendo que ela estuda em Santa Cruz. Na casa ao lado, mora uma de suas filhas, Andréa que é casada e tem dois filhos, um de 10 e outra de 15 anos. O sr. Wanderley dividiu o terreno da casa onde morava à época da usina para que o seu genro construísse a casa de sua família. O seu genro trabalha em Campos no comércio, sendo que o pai dele também possui terra de Reforma Agrária, mas ele não trabalha no lote do pai.

O outro filho do sr. Wanderley, Ricardo mora com sua esposa em uma das *casinhas* que foram construídas pela prefeitura. Este filho ajuda o pai no trabalho do açougue da família que hoje está em menor atividade do que na época em que Abelardo era vivo. A terra da família é um pouco distante da *usina*, sendo que não há uma casa construída na terra e o sr. Wanderley se desloca diariamente para lá onde trabalha sozinho. A produção atualmente está voltada para o consumo da família, mas antes o sr. Wanderley plantava principalmente cana e aipim que eram destinados à comercialização e também algumas frutas, como laranja e banana. Mas o sr. Wanderley que é aposentado por tempo de trabalho pela usina, valoriza a possibilidade de

42 É importante ressaltar que algumas destas famílias agora trabalhadas não são mencionadas na seção anterior, devido a peculiaridades que tornaram interessante a integração destas nesse presente tópico. Desta forma, a dissertação evoca para cada capítulo aquelas famílias que são mais interessantes para problematizar as questões colocadas.

trabalhar “para a sua família”, sem imposições de horários e cumprimento de deveres ligados a uma relação de trabalho.

Ainda na região da antiga usina, no entanto, mais próximo ao Rio Preto, mora o sr. Aderbal com a sua esposa e uma filha divorciada. A casa em que mora é dividida ao meio de forma simétrica com a filha divorciada que retornou ao assentamento, morando também os netos do sr. Aderbal. Ele possui um lote de Reforma Agrária próximo à casa onde mora, no qual o seu filho Adilson pediu para construir uma casa quando se casou. Lá ele mora com a esposa e dois filhos menores com sete e dez anos que estudam em Rio Preto. No entanto, o seu filho usa a terra como espaço de residência, como uma pequena produção para o consumo da família, sendo o espaço produtivo inteiramente utilizado pelo sr. Aderbal. O sr. Aderbal cultiva abóbora, feijão, cana, hortaliças, aipim e também eucaliptos. Vende a sua produção para as pousadas da região e também para atravessadores. O sr. Aderbal se diz contente de poder produzir em sua própria terra, sem ter que obedecer a ordens de patrão. No entanto, afirma que a sua aposentadoria é o que promove a estabilidade financeira necessária para a sua família, porque, muitas vezes, não consegue comercializar a produção em Rio Preto. Adilson trabalha em um hotel na região dos lagos, retornando ao assentamento quinzenalmente. O outro filho do sr. Aderbal migrou e trabalha em Campos no comércio.

A nora do sr. Aderbal é prima de Andréa que mora duas casas a esquerda da sua, na propriedade do sogro, o sr. Josué. Ela mora com seu marido e uma filha de sete anos. Por enquanto apenas o sogro, o sr. Josué, utiliza o espaço produtivo do lote, mas Andréa tem planos de possuir uma pequena criação além da pequena produção para o consumo da família que já possuem. Por sua vez, o sr. Josué tem uma casa localizada entre a da nora do sr. Aderbal e a do seu filho e de Andréa, no lote do qual é titular, onde mora com a sua única filha solteira de 14 anos, Cássia, que somente estuda. O sr. Josué é viúvo e cultivava cana e aipim para comercializar, mas agora não o faz mais, vivendo de sua aposentadoria. Andréa ajuda a orientar Cássia e ela, por sua vez, é responsável pelo cuidado do lote.

Andréa mora nas terras do sogro, em uma casa construída para a sua família depois de seu casamento. Ela deseja que a terra do fazendeiro onde morava com os seus pais seja desapropriada, porque acredita que está improdutivo. Isto daria a ela a possibilidade de conseguir uma terra no lugar onde sempre viveu com a sua família. Andréa comenta: *“Tenho vontade de voltar àquela terra, se pudesse, porque faz parte de minhas recordações de infância. (...) A vida dos meus pais foi de muita luta, trabalharam por 30 anos na terra e não teve benefício nenhum”*.

A família de Ígor pode ser considerada um dos poucos exemplos daquelas que vieram de fazendas próximas, mas não moraram antes na localidade de Rio Preto. Ele mora em um lote em Rio Preto com a sua esposa e a sua mãe, enquanto o seu pai mora em um lote vizinho, ambos um pouco afastados da região central. O seu pai resolveu comprar os dois lotes para que os filhos tivessem o futuro encaminhado, de acordo com as atividades que resolveram desenvolver. Os irmãos de Ígor nunca se interessaram pelo trabalho agrícola e foram morar em Campos. O pai de Ígor pôde comprar duas casas para as duas irmãs e um irmão que se mudaram e atualmente têm família. Como vimos, um dos irmãos hoje é motorista de caminhão e outra irmã trabalha em supermercado. A irmã mais nova trabalha em uma padaria. Eles não têm parentes que possuem terra em Novo Horizonte. Ígor e seu pai trabalham em “terras de fazendeiro”, no intuito de possuírem uma aposentadoria maior do que aquela concedida por serem assentados. Também produzem no seu lote, têm uma criação de gado, aipim e vendem eucaliptos esporadicamente.

A sra. Lenira também mora na usina nas terras do seu marido o sr. Leopoldo. Atualmente vivem com eles, o filho mais novo do casal de 15 anos que ajuda ao pai no

cuidado do lote que fica um pouco afastado da região central, um filho de 40 anos que é deficiente mental e uma filha divorciada de 41 anos e uma neta deles que moram em um cômodo com um quarto e um banheiro construído quando ele retornou ao lote da família. Atualmente, esta filha está desempregada, sendo ajudada pelos pais; enquanto que o filho mais novo do casal também trabalha como barbeiro em Rio Preto. Outro filho conseguiu comprar com a ajuda dos pais uma casa em frente à casa da família e também conseguiu um trabalho há pouco tempo em um supermercado em Campos. Outro filho também trabalha no comércio e mora em Campos, sendo que o último filho do casal é motorista em Macaé, enquanto duas filhas são casadas, passando a morar na cidade para acompanhar os maridos.

Ao deslocar da *usina*, na fazenda Novo Horizonte, para a fazenda Baiano temos a família da sra. Rita e do sr. Alvino que moram na sua terra com uma de suas netas de 19 anos. Esta é a casa de referência da família analisada. Eles têm seis filhos como já foi apontado no capítulo anterior. Dois filhos trabalham e moram na usina Santa Cruz, podendo colocar em prática ofícios aprendidos à época da usina, no que tange à operação do maquinário. Outros dois filhos moram na *usina*, sendo que os dois trabalham em Campos – um em uma empresa de limpeza e outro como vendedor – e a sua filha mora no assentamento Santo Amaro, uma vez que o seu genro recentemente conseguiu ter a posse de terra. Esta filha é quem a ajuda e também a seu marido, uma vez que já estão idosos e por vezes precisam resolver pendências bancárias na cidade, sendo que é difícil o seu deslocamento, ainda mais por morarem na fazenda Baiano que é mais afastada do centro de Rio Preto. O sr. Alvino é aposentado e trabalha atualmente apenas no lote, no entanto, não produz mais para a comercialização devido a problemas de saúde. Mesmo assim, ele não admite que seus filhos homens e nem o genro possa ajudá-lo nas atividades do lote.

Anteriormente, a sua filha morava em uma pequena casa construída no lote da família. A sra. Rita conta que essa casa tinha um quarto, uma pequena cozinha e banheiro e foi construída pelo dono da pedreira da região para que alguns trabalhadores pudessem viver ali, enquanto exploravam pedras que estavam localizadas próximas ao lote da sra. Rita e de seu marido. Um dos trabalhadores que vieram para a localidade mais tarde se casou com a sua filha e moraram um tempo no lote da família. Ela relata:

Quem construiu aquela casa ali foi seu Vilar, dono da pedreira. Ele foi abrir a pedreira aqui e pediu para construir um quarto para dormir, parar, os homens vir aí para a pedreira. Aí foi escolheu o lugar e falou: 'Não vou fazer uma casa feia, não vou fazer barraco, vou fazer uma casa bonitinha para não enfeiar a propriedade de vocês'. Aí fez um lugar para cozinha, banheiro e o salão todo para botar os peões para dormir. E eu fiquei cozinhando pra eles, dava comida a eles. (...) Mas não chegou a vir o povo, veio só uma família da Bahia, aí seu João colocou eles aí. Ficaram aí nove meses. Inclusive a hora que esse irmão do rapaz veio pra trabalhar na pedreira. Junto com o irmão, aí chegou aí a filha minha tava sozinha, aí foi morar com ele, aí casou. Já tinha se separado do primeiro marido, os filhos já estavam grandes e juntou com o rapaz, ele estava com 20 anos. (...) Aí casou agora, porque eles estavam morando, fizeram a festa direito.

A família de Flávia e Diogo também é um exemplo no qual está focalizada a necessidade de estabelecimento em uma nova casa de um núcleo conjugal recém-formado, morando em primeiro lugar na terra da família do marido na fazenda Baiano. O pai de Diogo, o sr. Geraldo, construiu uma casa depois de seu casamento no lote da família. O sr. Geraldo e a sua segunda esposa moravam à época em uma casa na região central da usina, tendo a possibilidade de construir uma casa para o filho recém-casado no lote de Reforma Agrária. No momento em que houve a oportunidade de possuírem uma terra própria a partir do início do

assentamento Santo Amaro, Diogo e Flávia mudam com os filhos para a barraca na tentativa de ter algo de posse de sua família. Ainda não tiveram condições financeiras de construir uma casa para a família na terra de Santo Amaro. Quando eles manifestaram a vontade de possuir uma terra própria, venderam a casa no lote na fazenda Baiano para um “conhecido” e vieram morar em uma casa vizinha a do sr. Geraldo na antiga região central da usina. O sr. Geraldo possui apenas dois filhos, um deles é o Diogo e outra filha casada que se mudou para Campos, assim que formou a sua própria família. Sobre o processo de acampamento e a possibilidade concreta de possuir uma terra relevante em termos de lugar para morar e também lugar para trabalhar, Flávia relembra:

Ficamos no barraco um tempão. Ele ficava de dia e eu ficava de noite, as crianças eram mais pequenas né? Eles até ficavam lá debaixo da barraca com a gente. Acho que valeu a pena. A gente antes não tinha como plantar nada, agora tem como plantar, né? Se a gente mora na terra dos outros, não tem como considerar que é da gente, de uma hora pra outra tem que sair, né? Como a gente morava lá na casa do meu sogro e teve que sair. Agora estando no que é da gente, a gente planta, colhe, faz o que quer.

Atualmente, é relevante que o sr. Geraldo more uma casa na região central da antiga usina, já que teve problemas de saúde que o impediram de continuar trabalhando na terra e é importante que ele esteja em um lugar onde possa ser atendido ou removido, em caso de emergência. Na terra da família, está morando apenas um rapaz que não é assentado para o qual venderam somente a casa, sendo que ele não usa o espaço produtivo do lote. Neste caso, pode ser considerada a casa na *usina* como aquela de referência para a família analisada. A esposa do sr. Geraldo, a sra. Maria das Graças, está pensando em vender a terra para ajudar no tratamento dele, uma vez que Diogo que desejaria permanecer na terra já conseguiu realizá-lo de outra forma. Ela disse que ainda permaneceria com o lote, produzindo no mesmo com a ajuda de terceiros, se a terra estivesse localizada mais próximo à região central de Rio Preto, o que possibilitaria também cuidar do marido ao mesmo tempo.

Antes de continuar a descrição das famílias e da organização residencial, produtiva e inserção trabalhista das mesmas, é interessante fazer uma pausa e promover uma comparação entre os produtores de Novo Horizonte e os de Baiano. Neves (1997a) postula que entre os produtores de Novo Horizonte estão situados aqueles que mais subutilizam o lote apropriado, articulando a produção agrícola com o assalariamento. Ora, vimos que essa situação não é tão homogênea, na medida em que, por exemplo, o sr. Aderbal pode ser visto como um exemplo de produção para o auto-consumo, bem como para a comercialização, configurando um uso intensivo do lote. No entanto, a participação dos trabalhadores na usina Santa Cruz é mais facilitada, tanto pela possibilidade facilitada de deslocamento, bem como por estarem localizados nessa localidade aqueles trabalhadores que aprenderam o ofício na época de trabalho no complexo fabril de Novo Horizonte. Por outro lado, a autora salienta que há uma ligação mais forte da realização do trabalho agrícola na fazenda Baiano, principalmente pela não proximidade desta fazenda com Rio Preto e a possibilidade de deslocamento dos trabalhadores ser dificultada. Tal constatação pode ser corroborada pelo estudo aqui apresentado.

Neves (1997a) demonstra que os produtores da fazenda Novo Horizonte se voltam mais à produção mercantil, ou seja, a produção que tem maiores garantias de comercialização, pela múltipla inserção profissional desses trabalhadores. Portanto, a produção para o auto-consumo ocuparia um pequeno espaço no lote. Os produtos comercializados comumente eram mandioca, milho, criação de gado, ao qual acrescentaria a produção canavieira. No entanto,

atualmente existe uma insatisfação com a comercialização desses produtos, principalmente por conta dos baixos preços que são praticados na venda dos mesmos. Há uma diferenciação básica na apropriação produtiva das terras de Novo Horizonte – de um lado estão os cultivos da “lavoura branca” e de outro a produção de cana e a criação de gado leiteiro. Com os problemas reiterados advindos da falta de canais de escoamento da produção viáveis na região, a “lavoura branca” passa a ser cada vez mais voltada para o auto-consumo, enquanto que a produção comercializada se torna a cana-de-açúcar, o leite e derivados e alguns animais de corte. O sr. Wanderley explicita: *“Tenho aipim, banana, coco e uma caninha, mas ano passado não deu para tirar nada, muita gente não tirou. Assim, fica só para a família. A cana é que tira às vezes para a Usina”*.

O trabalho na terra é caracterizado como eminentemente familiar, podendo haver a troca de mão-de-obra entre vizinhos ou mesmo a contratação esporádica de um trabalhador, nas épocas de pico agrícola, principalmente quando relacionado ao plantio da cana. Existem representações acerca do plantio dos diferentes tipos de lavoura, sendo que o responsável por esses cultivos é o titular da terra. A cana-de-açúcar é tida como “lavoura de preguiça”, por requerer menos trabalho contínuo do lote, se comparado com a “lavoura branca”. Assim como a cana-de-açúcar, plantar eucalipto também é considerado um trabalho inferior uma vez que exige menos dedicação. Atualmente, alguns produtores de Rio Preto têm experimentado plantar eucaliptos em suas propriedades pelo seu alto valor comercial, mas muitos já desistiram pelo prejuízo que acarreta em relação às outras plantas, já que o eucalipto requer uma grande quantidade de água do solo. Enquanto a “lavoura branca” é vista como a lavoura do bom trabalhador, daquele que se dedica plenamente ao trabalho na terra, ainda que seja a realidade principalmente dos titulares da terra, uma vez que muitas vezes contam com a renda estável da aposentadoria como salvaguarda para as oscilações da comercialização de uma produção diversificada.

Para o caso de estudo apresentado por esta dissertação, o gado leiteiro passa a ser uma alternativa quando existem entraves para o escoamento da “lavoura branca”. Comercializar o leite e seus derivados, bem como dispor de algumas cabeças para venda em situações mais difíceis tem sido uma saída viável aos entraves na comercialização da produção para os assentados de Rio Preto.⁴³

43 Neves (1997a) já apontava a criação de gado como oportunidade de capitalização dos assentados.



Figura 3 – Assentado e sua plantação de milho para comercialização

O transporte para a Feira da Roça não contempla esta região do assentamento, sendo que alguns produtores de Rio Preto tentaram participar desta iniciativa, como o sr. Joilson:

Eu fiz feira, na época deram uma pedra de número XX, lá na Feira da Roça. Aí eu falei assim: como é que vai ser a feira da roça? Se você colher um mamão verde, um milho, um queijo, traz para o tabuleiro aqui. E o transporte? Ah, o transporte tem que dar um jeito. O rapaz que foi comigo lá continuou, eu vim, passei o tabuleiro para outro. O que ele colhe, tem que pagar no ônibus aqui, para chegar até a Feira da Roça. (...) O Imbé tem um ônibus, mas não rompe por aqui, rompe por Lagoa de Cima, porque é mais distante.

Desta forma, a venda dos produtos fica destinada a canais de comercialização que por vezes cometem fraudes contra os assentados ou mesmo preços muito abaixo daqueles praticados pelo mercado. A “falta de preços” é uma das principais justificativas para os problemas encontrados em Rio Preto que se relaciona à falta de infra-estrutura para o deslocamento da produção, como pode ser percebido no relato do sr. Joilson: *“A gente produzia banana caturra, coco, manga, mas vendia para pagar semana que vem. E semana que vem leva! Panham e não pagam. A gente sabe que não recebe mesmo, então não vende”*.

Algumas saídas encontradas são a utilização do transporte público para a venda dos produtos no perímetro urbano. Além disso, com o advento de algumas pousadas na região, alguns assentados passaram a fornecer os seus produtos para as mesmas. Atualmente, um dos produtos que somente era destinado à comercialização: a cana-de-açúcar também não está sendo mais vendida pelos baixos preços oferecidos pelas usinas da região, já que estas estão

sofrendo um processo de crise, atrasando o pagamento aos fornecedores e também aos trabalhadores empregados. Sobre o exposto, o sr. Genilson comenta:

O que é eu colhia mais é a cana e também trabalhava com pasto. Hoje, a cana está com um problema, a cana não tem valor. Cheguei a tirar 600 toneladas de cana, mas na época que tinha valor. Antes eu tirava cana e no fim do ano tinha 10000 ou 12000. Hoje você colhe cana bota para as usinas e as usinas não te pagam. O preço da cana agora tá 50 reais, quando começa a moagem, eles botam o preço lá embaixo, 12 ou 13 reais por tonelada para pagar trator, frete, gente para cortar, para transportar para a usina, aí tem que tirar do bolso.

Assim, são poucas as garantias do escoamento da produção no Rio Preto, o que favorece com os pequenos produtores desistam de produzir para a comercialização, uma vez que “não tem preço”, ou seja, os valores praticados referentes aos produtos não são suficientes para cobrir o investimento material e também do trabalho familiar, passando a procurar outras atividades que garantam maior renda. Assim, eles continuam a produção “só para o gasto da família”, produzindo vez por outra alguns hectares de cana-de-açúcar, além de criar gado leiteiro.

Tal realidade influencia diretamente na percepção dos assentados sobre a possibilidade de manter a sua família, apenas com o trabalho realizado na terra. Muitos acreditam que é necessário manter um emprego junto ao trabalho na terra para combater a incerteza com a comercialização dos produtos, além de possuírem renda inclusive para investir no trabalho na terra. Desta forma, apostam mais no gado leiteiro e na cana, simplesmente porque a garantia de escoamento de produção é maior do que no caso dos outros produtos e mesmo assim também não é considerada satisfatória:

A terra não dá para viver hoje, não dá para o dono dela viver nela. Se você esperar dela, você cria um bezerro em cinco anos para vender. Bom, que deve ter quatro a cinco arrobas. Você planta cana, leva um ano e vende para a usina e vê se paga (...) E a terra lá é boa, não é dizer que não é boa, mas não pagam, vende mal. (Sr. Joilson).

Retornado à descrição das configurações familiares e deslocando o foco para o assentamento Santo Amaro, temos o caso da família da sra. Helena. Ela mora no lote de terra recém-conquistado nesse assentamento com o segundo marido, lugar em que estão construindo uma pequena casa para morarem e saírem definitivamente das “terras de fazendeiro”, onde trabalharam desde que ela se casou pela segunda vez. Agora tem a possibilidade de produzir para a família e ter as suas criações em uma terra própria. Sobre morar na terra que foi ocupada, a sra. Helena afirma:

Ainda não tô morando na terra, por causa das minhas criações [na casa anterior de fazendeiro onde morava]. Até tô querendo fazer logo a minha casinha, quero fazer menor, não quero fazer muito grande não. Fazer a casinha aí eu fico dentro lá, capinando, fazer uma horta, cuidar da criação.

Assim, a casa que é vista como referência para essa família é aquela que a sra. Helena e seu marido ajudaram o filho a construir em um lote afastado da usina na fazenda Novo Horizonte. Enquanto garantiram que o filho mais velho, Herval, tivesse a oportunidade de ter uma casa e uma terra própria para a sua família recém constituída, a sra. Helena e o marido continuaram a morar em terras de fazendeiros, esperando uma oportunidade de possuir uma terra própria. Assim, Herval mora com a sua esposa e dois filhos homens que possuem 13 e 15 anos. Ele é chefe de setor na usina Santa Cruz, sendo que ele passou a trabalhar em Santa

Cruz, desde o processo de falência de Novo Horizonte. Os filhos de Herval ajudam no trabalho do lote quando não estão estudando, assim como a sua esposa. No entanto, ela é responsável especificamente pelo cuidado das criações da família e a produção de queijos que são vendidos na cidade. Herval possui alguns cabeças de gado em seu lote e plantava cana para fornecer a Santa Cruz, mas atualmente não planta mais devido aos prejuízos que vinha obtendo.

A filha da sra. Helena, por sua vez, mora em Campos e não trabalha, migrou para lá “acompanhando” o marido que tinha uma casa própria. O segundo filho, Roberval, também trabalha na usina Santa Cruz, no entanto, teve que morar com a sua família nas casas da própria usina, uma vez que o lote da Reforma Agrária era de propriedade do seu irmão. Não é possível a coabitação entre irmãos que já são casados e têm a sua família formada. Desta forma, Roberval paga o aluguel mensal, uma vez que não tem a propriedade da casa.



Figura 4 – Vilarejo ao lado da usina Santa Cruz

Atualmente, o trabalho na usina Santa Cruz se apresenta como uma possibilidade de ter carteira assinada, exercendo uma atividade agrícola perto de Rio Preto. Além disso, é uma possibilidade de exercer os ofícios que foram aprendidos à época da usina Novo Horizonte. Existem “ônibus de turma” que levam diariamente à usina os trabalhadores da lavoura, quando se inicia a época do corte de cana. Sobre tal realidade, relata o sr. Joilson:

O pessoal sai daqui, menina, e trabalha em Santa Cruz. O pessoal sai daqui cinco e meia, seis hora da manhã e chega seis horas, sete horas da noite. E agora estão quase pedindo para que deixem trabalhar em Santa Cruz. A usina tá naquela dependência, não tá pagando a ninguém e eles estão implorando para trabalhar lá.

Além dessa vinculação com a usina Santa Cruz, muitos titulares de terra da Reforma Agrária são pequenos fornecedores de cana para a mesma. Essa é uma possibilidade de combinar o trabalho no lote com uma atividade agrícola ou mesmo fabril realizada fora do mesmo, com a possibilidade de aumentar a renda familiar. No entanto, a usina vem reiteradamente atrasando o pagamento. Isso também fica exposto no comentário do sr. Genilson que já trabalhou na usina, inclusive levando outros trabalhadores até a mesma:

Quando a usina [Novo Horizonte] faliu, fui trabalhar em Santa Cruz. E agora ela tá em uma base de quase falindo também e tô quatro anos sem trabalhar. Eu vivo da terra e também tenho uma van que faço uma lotação e tenho um ônibus que tá parado. O ônibus fazia o transporte da turma de Santa Cruz. Minha van quebra e fico sem serviço. (...) É muito triste, porque tem gente que trabalha e não recebe. E outros que nem serviço tem, igual a eu.

Os assentados atribuem o processo de crise na usina à mudança recente de proprietário, assim como fizeram em relação a Novo Horizonte. De acordo com estes, há cerca de dois ou três anos, as toneladas de cana vendidas para a usina Santa Cruz já não mais adquirem preço satisfatório, o que coincide com a aquisição da usina por um grupo de São Paulo.

No município de São Fidélis, está localizada a usina Pureza, uma das poucas que ainda estão em funcionamento também na região. Alguns assentados e filhos de assentados também trabalham nessa usina, ainda que em menor proporção se comparado à usina Santa Cruz. Outra fonte de emprego, ainda na região do rio Preto é uma das pedreiras da região que empregam alguns poucos assentados. Ademais, outras atividades agrícolas exercidas pelos titulares da terra e seus filhos são o contrato com o pagamento por dia de trabalho nas terras de fazendeiros da região. Mas não são muito bem vistas, uma vez que não garantem ter carteira assinada, além de serem consideradas mal remuneradas. Como diz o sr. Josivaldo em relação ao seu filho:

Ele ganha 10 reais, tá vendo? [se referindo a um rapaz de 18 anos vizinho] E um compromisso só, todo dia levanta 6h, tá vendo? E fica lá até 11h e ganhando 10 contos. Se trabalhar todo dia, ganha só 300. Se trabalhar todo dia. (...) Eu trabalhei só seis meses numa fazenda, mas foi pouco tempo. Ele pediu fica aí direto comigo, aí eu falei: 'tá doido, não tem jeito pra mim, não'. (...) Agora ele é carteira assinada lá [primo] eu não sou, agora se me mandarem embora, cadê o tempo meu? (...) Depois que as crianças pararam de trabalhar comigo, eu fiquei a dia ganhando 20 e esse primo meu de carteira assinada ganhando 15. Aí ele ficava falando que eu ganhava mais que ele. Eu disse que eu ganho mais cinco reais, vou todo dia no trabalho mas não tenho carteira assinada que é o mais importante.

Muitos assentados também mantêm ocupações urbanas e se deslocam diariamente principalmente para o centro da cidade de Campos. Algumas das principais ocupações exercidas pelos homens são vigia (segurança), motorista, vendedor, balconista. Para as mulheres, o principal emprego é o trabalho nas "casas de família", como empregada doméstica que é abandonado assim que se casam, como apontado anteriormente.

Outra família que demandou terra no assentamento Santo Amaro é a da sra. Luiza, cujo irmão tem terra no assentamento Novo Horizonte. A sra. Luiza e seu marido já moravam nas terras que hoje fazem parte do assentamento, a partir da cessão de um pedaço de terra pelo antigo administrador da fazenda Santo Amaro, uma vez que o marido dela havia pedido para ter uma lavoura para a família. Atualmente, ele trabalha como cortador de cana para a usina Santa Cruz. Eles têm apenas duas filhas, uma que já está casada e mora na região, enquanto a outra de 12 anos mora com eles. As filhas ajudam à mãe nas pequenas criações de galinhas e porcos. A sra. Luiza comenta sobre a conquista da terra:

Conseguimos a terra com muito sacrifício, muita luta, muito sofrimento, a minha família é muito sacrificada. Ficamos anos sem água e sem luz. A maior alegria pra mim vem primeiro de Deus, depois das filhas e da terra conquistada. A minha família só trabalha na terra, o marido trabalho clandestino, ganhando 15 por dia e investe na terra. Agora no começo não tá vindo nenhum recurso, mas depois que os recursos vier nós vamos viver só da terra.

A sra. Luiza também tem dois irmãos que possuem terra no Assentamento Santo Amaro. O irmão Marcelo já estava morando na terra, trabalhava em Santa Cruz e se candidatou a receber um pedaço de terra, se encaixando no perfil requisitado pela política de Reforma Agrária. A sua irmã foi para Santo Amaro somente a partir da Reforma Agrária, tem dois filhos, um de 12 e outro de 7, e é viúva. O marido dela não deixou nenhum benefício para os filhos, então, a terra “*veio em boa hora*”, segundo a sra. Luiza.

Atualmente, existem reuniões semanais sendo realizadas no assentamento Santo Amaro para discutir as demandas e melhorias necessárias para a infra-estrutura no assentamento, tais como a construção de estradas para acesso aos lotes, o aumento de itinerários de ônibus, a construção de uma escola primária, acesso a maquinário e sementes, irrigação, entre outros. Esta reunião conta com a participação dos próprios assentados, representantes da associação do assentamento, criada em 2005, além de representantes do INCRA e da Secretaria Municipal de Agricultura. No entanto, um dos principais pontos salientados nas reuniões é o problema de escoamento da produção que não é só encontrado no distrito de Morangaba (Rio Preto), como relata um dos assentados de Santo Amaro:

O que nós precisa, não é só Santo Amaro, é Campos em geral. Temos a terra na mão e a terra é boa. Mas tem que ajudar o pequeno produtor. Por que? Nós sem recurso, não tem como produzir. Aí, o que ocorre? Se você ficar ali naquela ponte do Ferreira Machado, o que rompe de mercadorias de fora para preencher nossa cidade, por que? Porque não existe. Nossa cidade é uma cidade explorada por cana de açúcar. Mas a cana-de-açúcar, você planta ela e você vende. É sete anos, oito anos, colhendo cana-de-açúcar. Agora, você vê o que tem de abóbora estragada na minha terra, sabe por que? Se levar para Rio Preto, quer panhar de graça.

Em alguns casos, os assentados possuem pequenas propriedades de herança da sua família de origem, o que diminui a pressão por terra das gerações seguintes, podendo garantir terra não só para o sucessor da família em questão, mas também para os outros irmãos. Além disso, a propriedade das terras de herança é claramente diferenciada das chamadas “terras de Reforma”, estas que foram reivindicadas após o processo de desapropriação da usina Novo Horizonte, sendo poucos os casos encontrados no assentamento.

Um desses é o da família do sr. Aluisio que possuía uma propriedade de 12 hectares em Rio Preto, antes do processo de Reforma Agrária. A sua família morava em São João, mas migraram para a localidade que hoje faz parte do assentamento Novo Horizonte. Após o segundo casamento, o seu pai se casou novamente e comprou uma casa em Campos:

Aí depois que ele [o pai] morreu, nós pegamos a herança daqui, eu e três irmãos, aí dividiu de três alqueires pra cada um. Meu irmão foi pro Rio, ele me deu as terras deles pra eu ficar trabalhando. Ele não vendeu, deu pra eu trabalhar, ficar fazendo lavoura. O marido da minha irmã é implicante pra caramba. Aí passou uns tempos, eu falei com meu cunhado se ele quisesse vender as terras dele que eu comprava. Naquela época, eu tinha dinheiro da cana da usina. (...) Aí meu cunhado tava zerado e perguntei se queria vender as terras. Ele disse que queria 8000 nas terras. Na época, eu tinha um amigo meu, aí fui conversei com ele se garantia os outros 4000, porque eu só tinha 4000, pra panhar as terras e eu pagando com cana. Aí ele garantiu. (...) Mas quando foi pra passar as terras, ele [cunhado] quase morreu. Só que eu comprei

só um alqueire e meio do meu cunhado. Eu tenho as escrituras. Aí eu tô nas minhas terras lá e a minha irmã tá morando na usina, na casa que a reforma deu na época, né?

É relevante notar o tratamento diferente dispensado ao irmão e ao cunhado na família acima apresentada. O irmão cede para aquele é que considerado como o sucessor na família as terras que seriam de sua posse, enquanto as terras da irmã são alvo de atritos com o cunhado que reivindica a posse das mesmas, uma vez que as mulheres não são consideradas herdeiras legítimas da “terra de trabalho”. Após uma negociação familiar, é resolvida a compra de metade das terras que pertencem à irmã.

O inventário da família foi resolvido pelo marido da outra irmã do primeiro casamento do pai. Por meio de uma negociação familiar foi alcançado um consenso da família, com a divisão das pequenas propriedades, sejam aquelas da cidade ou mesmo as propriedades de terra:

O marido da minha outra irmã pegou as heranças do meu pai, correu com tudo, com o inventário. E perguntou a todos os irmãos: “Você quer mudar ou quer ficar mesmo onde está?”. Tem mais duas propriedades. São oito irmãos. Quatro ficaram aqui. Aí tem a minha irmã que morava na usina, outro que morava em Campos, mas tem uma propriedade agora perto de Santo Amaro aqui e tem outra que mora em Campos, da casa da herança do meu pai, esses do segundo matrimônio. E as terras dessa caçula que mora em Campos ela vendeu pra um senhor daqui mesmo.

Segue uma representação gráfica da circulação da terra entre o sr. Aluisio e seus irmãos:

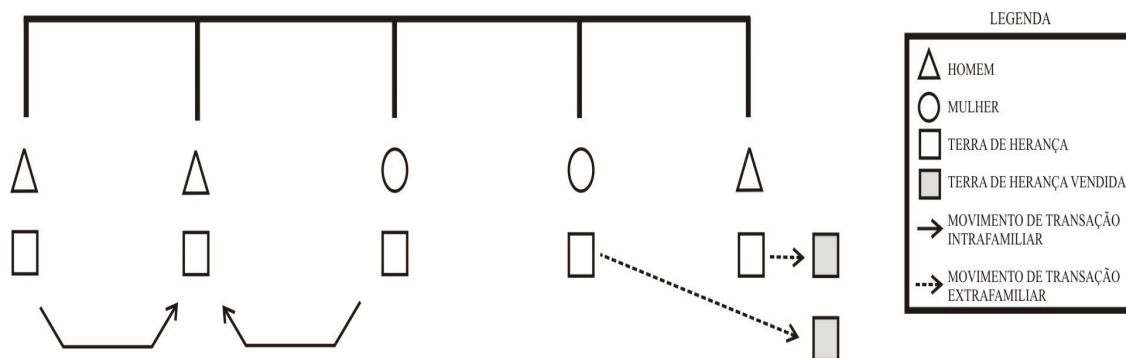


Figura 5 – Representação gráfica da família do sr. Aluisio

Dessa forma, o sr. Aluisio não pôde ser qualificado enquanto demandante de terras do processo de Reforma Agrária do Novo Horizonte, uma vez que já possuía um lote de terra. No entanto, dois de seus dez filhos foram trabalhadores da usina e reivindicaram terra à época da desapropriação. Antes mesmo do processo de Reforma Agrária, quatro filhos, nestes incluídos os dois acima mencionados, pediram para construir uma casa em sua propriedade. Como o processo de desapropriação do Novo Horizonte deu a oportunidade de escolher a terra que seria posteriormente marcada de forma oficial pelo INCRA, os filhos em questão demandaram por terras vizinhas à propriedade de herança de sua família. Desta maneira, puderam permanecer na casa que era localizada na propriedade de seu pai, além de ter o espaço produtivo contíguo necessário para a geração de renda autônoma para a seu grupo doméstico.

Este foi um caso em que se pôde aumentar o acesso à terra da família em questão, formando um patrimônio territorial fisicamente único. Assim, apenas um filho e um genro do sr. Aluisio utilizam a terra também como espaço produtivo, estes que demandaram a terra da Reforma Agrária, sendo as suas produções diversificadas – abóbora, milho, árvores frutíferas, cana, eucalipto e produção leiteira. Eles vendem parte da produção em Campos, principalmente o queijo que já tem “destino certo” a partir de um acordo com uma padaria da cidade. O sr. Guilherme e a sua esposa já participaram da Feira da Roça, a sua esposa vendia doces em compota que aprendera a produzir em um curso profissionalizante. Assim, o sr. Aluisio relata sobre a possibilidade do acesso de seus filhos às terras de Reforma Agrária:

É importante pra tocar a vida deles. As minhas, eles vão participar das terras em causa de morte minha. Eu não quero vender as terras. Nem se me pagar cem mil reais em um alqueire eu não vendo, pra que? Pra deixar pra eles. As minhas terras pra dividir é até ruim, é um morro muito que vai do rio até na casa do meu filho. (...) Se eu pegar no comprido, vai ser pequeno pra cada um, se eu pegar atravessado não vai ter água. Então, se eles quiser fazer casa, eles fazem casa, se eles quiser botar roça, eles põe roça. Tem quatro filhos na minha propriedade, dois só tem casa, porque tem os empregos dele, né?

Outro caso de “terras de heranças” que se somou às “terras da Reforma” é o do sr. Pedro. A sua família morava em Espigão, em terras de fazendeiro, onde plantava lavoura branca para o auto-consumo. No entanto, o fazendeiro começou a “implicar” com a grande plantação de banana que tinham, considerando que a família dele queria ocupar definitivamente aquela terra. Assim, a família do sr. Pedro se muda para Rio Preto, para a gleba de herança e começaram a fornecer cana para a Usina, sendo que não receberam a última remessa do fornecimento, como muitos dos pequenos fornecedores da época. Posteriormente, o sr. Pedro havia herdado pouco mais de um hectare de seu pai reivindicou a propriedade de seis hectares de terras pela Reforma Agrária, o que era possível sob o ponto de vista legal.

Na época, os técnicos do INCRA informaram que ele tinha direito a possuir uma terra da Reforma Agrária, só que não seria tão grande quanto os dos outros. O sr. Pedro comenta que este processo foi “*uma política danada*”, porque consideraram que na época ele “*não precisava pegar a terra*”, dividindo o que seria o lote que seria seu com o vizinho que vendeu a sua parte para fazendeiro, porque “*não tem coragem de tocar*”. Ele não vende a terra, quer deixá-la para os filhos. A principal justificativa é que não ter lugar para morar é uma realidade muito triste e, portanto, indesejada, parte de um passado que ele não quer que se repita para as gerações seguintes.

O sr. Pedro possui uma “venda” na usina, onde trabalham ele e o seu filho mais novo, Roberto. Atualmente, eles têm apenas pequenas criações e produção para o consumo da família no lote, uma vez que não fornecem mais cana-de-açúcar para a usina Santa Cruz, já que deixou de ser rentável. No entanto, como o sr. Pedro tem nove filhos, as terras que a família possui não é suficiente para o uso produtivo e residencial de toda a prole. Até mesmo o sr. Pedro analisa a situação desta forma, uma vez que afirma que a terra será suficiente para que seja resguardado pelo menos o espaço de residência de seus filhos. Ao passo que ele salienta que hoje moram “em sua casa” apenas uma filha divorciada, seus netos que ficam sob a responsabilidade do sr. Pedro e de sua esposa, o seu filho mais novo. Nas “terras de herança” já está vivendo outro filho que se casou recentemente que possui um emprego na cidade. Os outros filhos migraram para Campos e Rio das Ostras, o que facilitou a alocação daqueles que permaneceram nas terras da família.

Assim, sobre a configuração atual das famílias assentadas de Novo Horizonte acima

descrita, também é relevante produzir algumas breves considerações. Vimos que há várias possíveis interações entre os espaços da casa, da terra e a relação de trabalho que podem ser realizadas dentro ou fora do espaço do lote. A casa de referência da família, ou mesmo a casa dos membros da fratria pode ser localizada na usina ou no lote de Reforma Agrária, seja nas fazendas Baiano, Novo Horizonte ou mesmo no assentamento Santo Amaro. Assim, nestes casos, o “lugar de morar” é considerado de propriedade da família e isto é de relevante importância para as famílias, principalmente em comparação com o passado em que não possuíam nem mesmo a casa onde moravam. É o desejo dos chefes de família que pelo menos o “lugar de morar” seja reproduzido para os filhos quando se casam. Para tanto, usam o espaço de residência principalmente dos lotes de terra, quando já possuem uma casa na *usina*, ou mesmo os filhos demandam terras do novo assentamento – Santo Amaro. Quando isso não é possível, a solução é morar de aluguel, seja na cidade ou mesmo na usina Santa Cruz. Outra solução que ocorreu de forma episódica em Novo Horizonte foi garantir uma das casas construídas pela prefeitura na época em que uma grande enchente acometeu a região. Quanto às filhas divorciadas, uma vez que o padrão de residência é patrivirilocal, elas se deslocam geralmente às terras da família do marido e retornam posteriormente à família de origem. Nesses casos, é preciso uma reorganização do espaço de residência, uma vez que elas não são mais solteiras. Ao mesmo tempo em que é preciso que fiquem sob a tutela de uma figura masculina, o pai ou na ausência deste um irmão mais velho. A reorganização da casa geralmente se dá de duas formas – a casa é dividida de forma simétrica, sendo que a filha e netos dividem a cozinha com o núcleo conjugal de origem, denotando inclusive o orçamento familiar comum. A outra possibilidade é a construção de um pequeno cômodo à parte para a mesma, permanecendo a divisão da cozinha com os pais.

As terras da família estão localizadas no assentamento Novo Horizonte ou no Santo Amaro e em poucos casos existem algumas pequenas propriedades de herança na família. Assim, geralmente o núcleo conjugal de referência demandou a terra no assentamento Novo Horizonte quando da época da desapropriação das terras, sendo que os filhos eram menores à época. Se os filhos já estavam trabalhando em Novo Horizonte, também puderam demandar terras, assim a reprodução social da família em questão fica facilitada, na medida em que os membros da fratria garantiram terras próprias e não tem que negociar a divisão ou permanência indivisa em um único lote da família. No entanto, se tratamos de família com filhos menores à época da criação do assentamento Novo Horizonte, na medida em que atingiram a idade adulta e se casam, os filhos homens necessitam pelo menos o lugar de morar que deve ser providenciado pela família do noivo. Morar na terra da família é uma possibilidade concreta, como visto anteriormente e essas possibilidades aumentam se há a confluência de terras de herança na família com as de Novo Horizonte e mesmo se demandam terra em Santo Amaro. Demandar terra em Santo Amaro é uma possibilidade de criar um espaço de produção viável para a unidade doméstica recém-formada, bem como se conjugarem as terras de herança, com as de Reforma Agrária.

Desta forma, as possibilidades de trabalho são o cultivo do lote; a combinação deste cultivo com outras atividades agrícolas ou não agrícolas, no espaço urbano do município ou mesmo no rural ou a migração definitiva para a cidade e a realização de atividades neste âmbito. Geralmente, os titulares da terra permanecem produzindo no lote, a não quando já atingiram uma idade mais avançada e desenvolveram algum tipo de impedimento físico para tanto. Os titulares da terra trabalham comumente apenas no lote da família, uma vez que são aposentados e podem combinar as duas fontes de renda que representam um importante alicerce para os outros membros da fratria, principalmente para as filhas divorciadas que voltam a morar com os pais. A combinação de atividades no lote e outras atividades na região

do assentamento são geralmente feitas pelos filhos homens que ainda não se casaram e permanecem na casa da família ou para os filhos homens casados que permanecem no assentamento, conjugando uma produção para o consumo de sua unidade doméstica e a realização de outra atividade. Ao passo que para os filhos que não puderam permanecer no assentamento pela impossibilidade de espaço pelo menos de residência para a sua família ou pela manifestação da vontade de migração definitiva para a cidade, as atividades são as mais diversas, como apontadas acima e estes podem vir a investir na terra da família e mesmo ajudar aos membros familiares em situações de dificuldades, principalmente ao núcleo conjugal de referência. As possibilidades de trabalho das mulheres são mais circunscritas se em comparação com os homens, se elas permanecem no assentamento são responsáveis pelo cuidado do âmbito doméstico, quando casadas ou quando moram com os pais divorciados ou viúvos. Nestes casos, podem cuidar de pequenas criações e são responsáveis também pela produção de queijos. Geralmente, a renda advinda dessas produções é uma das possibilidades de autonomia frente aos maridos e aos pais e utilização desta em produtos considerados supérfluos (pelos maridos) e artigos para os filhos. O trabalho mais recorrente no meio urbano é aquele realizado nas “casas de família”, podendo incluir ou não a migração definitiva para a cidade. Esse trabalho é geralmente realizado quando ainda são solteiras, retornando ao assentamento quando se casam ou migrando para a cidade se o marido possuir um emprego urbano.

É também relevante analisar a presença e interação das redes familiares nos casos apresentados. Como os casamentos são realizados preferencialmente entre pessoas consideradas “da região”, como será visto no próximo capítulo, não é incomum a habitação próxima de pessoas aparentadas. Isso representa a possibilidade de ajuda mútua entre as casas, principalmente entre as mulheres, com o revezamento no cuidado dos filhos e dos mais velhos, bem como a ajuda em épocas de precariedade na situação financeira das famílias e troca de produtos da dieta familiar que são produzidos no lote. Pode-se observar que esta interação se expandiu em relação ao assentamento Santo Amaro, também ocupado por famílias da região, assim como as famílias que ainda moram e trabalham em “terras de fazendeiro”.

Para todo essa complexa interação das casas, as terras e seus diferentes usos – sejam residenciais, produtivos ou mesmo diferentes combinações para diferentes familiares denomino o sistema casa-lote. Esse sistema combinado com a interação entre o trabalho no lote, a aposentadoria e os diversos empregos no meio rural e no urbano permitem um circuito de reciprocidade e interação dos membros familiares que é peculiar ao assentamento analisado, por sua heterogeneidade e combinação de estratégias de reprodução social das famílias. A possibilidade de permanência nas antigas casas da usina levou a uma configuração espacial diferente daquela encontrada em alguns assentamentos e, muitas vezes, uma dissociação dos espaços produtivo e residencial, pelo menos para uma das unidades domésticas que coabitam o sistema casa-lote. Essa dissociação se dá principalmente pela vontade da proximidade ao centro da localidade, o que permite acesso ao centro do município de Campos, bem como a serviços básicos, como educação, posto médico, mercados, entre outros. É mais verificada quanto maior for a distância em relação à terra, sobretudo, para o caso dos assentados da fazenda Baiano. Muitos desses assentados moram na “terra da Reforma Agrária”, no entanto, outros optaram por permanecer na região central da antiga usina e se deslocarem diariamente para a terra, uma vez que inexitem linhas de ônibus que interliguem a fazenda Baiano com o centro de Rio Preto, bem como à cidade de Campos. Porém, em alguns casos, não é possível ter uma casa na região central da usina e mesmo a possibilidade de construção da casa foi postergada com a demora e até não liberação do crédito Habitação para os assentados de Rio Preto, o que levou à utilização de parte do PROCERA para a viabilização

das casas no lote que tiveram sua construção incompleta.

Além disso, a existência do sistema casa-lote tal como verificado em Rio Preto aumenta as possibilidades de permanência dos filhos que assim desejarem de acordo com a inserção produtiva que foi acertada na família e a vontade dos mesmos. Assim, este sistema corresponde a uma combinação de espaços de residência e de trabalho, sendo mais ou menos numerosos de acordo com a família em questão.

A partir das descrições das famílias explicitadas acima, é possível verificar que “*trabalhar para mim*” é diferente do trabalho assalariado, na medida em que é valorizado por sua possibilidade de autonomia e de negociação no âmbito familiar acerca dos recursos da terra e das possibilidades de cultivo. Ademais, a possibilidade do trabalho para si e para a família é ainda mais valorizado quando se remete à situação anterior de atrelamento do espaço de residência e de trabalho, uma vez que qualquer vantagem material que o trabalhador recebia dependia mais da relação estabelecida com o proprietário de terras, do que o trabalho realizado (cf. GARCIA Jr., 1989), marcando a situação de subordinação moral do mesmo. No entanto, em determinados ciclos do grupo doméstico é necessário que o chefe de família combine as atividades realizadas no lote com aquelas realizadas fora, seja em atividades agrícolas ou mesmo não-agrícolas. Mesmo assim, os titulares da terra se autodenominam como pequenos produtores ou agricultores, o que expressa a sua vinculação primordial com o trabalho exercido no lote da família.

A transmissão de valores relacionados principalmente à ética do trabalho, para o caso dos homens e os valores relacionados ao casamento, no caso das mulheres é geracional. Ser um “bom trabalhador” à época da usina significava não ter receio das longas horas dos turnos da fábrica ou do corte de cana e poder garantir o suficiente para a manutenção de forma digna da sua família. Atualmente, se mantém os mesmos valores para julgar os “bons trabalhadores” da terra, sendo passíveis de controle público. O trabalho “duro” na terra⁴⁴ é um dos valores dos assentados, trabalho que muitas vezes não pode depender da existência de maquinários, por não dispor facilmente dos mesmos. Esse julgamento a respeito do trabalho também se dá em relação àquele realizado fora do âmbito do lote, seja nas terras de fazendeiro ou mesmo no complexo fabril da usina Santa Cruz.

Uma das formas de controle público (cf. SEGALIN, 1980) existentes em Rio Preto em relação ao trabalho é a observação da produção na terra alheia e julgar o que poderia ser produzido. Um dos fatores que atenuam as críticas alheias é o fato do chefe de família responsável pela terra ter a necessidade segundo os padrões aceitos localmente de trabalhar tanto na própria unidade familiar quanto fora desta. No entanto, se existe mais de uma unidade doméstica vivendo em um mesmo lote é levada em consideração cada família nuclear, ainda que em uma delas possa ter um chefe de família aposentado, o que acontece geralmente na unidade doméstica mais antiga. Ou mesmo se o responsável, ou seja, o titular da terra estiver gravemente enfermo e a sucessão ainda não tenha ocorrido de fato. Mas quando tais aspectos atenuantes não existem, julga-se o que poderia ser produzido no lote alheio de acordo com a mão-de-obra familiar disponível, o tamanho da propriedade e qualidades de relevo da mesma, entre outros. Aqueles que não estiverem produzindo de acordo com o nível socialmente estabelecimento, são objeto de comiseração.

Há uma crítica explicitada por alguns técnicos do INCRA de que o interesse dos

44 Sobre alguns valores relacionados ao campesinato que estuda, Seyferth (1985) comenta: “*Trabalho duro, solidariedade, liberdade – no âmbito da ideologia desse campesinato – são as características que identificam o colono*” (94). Esses valores também organizam a representação de trabalho agrícola familiar propagada em Rio Preto.

assentados seria ter um patrimônio com a terra e não um lugar de trabalho. A partir das entrevistas e observações de campo que foram trabalhadas ao longo deste capítulo, nota-se que um processo não está dissociado do outro, o desejo é por um lugar de trabalho que seja de posse da família, ou seja, que faça parte do patrimônio familiar, muitas vezes, iniciado a partir da propriedade da terra a partir do processo de Reforma Agrária. Ser da família é importante, pela autonomia não só produtiva, mas autonomia de gestão deste patrimônio, podendo, uma vez observados os trâmites legais necessários à aquisição da propriedade, dispor da mesma como julgar mais conveniente. Muitas das vezes, essa mobilização da propriedade por parte dos titulares é criticada por alguns técnicos do INCRA que afirmam que por razão dessa consideração da terra como um patrimônio pelos assentados deveria ser concedido apenas uma concessão de uso *ad eternum* ao mesmo e não um documento que ateste a propriedade. Isto é, posição contrária à forma pela qual os assentados administram a terra de trabalho que é considerada da família e, portanto, não está dissociada da caracterização enquanto familiar do patrimônio, permitindo a administração de seu próprio futuro.

CAPÍTULO III. A VIABILIDADE E A PREVISÃO DO FUTURO

O objetivo deste terceiro capítulo é analisar como é construída a perspectiva de futuro das famílias assentadas de Novo Horizonte. Para tanto, serão analisadas as perspectivas dos jovens, a construção da relação entre a fratria, o cuidado com os mais velhos, o casamento e a alocação das novas unidades domésticas e o reconhecimento realizado pelo chefe de família da vocação de seus filhos, levando também em conta o recorte de gênero. Essas variáveis serão verificadas, tendo em vista casos particulares de algumas famílias selecionadas. Posteriormente, será discutida a questão da transmissão dos bens e se o próprio termo “sucessor” pode satisfazer analiticamente os pressupostos dessa pesquisa. Além disso, serão demonstrados nesse capítulo quais são os estágios legais pelos quais a terra do assentamento Novo Horizonte passou, o que possivelmente tem impactos relevantes na construção e na escolha do sucessor. Todas essas questões serão verificadas com base na história e conduta familiares que vêm sendo analisadas ao longo também dos capítulos anteriores. No entanto, de forma a iniciar o capítulo será apresentado o momento do recebimento do título definitivo da terra por 19 famílias assentadas em abril de 2009.

O momento do recebimento do título definitivo

Tive a oportunidade de acompanhar a entrega dos títulos definitivos a 19 famílias assentadas na fazenda Aleluia, mas que contemplavam também assentados de todas as outras fazendas de Novo Horizonte. É relevante remeter a este momento, já que marca a passagem das famílias assentadas em direção ao primeiro passo para que tenham definitivamente a propriedade da terra que ocuparam há mais de 20 anos e em que trabalharam por pelo menos duas gerações. Neste sentido, procurei observar como este momento era construído pelo agente estatal (INCRA) e de que forma era recebido pelos beneficiários da Reforma Agrária.

O momento da entrega propriamente dito foi um pouco atrasado para os assentados, devido à chegada dos técnicos do INCRA encarregados de realizar o procedimento. Estavam à espera do momento da entrega dos títulos cerca de 15 assentados, com os seus familiares. Não houve nenhum cerimonial, contrariando à minha expectativa, que correspondesse àquele momento específico. Os poucos índices⁴⁵ de que se tratava de uma situação extraordinária era a reunião de todos no galpão, ao redor de uma mesa com uma toalha branca onde se sentavam as testemunhas escolhidas ali mesmo a partir de quem se voluntariou e aqueles que iriam assinar o recebimento do título definitivo de propriedade da terra. Houve brevemente uma apresentação sobre o recebimento do título, a planta e o memorial de sua propriedade pelo INCRA, sanando algumas dúvidas que eram apresentadas naquele momento. “*Título é papel moeda. Se mexer muito começa a sair real daí*”, enfatizou um dos técnicos do INCRA sobre o valor do documento e o cuidado ao conservá-lo. À medida em que os titulares da terra e seus cônjuges receberam os documentos, os técnicos do INCRA explicitavam algumas outras dúvidas que ainda restavam e marcavam os procedimentos técnicos necessários.

45 Segundo o uso do termo índice por Peirce (1995).



Figura 6 – Entrega dos títulos definitivos aos assentados na fazenda Aleluia dia 16/04/2009

Outros índices que marcaram este momento foram a necessidade do cumprimento de algumas exigências para que a ocasião fosse realizada. A outorga do título definitivo da terra⁴⁶ só pode ser concedida mediante a assinatura tanto do titular quanto do seu cônjuge, sendo somente feita ao homem ou a mulher na ausência de cônjuge ou companheiro(a) (em caso de união estável). Quando do recebimento do título, o outorgado recebe uma cópia da planta e do memorial descritivo de seu lote de terra (NE 29/INCRA). A partir do recebimento do título de domínio, este deverá ser registrado em cartório de imóveis. Mas somente após a quitação de todas as prestações anuais relativas ao imóvel, o INCRA emitirá uma certidão de quitação para ser anexada ao título de domínio definitivo e a família pode aliená-lo. Essas parcelas são anuais, para o caso de Novo Horizonte, geralmente a divisão do pagamento da terra foi feito em dezenove parcelas, mas que podem ser quitadas a qualquer momento, não precisando esperar o transcorrer de dezenove anos. O valor destas parcelas será atribuído de acordo com o valor do depósito judicial feito pelo INCRA, quando da desapropriação das terras em questão, sendo adotado o valor do mercado de terras se o mesmo for superior ou inferior em trinta por cento (IN 30/INCRA). No caso do Novo Horizonte, foi estipulado um valor pelo hectare de

46 Ao estudar a concepção de propriedade de terra para os assentados, Elias (2003) identifica que a outorga do título de domínio definitivo é visto como um importante passo pelos assentados, na medida em que o consagra efetivamente como donos da terra, o que é caro para a autonomia e constituição de patrimônio familiares. No entanto, muitos temem o endividamento, justamente porque necessitam pagar a terra anualmente.

terra e multiplicado pelo tamanho da área de cada família assentada. O pagamento da terra é efetuado mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) e de acordo com os assentados o STR-Campos tem assistido os assentados na realização dessa tarefa, sanando possíveis dúvidas.

As prestações são corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), sendo que há uma carência de três anos para o pagamento da primeira prestação. Se o pagamento for feito até a data do vencimento estipulada no título, o beneficiário tem direito a um abatimento de 50% em relação à correção monetária em vigor. Será concedido um desconto de 30% sobre o valor da parcela para o caso de titulares idosos, ou seja, com mais de 60 anos. Também terão desconto as famílias assentadas que mantiverem todos os filhos com idade entre 7 e 14 anos matriculados em uma escola, freqüentando regularmente o ensino fundamental, o que acarreta em um abatimento de 50% sobre o valor da parcela da terra, de acordo com o programa “Nossa Terra Nossa Escola”. Para receberem este último abatimento referente ao pagamento da terra é necessário apresentar uma declaração da escola, listando os filhos matriculados e as suas idades de nascimento (IN 30 INCRA).

Os assentados não concordam com a estipulação de idade feita pelo INCRA para o abatimento de 50% referente ao valor das parcelas da terra. Mesmo após os 14 anos, muitos filhos de assentados continuam se dedicando aos estudos e não tem nenhum incentivo para que assim permaneçam, o que implica em se deslocar diariamente para a cidade de Campos. É sugerido pelos titulares da terra que o benefício referente ao programa “Nossa Terra Nossa Escola” pudesse ser estendido até pelo menos os filhos completarem 18 anos, para que o valor abonado em relação ao pagamento da terra pudesse ser utilizado como contrapartida pela não realização de trabalho pelos filhos fora do lote. A idade fixada em torno dos 18 anos corresponderia à conclusão do ensino médio e a maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou mesmo inserção em atividades mais bem remuneradas.

De acordo com os técnicos do INCRA, existem algumas negociações que são realizadas por este órgão de forma a agilizar o processo de sucessão e herança da terra, quando possível. Se o título a ser entregue pertence a um titular que já faleceu, o procedimento correto, segundo a legislação, era entregar o documento ao inventariante do processo, mediante a apresentação do termo de inventariança, sendo o inventariante o responsável pela assinatura do recebimento do título. Porém, há o entendimento por alguns técnicos do INCRA que os custos do processo, na maioria das vezes, impedem a realização desse procedimento pela família em questão. Para que a situação não fique irregular, o INCRA pede que os herdeiros assinem o processo de desistência, o título volta para o INCRA e sai em nome de apenas um dos herdeiros, normalmente o sucessor, sendo que depois de registrado e quitadas as parcelas pode ser dividido entre eles, se for o caso. Se não houver um consenso na família sobre qual filho permanecerá enquanto sucessor na terra, os representantes do INCRA afirmaram que eles adicionam o nome do irmão em questão que também deseja possuir uma terra para a sua própria família no seu cadastro para incluí-lo em novos projetos de assentamento. Tal passagem demonstra o peso que o arranjo familiar tem na disposição dos processos de herança e sucessão da terra, sendo que é possível, na maioria dos casos, a formalização dentro dos âmbitos legais deste acordo social já feito.

Por outro lado, houve críticas vindas de técnicos do INCRA a respeito da “concentração” da distribuição dos lotes da Reforma Agrária a um número de pessoas de uma mesma família, uma vez que à época da desapropriação das terras da usina Novo Horizonte chefes de família conseguiram receber terra, ao mesmo tempo em que alguns de seus filhos também receberam parcelas individuais. Tal afirmação denota um incômodo destes representantes do Estado a respeito da dita “concentração de terras” a partir da conjugação dos

arranjos familiares para o gerenciamento e permanência na terra, o que está intimamente ligada à noção do público de Reforma Agrária – as famílias elementares. Ora, há uma particularidade evidente de que as pessoas que receberam a terra de fato tenham trabalhado na antiga usina Novo Horizonte e para tanto moravam na localidade, praticamente não existindo pessoas de outras localidades para diminuir a alegada “concentração” das terras em poucas famílias. Além disso, o tamanho das terras é comumente considerado suficiente para a geração de renda para mais de uma família nuclear, portanto, receber um lote individual àquela época facilitou o processo de sucessão para as famílias que assim procederam, mesmo assim, esses casos não constituem grande parcela dos assentados.

A não obrigatoriedade da demarcação do momento de entrega dos títulos definitivos ficou ainda mais evidente, na medida em que foram entregues alguns documentos na estrada de volta a Campos para aqueles assentados que não conseguiram chegar a tempo na reunião marcada pelo INCRA. Existia uma necessidade premente de que fosse atingida a meta de serem entregues todos os títulos, ainda que fossem sacrificadas algumas exigências legais por vezes.

A respeito de ter a propriedade da terra, o sr. Wanderley, um dos poucos assentados que ainda não possui o título de domínio definitivo, afirma: *“A terra é minha, tô trabalhando nela, ninguém tira”*. Mesmo quando a família em questão possui o título de domínio definitivo da terra e já está pagando as suas prestações, a justificativa sobre a posse da terra também é feita acionando um discurso de que a família já está trabalhando nela há muito anos. Esse é o caso do sra. Rita: *“A terra, nós considera que é da gente, né? Nós aqui já tamo velho aqui, trabalhamos muito. Temo documento. Já tem o título definitivo, tá no nome do meu marido e meu. Já inteirou sete parcelas”*. Ao mesmo tempo em que a terra não é considerada de posse apenas daqueles familiares que trabalham na mesma, mas sim de toda a fratria em questão, ainda que os irmãos tenham claramente interesses diversos. Sobre este aspecto, ressalta Igor: *“Vou dividir com eles [irmãos]. Eles podem até querer criar uns animais assim, mas vir pra cá, eles não vem não. A mais nova não vem mesmo, não gosta de roça não”*.

O momento do recebimento do título definitivo não foi considerado tão marcante para as famílias que participaram desse processo. Estas já consideram que a terra é “da família”, na medida em que trabalham na mesma por mais de 20 anos, como os relatos acima evidenciam. Pode-se dizer que o recebimento do documento que atesta a posse provisória do lote teve maior importância nesse contexto, uma vez que instaurou o processo de ocupação definitiva da terra, ao mesmo tempo em que demarcou os limites de cada lote. Os anos de trabalho na terra corresponderiam à justificativa para a sua propriedade, uma vez que o recebimento do título de domínio definitivo inclusive foi considerado muito demorado por grande parte das famílias assentadas. Apesar disso, vêem no recebimento do título alguns importantes fins para o gerenciamento do lote da família – a possibilidade de acessar créditos não ligados mais à Reforma Agrária; bem como a possibilidade de vendê-lo ou comprar outro obedecendo aos trâmites legais.

Neste sentido, podemos ver que esses dois discursos convivem e conformam a realidade dessas famílias que foram assentadas. Estes podem ser indicados como o discurso, por um lado ligado aos costumes ou e outro ao formalismo das leis. Ambos têm a sua força ilocucionária, nos termos de Austin (1995) – o direito costumeiro garante o acesso e mesmo a propriedade da terra pela justificativa dos vários anos de trabalho e investimento da família na terra; ao mesmo tempo em que o discurso legal garante o acesso jurídico e formalizado pelo Estado, levando a alguns efeitos perlocucionários – acesso a crédito, venda legalizada, entre outros. Esses dois códigos não são contraditórios, mas sim acionados pelas famílias em

questão de acordo com os contextos em que são produzidos⁴⁷.

Aspectos legais a respeito do processo de emancipação e de titulação definitiva

Antes de passar aos constrangimentos legais, ou seja, o código formal relacionado aos processos de herança e sucessão, é importante resgatar o status jurídico do assentamento Novo Horizonte como um todo. Apesar de o assentamento já ser considerado emancipado pelo INCRA, o processo judicial de desapropriação da Usina Novo Horizonte ainda não pode ser considerado definitivo, por ser baseada em uma sentença de primeiro grau. Desta forma, há apenas a posse garantida por uma determinação provisória no que tange ao INCRA. Pode-se afirmar que a política pública foi efetivada mesmo sem esperar a decisão final do Poder Judiciário (PINHEIRO, 2009).

A decisão para proceder desta forma levou em conta que as famílias necessitavam reverter rapidamente o quadro de miséria e pobreza instalado após a falência da usina, uma vez que se encontravam sem meios para sobreviver e sem a possibilidade de investimento inicial para o cultivo da terra. Neste sentido, a autorização de créditos federais e outras verbas de fomento foram imprescindíveis para a concretização da passagem do trabalhador assalariado para pequeno produtor assentado. No entanto, é importante apresentar o pano de fundo jurídico no qual o assentamento Novo Horizonte se insere. Além disso, Pinheiro (2009) salienta a falta de uma legislação cabível aos assentamentos de Reforma Agrária que pudesse agilizar os processos, de forma a concluir o mais rápido possível a transferência efetiva da propriedade para os trabalhadores rurais. A autora expõe:

A Justiça não vem percebendo a política como instrumento de distribuição de renda e conseqüentemente o trata como um conflito privado. Neste caso específico, o juiz sequer vê a Reforma Agrária como um direito e sim como uma expectativa de direito da sociedade (PINHEIRO, 2009: 65).

Especificamente sobre as regras a respeito da herança e sucessão, é importante se referir a legislação agrária nacional, de forma a explicitar quais são as referências e constrangimentos que orientam o trabalho dos técnicos, enquanto “intercessores da ação estatal”, tal como explicita Neves (1997a) e, conseqüentemente, a vida do assentado. Não de forma a realizar uma análise “de cima para baixo” ou “de fora para dentro”, tendo os assentados apenas como receptores (NEVES, 1997a), mas sim de forma a explicitar quais são os parâmetros da política pública que constituem constrangimentos para as práticas de reprodução social estabelecidas por suas famílias.

Em primeiro lugar, a família assentada recebe um Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra ocupada, quando da homologação dos beneficiários do projeto de reforma agrária em questão. Esse contrato será firmado por um prazo de cinco anos, prorrogável por igual período. O Título de Domínio (TD) só será transferido à família assentada, quando transcorridos pelo menos cinco anos após a vigência do CCU, se as parcelas de terras já estiverem sido marcadas e georreferenciadas com a confecção de uma planta, um memorial e a área do projeto estiver sob o nome do INCRA (IN 30/INCRA). Esse último requisito pode ser considerado controverso para o caso específico do assentamento Novo Horizonte. Ademais, há um prazo de inalienabilidade da parcela de terra por um prazo de 10 anos, contados a partir da

47 A convivência com esses dois códigos – um costumeiro e outro legal – foi analisado por Moura (1975) e Seyferth (1983)

emissão do CCU48. Para o caso do Novo Horizonte, esse período de tempo já foi contemplado, sendo possível legalmente a venda do imóvel, caso esteja devidamente registrado em cartório, além de terem sido quitadas as parcelas do pagamento da terra.

Tanto o CCU quanto o TD serão outorgados ao casal, seja em situação de união estável ou casamento propriamente dito. No caso de falecimento do cônjuge ou companheiro, o título será outorgado somente ao homem ou à mulher. No entanto, se o casamento ou união estável forem dissolvidos, a legislação prevê a outorga do TD à mulher, se ainda não tiver sido emitido antes da dissolução do casamento, caso tenha filhos sob sua guarda. É importante salientar que ao homem cabe, geralmente, a posição de outorgado, enquanto à mulher cabe a posição de cônjuge. De acordo com o artigo 17 da NE 45:

As mulheres e os homens são iguais em direitos e obrigações no âmbito do Programa Nacional de Assentamentos Rurais Sustentáveis, nos termos do art. 5º, I, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Na unidade familiar rural constituída, à mulher será atribuída a condição de trabalhadora rural, devendo ter o respectivo registro junto ao Sistema de Informações do INCRA.

A necessidade da assinatura de ambos os cônjuges foi objeto de disputa para uma família assentada que recebeu em abril de 2009 o título de domínio definitivo da terra em Novo Horizonte. A partir do registro da terra, no título emitido constava o nome tanto do homem quanto da mulher. No entanto, houve uma tentativa do homem assinar o documento sozinho, alegando que estava recentemente separado da mulher. Ele inclusive perguntou como poderia fazer para retirar o nome da mulher do documento, diante da separação conjugal definitiva dos dois. A impossibilidade de resolver imediatamente a questão levou o homem a chamar a sua ex-esposa para falar diretamente com os técnicos do INCRA e atestar verbalmente que eles estavam de fato separados e ela inclusive morava em outro lugar. No entanto, uma das filhas do casal também compareceu ao momento de entrega dos títulos e convenceu a mãe a assinar a documentação referente à propriedade da terra, porque sabia que a mãe teria direito à mesma pelo tempo em que ficaram casados, além dela e de seus outros irmãos. Tal situação denota que os direitos dos filhos subsistem mesmo depois da união conjugal ser dissolvida. Além disso, este é um caso em que o processo de herança não está sendo negociado no âmbito familiar, uma vez que a família em questão passa por um momento de dissociação, demonstrando que nem sempre há uma autoridade dentro deste âmbito para resolver as tensões de forma inconteste.

No ano de 2007, foi promulgada a legislação que se refere de forma específica à situação da mulher assentada, resguardando, dentre outros aspectos, a participação desta enquanto titular (IN 38/INCRA). Dessa forma, de acordo com o que foi estabelecido por esta instrução normativa, à mulher será incentivada a aprendizagem, por meio de políticas de educação no campo e a inclusão da perspectiva de gênero na grade curricular do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), além de ser incentivada a sua presença enquanto agente multiplicadora de ações afirmativas em áreas de assentamentos. No caso de mulher casada ou mesmo homem casado, seja por meio de união estável ou casamento, mediante apresentação de documentação concernente, será constituída a chamada “unidade familiar”. A família chefiada por mulher terá preferência para a classificação das famílias beneficiárias da Reforma Agrária.

48 “ou, se inexistente, a partir da data da emissão do Título outorgado ou do registro do mesmo, conforme o disposto em cláusula resolutiva constante do documento, à época” (art. 4, IN 30 INCRA)

É importante ressaltar que a legislação concernente à realização da sucessão antes da transferência do domínio definitivo da terra e mesmo aquela que diz respeito ao domínio definitivo da terra se refere sempre à categoria “unidade familiar” e não individualmente ao titular da terra. A unidade familiar é considerada referência para os fins de exploração agrícola do lote e responsabilizada pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas seja para a sucessão e também para a transferência definitiva do título de domínio de terra. O formulário para a inscrição no programa de Reforma Agrária possui campos distintos para as informações da mulher candidata e do homem candidato, tais como estado civil, escolaridade, profissão, tempo de trabalho em atividades rurais, renda mensal, posse de imóvel rural com área superior a um módulo rural, antecedentes criminais, aposentadoria, entre outros. Posteriormente são fornecidas informações sobre os outros membros familiares, se houverem. Na legislação anterior, a referência no que tange à expedição do título de domínio definitivo era feita em relação ao(s) outorgado(s), ou seja, o titular da terra ou o titular e cônjuge, se houver.

Em caso de invalidez ou morte de um dos titulares da unidade familiar em questão, o INCRA assegura o contrato de concessão de uso da terra aos sucessores se preencherem os requisitos para o acesso à terra da Reforma Agrária, como não possuir emprego com renda superior a três salários mínimos, não ser funcionário público, entre outros, além de estarem residindo e cultivando na terra (Anexo I – IN 30/INCRA). O sucessor considerado “natural” é o cônjuge, uma vez que ele já passou pelo processo de seleção e preencheu os requisitos legais para se candidatar a uma terra da Reforma Agrária. Para o caso do título de domínio definitivo, enquanto vigentes alguma das condições resolutivas, está vedada a transferência ou alienação do imóvel, salvo no caso de sucessão por *causa mortis*. Essas condições resolutivas são extintas quando cumulativamente:

a) a UNIDADE FAMILIAR houver liquidado integralmente o valor de seu débito para com o OUTORGANTE, inclusive os créditos reembolsáveis, concedidos para fins de Reforma Agrária; b) se decorridos dez anos, da data do Título ou da outorga do Contrato de Concessão de Uso, se expedido anteriormente a este, em face do estabelecido no art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com alterações posteriores; c) se registrado o imóvel no Registro de Imóveis competente; d) estiver em dia com o pagamento do ITR e e) houver cumprido a cláusula II49 (Anexo II a IN 30/INCRA).

A partir da emancipação do assentamento valem as regras do Código Civil para os processos de herança e sucessão. De acordo com esse instrumento legal, a sucessão *causa mortis* acontece quando a transmissão dos bens ocorre a partir do falecimento daquele que deixa patrimônio, no caso, o(s) titular(es) da terra. Também pode ocorrer a sucessão mediante o desaparecimento da pessoa e a confecção de declaração judicial que ateste tal situação. A partir desta é declarada a sucessão provisória dos bens, sendo considerada definitiva após transcorrido um tempo determinado, a partir do qual se presume a morte da pessoa em questão. A sucessão legítima que geralmente se aplica ao caso das propriedades de terra por meio da Reforma Agrária estabelece a “ordem de vocação hereditária” - descendentes, isto é, filhos e netos, pela ordem de proximidade; ascendentes, cônjuges e colaterais até o quarto grau. Assim, o cônjuge, quando casado no regime da separação parcial de bens, concorre com os descendentes e com os ascendentes até a quarta parte da herança, uma das mudanças realizadas em relação ao Código Civil de 1916, quando era considerado meeiro para todos os casos, ou seja, proprietário de metade do patrimônio em questão independentemente do regime

49 A cláusula II se refere à manutenção da exploração da terra direta e pessoalmente pela família, residindo na terra, observando a legislação ambiental.

de comunhão de bens. No que tange aos filhos, sob o ponto de vista legal, estes são reconhecidos de forma igualitária pela legislação (art. 227 CF/1988).

A orientação do Sindicato de Trabalhadores de Campos (STR-Campos) é a abertura de inventário, no caso de morte do titular da terra, promovendo uma reunião com a família. Ou no caso de ter um filho trabalhando mais na terra, junto com os pais, deixar a propriedade indivisa para ele, caso os outros (irmãos) abram mão como foi o caso da família do presidente da associação que também é assentado de Novo Horizonte. No entanto, se não houver consenso, o inventário terá que ser procedido e a divisão da terra realizada. Nas palavras do sr. Paulo Honorato que atesta a sucessão sem a partilha igualitária como a melhor solução para as terras de Novo Horizonte: *“Porque normalmente a terra é pequena pra dividir. É normal que fique pra um filho, mas a família que tem que concordar”*. Esta orientação se encaixa naquilo que é estabelecido pela lei, no entanto, enfatiza a necessidade de uma negociação no âmbito familiar para o caso de sucessão e não divisão da terra de forma igualitária.

A construção da perspectiva de futuro das famílias

Esta seção se dedica a analisar como é organizado o futuro dos filhos, principalmente pelo chefe de família, evidenciando como é reconhecida a figura do “sucessor” (se reconhecida) e como se organizam, ou mesmo são compensados, os outros filhos, em termos de residência e emprego. Essas questões serão trabalhadas, explicitando alguns casos de família que são interessantes para a análise. O tipo de “sucessão” que está em jogo será trazido à tona posteriormente em uma tabela indicativa com todos os casos trabalhados, mostrando ainda a organização do sistema casa-lote da família em questão. Isso facilitará a análise posterior acerca do uso do termo “sucessor”, na medida em que se verifica quais tipos de sucessão têm maior ocorrência e quais são as implicações da mesma.

Assim, de forma a analisar os casos das famílias assentadas de Novo Horizonte, retomemos de início a família do sr. Wanderley⁵⁰. A concentração da família na casa localizada na *usina* foi sendo dissolvida, na medida em que os filhos se casaram. Ricardo, um dos filhos do sr. Wanderley que é casado com uma moça “da região” conseguiu a oportunidade de morar nas *casinhas*, uma vez que não tinha gosto pela roça, não necessitou recorrer ao lote da família que fica longe da área central de Rio Preto e não seria interessante, trabalhando ocasionalmente na cidade, tendo como principal atividade a ajuda do sr. Wanderley no açougue, depois que seu irmão Abelardo morreu. A partir do casamento de sua filha Andréa, o terreno da antiga casa na *usina* foi dividido para que ela permanecesse morando com a sua família próximo à casa de seus pais. No entanto, o genro do sr. Wanderley trabalha nas terras de sua família de origem, uma vez que o seu pai também é titular de um lote da Reforma Agrária em Novo Horizonte. Com a viuvez do sr. Wanderley, tal realidade foi particularmente interessante para ele, na medida em que pôde contar com a sua filha casada e em maior medida com a sua filha solteira, Michele para os cuidados com a casa.

O sr. Wanderley relembra que o filho que *“tinha mais gosto pela terra”* e *“era que nem ele, sempre em movimento”* era o mais velho, Abelardo. A iniciativa de construção do açougue fora dele, aproveitando o ofício que o pai aprendera à época da usina. Ele também ajudava o seu pai no cuidado da roça, antes de ter se mudado temporariamente para Rio das Ostras onde fora assassinado. Esse é um caso de preparação para a sucessão do filho mais velho, suscitando a necessidade de substituição do mesmo pelo outro único filho homem do sr. Wanderley que mesmo assim, não possui “jeito para roça”, já que Ricardo trabalha apenas

50 Ao final dessa seção, será elaborado um quadro de referência acerca das famílias analisadas

com o pai no açougue e não no lote. Quanto às duas filhas, elas não podem ser indicadas ou melhor construídas como sucessoras, sendo possível a continuação de seu processo de educação formal, como a filha mais nova Michele o faz ou ser dona-de-casa como Andréa.

No entanto, as mulheres de Rio Preto geralmente não atribuem prejuízo ao fato de não serem consideradas proprietárias das terras e também não serem passíveis de escolha como “sucessoras”. Explicam que os homens é que têm mais “trato na lida com a terra” e, portanto, acreditam estarem cumprindo as suas funções na unidade doméstica, a partir da realização das tarefas a elas atribuídas. Como anteriormente mencionado, as filhas passam a exercer atividades no perímetro urbano, principalmente como empregadas domésticas. Essa inserção profissional pode ser feita por meio de deslocamento diário das mulheres às casas onde trabalham ou mesmo levar a morarem na “casa de família”. Estas tarefas são geralmente abandonadas quando se casam e, muitas vezes, retornam a Rio Preto ou passam a não mais se deslocarem diariamente pela cidade com essa finalidade. A partir do casamento, as tarefas agrícolas mais comumente realizadas pelas mulheres são o cuidado das criações e a produção de queijos.

Ainda sobre o recorte de gênero para os casos encontrados na região do rio Preto do assentamento Novo Horizonte, há uma correlação entre o que se pode chamar a sucessão das tarefas domésticas no âmbito familiar, com aquela sucessão que é procedida em relação à unidade produtiva e à apropriação do sistema casa-lote como um todo. Quando a mãe de família morre, deixando o viúvo seja com filhos menores ou não, que é o caso apresentado pela família do sr. Wanderley, há a substituição da figura feminina para a realização das tarefas domésticas por alguma das filhas do casal. Sobre o exposto, é preciso considerar - é concebível que as mulheres realizem atividades consideradas masculinas, como o trabalho na produção atualmente ou mesmo o trabalho anterior na usina, vindo a serem titulares da terra. No entanto, não é passível conceber um homem que exerça tarefas domésticas, como apontado anteriormente, em relação à realização do segundo casamento para o viúvo. Desta forma, há a necessidade de que uma das filhas atenda a esta incumbência.

A filha que sucede a mãe para a realização das tarefas na casa é geralmente a que ainda não se casou. Quando o falecimento da mãe ocorre quando todas as filhas já estão casadas, geralmente, a que mora mais perto do pai, o que tem a ver com a permanência da filha em questão na terra de Reforma Agrária ou pelo menos em terras da região, com a realização do casamento endogâmico preferencial⁵¹, é aquela que vai à sua casa para limpá-la, fazer as refeições, lavar as suas roupas. Quando a filha está realizando as tarefas tanto na casa de sua unidade doméstica, bem como de seu pai, o último acaba por expressar o desejo de se casar novamente a fim de que não atrapalhe a sua filha em suas tarefas como esposa. O mesmo não acontece para o caso de morte cônjuge masculino, o que leva a mãe a morar geralmente com o filho “sucessor”. Em casos excepcionais, a nora que permanece morando no lote da família ou próximo a este desempenha as tarefas domésticas no lote do sogro.

Esta solução de cuidado da casa pelas filhas ou noras não acontece para todos os casos, seja porque o falecimento do chefe da unidade produtiva ocorre anteriormente ao de sua esposa ou a pode acontecer de forma circunscrita a um determinado período de tempo até que o chefe da unidade produtiva se case novamente. O segundo casamento é geralmente também negociado com uma senhora que seja da região e que esteja em situação parecida com a do viúvo, seja a partir do falecimento do antigo companheiro ou marido ou mesmo separação.

51 O que significa dizer que os casamentos são realizados preferencialmente entre pessoas consideradas “da região”, ou seja, pessoas que moram nos assentamentos Novo Horizonte ou Santo Amaro, bem como fazendas vizinhas.

Para o caso de Rio Preto, a existência de uma figura masculina sem a presença de uma esposa no espaço doméstico é o principal caso de família incompleta⁵².

No entanto, no que tange à responsabilidade pelo cuidado com os pais mais velhos, quando a família ainda é considerada completa, essa cabe ao filho que mora mais próximo ou mesmo que mora com os pais. Não há a coincidência dessa incumbência para o “sucessor”, a não ser que apenas o chefe de família tenha falecido, sendo que este filho em questão passará a responder pela família e organizar a sua disposição residencial e produtiva.

Ainda sobre o caso da família do sr. Wanderley fica claro entre os irmãos que na falta do Abelardo, Ricardo assume o controle da açougue e da casa quando o sr. Wanderley falecer. Mas a transmissão dos bens propriamente dita é um assunto que se evita abordar na família, já que também todos os irmãos estão instalados em casas distintas, sendo que a filha mais nova solteira necessitaria de uma figura masculina para permanecer morando na casa da *usina*, na falta do pai, ou teria que se casar ou mesmo morar com um dos irmãos. Nesse sentido, a relação da autoridade do chefe de família para com os seus filhos se ameniza, na medida em que não há pressão por parte de Ricardo para que seja realizado o processo de sucessão, visto o seu não interesse na produção agrícola do lote e a posse de uma casa para a sua unidade doméstica.

Ao passar para o caso da família da sra. Helena, podemos verificar algumas peculiaridades interessantes para a abordagem em relação à herança e sucessão. A sra. Helena possui três filhos, sendo que o mais velho Herval já está instalado no lote de Reforma Agrária em Novo Horizonte, desde a sua implementação e por meio de seu emprego em Santa Cruz foi possível investir tanto na produção agrícola, quanto na casa da família. A sra. Helena acredita que a situação deste filho “já está encaminhada”. Nesse caso, não é possível falar de um processo de sucessão, uma vez que a primeira unidade doméstica que se instalou no lote de Reforma Agrária foi a de Herval e não ela própria com o marido e filhos. Ela e seu marido também possui um filho mais novo, Roberval e uma filha casada Janete que mora em Campos.

A partir da recente conquista da terra em Santo Amaro, a sra. Helena vive com seu marido na terra ocupada desse assentamento recém-criado. O filho mais novo que morava e trabalhava em Santa Cruz, portanto, não possuindo a propriedade de terra ou quicá de uma casa, trabalha atualmente com os pais neste novo lote. No entanto, ele ainda mora com a sua família em Santa Cruz, já que não é possível coabitação entre mais de uma unidade doméstica completa, ou seja, na qual não tenha havido divórcio, que não seja temporária. A sra. Helena relata que em comum acordo com o seu marido e Herval, as terras em Santo Amaro serão registradas com o nome do seu irmão Roberval, uma vez que este é o “filho que ainda não possui patrimônio”. Nesse sentido, aqui vemos um caso legítimo do processo de sucessão de terra acordado tanto tacitamente, quanto legalmente. A sra. Helena explicita:

Tô pedindo a Deus para me dar força, mas um dia vou morrer e fica para o meu filho. Porque o meu outro filho tem aqui, tenho uma filha casada que o marido também panhou. Quer dizer, todos eles têm a vida deles, só esse que não tinha nada a não ser o emprego. Combinei com eles todos e botei só o nome dele. (...) Mas tá gastando, comprou duas dúzias de mourão, arame farpado. Herval ajuda também. Semana que vem mesmo ele vai me levar lá em Santa Cruz para comprar mourão

52 Arensberg e Kimball (1968) ao estudar o contexto rural irlandesa analisaram que as famílias consideradas incompletas, ou seja, formada por viúvo(a) e solteirões são objeto de comisseração, uma vez que desviam do que é considerado normal. É comum a mudança de um membro familiar, seja um irmão não casado no caso de viúvas ou solteironas para ajudar nas tarefas principalmente relacionadas à terra e à negociação dos produtos, bem como uma sobrinha para o caso dos solteirões, ajudando-o nas tarefas da casa e da terra.

que tá mais em conta.

A citação acima mostra a relação de ajuda mútua existente entre a fratria. Herval que já tem uma situação estabelecida financeira pode ajudar ao irmão que ainda não possui “patrimônio”, termo que é utilizado pelos próprios membros familiares. Além disso, ambos os irmãos foram incentivados, após a falência da usina, a utilizarem os ofícios que aprenderam como trabalhadores de fábrica na única usina em funcionamento na região, ou seja, a perspectiva de futuro construído para ambos os filhos foi muito similar. No entanto, somente Herval conseguiu terra no assentamento Novo Horizonte, enquanto que a partir do momento em que houve uma segunda oportunidade para conseguir a terra – não houve conflito na relação entre os irmãos ou entre os pais e filhos sobre quem seria o sucessor e posterior dono da mesma.

A socialização do possível “sucessor” não se esgota nas duas gerações, a sra. Helena já aponta as ações que o seu filho Herval reproduz a partir da educação que recebera com o seu filho mais velho, neto da sra. Helena que seria o sucessor das terras de Herval, ou seja, a construção do sucessor também já é pensado para a terceira geração. A respeito do processo de socialização em Novo Horizonte, este ocorre por meio do trabalho conjunto no lote que é considerado da família, mas está sob a autoridade do pai⁵³. Assim, o “sucessor” é construído por meio de atividades realizadas na terra, mais do que é determinado por sua posição que ocupa na linha de nascimento. No entanto, é uma regra que aquele que sucede o gerenciamento do sistema casa-lote seja homem. Nas palavras da sra. Helena:

Esse meu neto vou contar o que ele faz. No meio de cem, você tira um ou dois que faça. Ele tá ensinando ao filho do que jeito que eu ensinei a ele. Quatro e meia, ele levanta e vai tirar leite, o menino. Antes de ir para ir o colégio. A mãe faz queijo, ela vende. Aí Herval fica aqui tratando da criação com ele, sabe? Aí o filho vem cinco e meia e se arruma vai para a escola. Boa criação, não é? E capina, faz pomar. Tá estudando, mas isso aqui é de vocês. Tô ensinando, porque um dia vai ser de vocês mesmo.

A partir das palavras da sra. Helena, verifica-se que um caso exemplar de boa criação é aquele passível de conjugar a continuação do processo de educação formal com o trabalho na roça, acenando para a construção do “sucessor”, nesse caso já de uma terceira geração.

Já vimos que a sra. Rita mora na fazenda Baiano com o seu marido, o sr. Alvino e atualmente uma neta deles de 19 anos. Uma das filhas da sra. Rita e do sr. Alvino pediram que cuidassem por sua vez de sua filha para evitar o problemas relacionados à grande liberdade na cidade. Não é incomum a circulação dos netos nas casas dos avós, principalmente quando esses moram no centro de Campos, evidenciando a importância da casa da família no assentamento como suporte tanto afetivo quanto material, o que acontece em todos os casos aqui apresentados. Uma das principais razões é esta apontada pela família em questão - trazer os jovens para um ambiente que não ofereça tantos riscos de violência e exposição a drogas lícitas ou ilícitas, como na cidade.

Para a família da sra. Rita, que mora na fazenda Baiano, temos um caso de autoridade paterna exacerbada. Este exercício de poder acabou por afastar do processo de sucessão os

53 Ao focalizar especificamente a geração mais nova dos sitiantes analisados em Pernambuco, Heredia (1979) verificou que à oposição masculino e feminino se somava à oposição maior e menor, uma vez que além do roçado principal, existem os roçadinhos que são destinados ao usufruto pessoal. Neste sentido, se constituem com um instrumento de socialização e de individualização.

dois filhos homens da sra. Rita e do sr. Alvino. Também como vimos anteriormente, a filha mais nova, Joana, voltou a morar com eles, no momento em que se divorciou e acabou se casando com um rapaz que veio trabalhar em uma pedreira, mas que não era da região. Este genro da sra. Rita e do sr. Alvino tentou participar do gerenciamento da terra, mas foi afastado pelo chefe de família.

Antes de continuar a explicitar a construção dos projetos de futuro feitos pela família da sra. Rita, algumas constatações mais gerais a respeito do casamento em Rio Preto são necessárias. Os casamentos são realizados geralmente entre pessoas consideradas “da região”⁵⁴. Ser “da região” inclui além da localidade de Rio Preto, as fazendas contíguas ao assentamento e outras localidades próximas. A geração que foi assentada na terra explicita que as suas famílias também sempre moraram e trabalharam em terras próximas a da antiga usina. Esse sentimento de apropriação da localidade existia desde o trabalho tanto nas fazendas, quanto na usina e a partir do assentamento pode reafirmar a configuração do novo espaço autônomo com um grupo social já conhecido e organizado segundo os moldes locais. Por verificar os laços que subsistem na comunidade de Rio Preto, também pôde ser analisado que há uma desconfiança verificada para o caso do Novo Horizonte e também para o caso do assentamento Santo Amaro em relação às chamadas “pessoas de fora”. Essas pessoas são geralmente qualificadas como “da cidade” ou de outras “regiões”, ainda que pertencentes ao mesmo município. No entanto, não há uma rixa entre duas comunidades específicas, o que ocorre é um resguardo dos limites e concepções próprios às pessoas do local, o que é possível pelo conhecimento intergeracional das famílias que sempre trabalharam e hoje têm as suas casas e terras na localidade. Essa desconfiança pode ser explicada pelo isolamento social que era vivido à época da usina e que é reproduzido nos comentários da geração mais antiga, aquela que é titular da terra. As pessoas da “região” são consideradas como pertencentes, muitas vezes, a uma mesma rede familiar extensa. Neste sentido, explicita a sra. Rita a respeito de seus filhos:

O primeiro casou certinho, com uma parenta mesmo da gente, uma prima longe dele. O mais velho esse e estão juntos até hoje. E a filha minha não se deu com o primeiro marido, foi morar com o outro e depois casou. E tem o outro filho mais novo casou com a parenta. Tudo velho com a família, não tem nenhum extraviado.

Segundo Neves (1997a), este tipo de casamento também era incentivado quando da existência da usina, uma vez que por meio tanto da filiação quanto das alianças endogâmicas era reproduzido o acesso à casa e ao trabalho. Tal como salienta a autora: “*Através das alianças endogâmicas, os recursos se tornavam mais previsíveis e controláveis*” (183). O casamento entre pessoas da “região” é incentivado pelas famílias e considerado preferencial, ainda que não haja uma prescrição neste sentido. Atualmente, a dimensão “controlável” a partir das alianças endogâmicas preferenciais são a obtenção de informações sobre o cônjuge, no caso dos homens – ser um bom trabalhador e homem honrado e no caso das mulheres – ser uma boa companheira, somar ao trabalho realizado pelo marido. No entanto, não se pode afirmar que o casamento é orientado para a manutenção ou mesmo ampliação do patrimônio de terra da família, sendo uma das razões para este tipo de aliança – uma vez que as decisões afetivas dos cônjuges não são subjugadas às decisões patrimoniais das famílias em questão.

54 De acordo com Neves (1997a), ser da região engloba a trajetória da família na mesma, fazendo alusão à antiguidade, o deslocamento de vários vínculos trabalhistas entre as fazendas, a demonstração do conhecimento de seus proprietários, a alusão a momentos difíceis que puderam ser superados principalmente com o uso das relações pessoais, a identificação pessoal dos agentes sociais, entre outros aspectos. Assim, os trabalhadores reconhecem um patrimônio coletivo diferente da propriedade dos patrões.

No entanto, a interação entre as famílias “conhecidas” da localidade acaba por reforçar os laços de vizinhança já encontrados e, em alguns casos, ocasionar o aumento do patrimônio da família em questão, ainda que esse não seja o principal objetivo.

A coletividade familiar não se coloca de forma mais importante do que as decisões individuais dos noivos para o caso da região do Rio Preto em Novo Horizonte. Desta forma, o casamento não é orientado necessariamente à salvaguarda do patrimônio, não sendo gerido, portanto, como um “negócio de família” (cf. BOURDIEU, 1962). O padrão de residência do casal a partir do matrimônio é patrivirilocal. Cabe à família e mais especificamente ao sogro, o pai do noivo em questão, a partir da decisão do filho ajudar com o necessário para a construção da nova casa, além do estabelecimento provisório do casal, se necessário. Para o caso das filhas que se casam com rapazes vindos de outras localidades, o novo espaço de residência será construído nas terras do pai da noiva. Nesses casos, a mulher mantém a terra ou a casa que herdaria dos pais, no entanto, na prática, as decisões sobre o gerenciamento desse patrimônio estão colocadas nas mãos do noivo. Como retrata a sra. Rita cuja filha conheceu o segundo marido a partir de uma oportunidade de emprego na região e de um acordo entre a família assentada e o dono de uma empresa local.

A partir do casamento de Joana, o casal permaneceu durante algum tempo na casa que fora construída para os trabalhadores da empreiteira. Ao morarem no mesmo lote, o genro da sra. Rita desenvolveu “gosto” por ajudar o sr. Alvino no trabalho na terra, mas ele sempre desdenhava as suas iniciativas e impedia que desenvolvesse as suas idéias para a produção. A sra. Rita explica:

Eu penso sobre isso, mas ele não pensa não [sucessão]. Não pensa porque quando tava aí os filhos deles que queriam fazer alguma coisa, barra. Aí as crianças também não fazem força por isso. O genro meu mesmo, tem um genro trabalhador bom, ele planta tudo. Essas frutas, essas mandiocas, ele plantou tudo, tá tudo bão. Ele morava aí, ele é trabalhador. Novo e forte. A vontade dele era meter tudo aí e fazer, mas ele não dá saída. Não deixa os filhos, o genro fazer não. A única pessoa que tinha vontade era ele o genro. Ele tem vontade. Se for um causo para ele vir, aí ele tem vontade. Agora, não tem a autorização dele [marido].

Nas famílias em que existem apenas filhas, o casamento de genro⁵⁵ é uma prática corrente. Desta forma, satisfaz-se a necessidade de uma figura masculina que responda pelo gerenciamento e transmissão da terra, ao passo que este bem continua sendo da família em questão. Neste caso apresentado, diante da inexistência de um filho homem que fosse apontado como sucessor, o genro tentou assumir a ajuda ao sogro, sendo por ele impedido, explicando a não existência do sucessor pela autoridade exacerbada conduzida pelo sr. Alvino. Joana mora no assentamento Santo Amaro, já que o seu marido conseguiu uma terra lá para a sua unidade doméstica, visto a impossibilidade de permanecer nas terras da sua família. No entanto, Joana continua sendo a responsável pelo cuidado com os pais e por resolver pendências relacionadas aos trâmites legais da terra.

A sra. Rita demonstra que a terra é pequena para dividir entre todos os filhos, vendo a possibilidade de apenas aquele que “tem mais jeito tocar” ser uma boa saída. Mas isso só acontecerá, ela acredita, quando o seu marido vier a falecer, uma vez que mesmo ele estando já “cansado”, ele não divide o trabalho no lote e nem aceita sugestões dos filhos ou do genro.

A irmã da sra. Rita, a sra. Lenira vive na *usina* com o filho mais novo de 15 anos, um

55 “No caso de um núcleo familiar composto somente de mulheres, o princípio do primado do primogênito permanecia sempre válido, mas era dotado de uma particularidade: a filha mais velha exercia o papel de mediadora entre seu pai e o sucessor, isto é, seu marido” (CARNEIRO, 1998: 111).

filho de 40 anos que requer cuidados especiais por conta de uma deficiência mental. Além deles, a filha divorciada retornou ao terreno da casa da família, onde foi construída uma pequena casa para ela e a neta da sra. Rita. O sr. Leopoldo, marido da sra. Rita, também é um caso de autoridade exacerbada no que tange ao processo de sucessão. São cinco filhos homens na família que não foram incentivados a continuar o processo de educação formal e a partir da construção de sua própria família tiveram que buscar alternativas de geração de renda que não se resumissem ao trabalho agrícola no lote. Isto porque, em primeiro lugar, a produção agrícola não é vista como rentável para o sr. Leopoldo e também porque ele justifica que o espaço produtivo não é suficiente para todos os filhos, além de ser considerado “de risco”, uma vez que a terra não tem boa qualidade e é íngreme. Neste sentido, o sr. Leopoldo é cético quanto à utilização da terra como espaço de produção: *“Eu não vejo tendência de filho nenhum com colocação na terra (...). A terra não está melhorando a vida de ninguém, em relação ao emprego que tem na cidade”*. Mesmo assim, ele diz que é melhor não vender a terra, porque fica como garantia de um espaço de residência da família. Posteriormente, os filhos é que devem decidir o que fazer com a terra: *“E no fim, fica para os filhos, isso é o que ele tem que fazer, é o que está declarado legalmente. Os donos atualmente são eu e minha esposa”*.

O incentivo à não permanência na terra da família por parte do sr. Leopoldo e também as escolhas individuais dos filhos fizeram com que dois deles migrassem de forma definitiva para Campos e Macaé. Um dos outros filhos teve a oportunidade de possuir um emprego em Rio Preto e morar em uma casa também na região central, que foi comprada, localizada em frente à casa da família. As filhas que se casaram também migraram para a cidade de Campos. Esta família é um caso de não incentivo de permanência para os filhos homens e evitação do estabelecimento de um processo claro de transmissão de bens. Ainda que não haja um caso de sucessão agrícola aqui evidenciado, o filho homem mais novo é apontado por sr. Leopoldo como aquele que por ser o único que ainda permanece na terra vai decidir com os irmãos o que fazer com a mesma, mesmo que não seja eminentemente produzir. Isto é será este o irmão responsável pelo controle do centro de decisão moral da família, quando da morte do titular da terra.

Pelo irmão que irá controlar o centro de decisão moral da família, compreendo aquele filho que será responsável por articular a interação principalmente entre a fratria, bem como manter a identificação familiar entre seus membros. Será uma espécie de credor moral, cuja responsabilidade é promover esta união na segunda geração daquela família assentada, o que lhe confere prestígio enquanto tal. Esta acepção de sucessor pode não coincidir com aquela sucessão ligada especificamente à titularidade do lote, que também foi encontrada no caso de pesquisa. No entanto, existem famílias em que não existe esta figura rearticuladora, bem como em diferentes famílias a interação entre os irmãos pode ser mais ou menos densa.

Um caso de postergação do processo de sucessão aconteceu na família da sra. Flávia. Ela e seu marido Diogo moravam nas terras do sogro na fazenda Baiano. Assim que eles se casaram e com a necessidade da alocação da nova unidade doméstica, o sogro Geraldo fez questão de construir uma casa para eles em seu lote, sendo que ele morava com a segunda esposa em uma casa na *usina*. Ele é o único filho homem, desta forma, não haveria dúvidas quanto a quem seria designado como sucessor, uma vez que o sr. Geraldo possui apenas uma outra filha casada que mora em Campos. A partir da oportunidade de possuir uma terra própria e com a impossibilidade de opinarem sobre o gerenciamento da terra na fazenda Baiano, Flávia e Diogo resolvem acampar na fazenda Santo Amaro. Ela comenta sobre a produção atual na terra de sua família na recém-conquistada terra: *“Tem gado, cana, aipim, fazer uma hortinha lá:pimentão, tomate, alface vendemos também. A gente fazendo aqui, sabe que não*

vai sair, porque é da gente. Tinha um monte de coisa plantada no lote do meu sogro lá”.

O relato de Flávia mostra a instabilidade de morar em uma terra que podem sair a qualquer momento, uma vez que o sogro pode querer dar outro destino ao lote como um todo. Ao mesmo tempo em que ressalta a importância de ter algo que “é da família”, ou seja, a confluência de algo que seja da família – uma vez que a terra na fazenda Baiano era a princípio tratado como sendo de “toda a família” pelo sogro dela, porém mais do que isso – mas sim de uma única unidade doméstica que tem consequentemente gerenciamento único da produção. Diogo faz parte da associação de Santo Amaro, sendo importante figura política para aquele assentamento. Isto é mal visto por alguns assentados de Novo Horizonte, na medida em que acreditam que os objetivos de Diogo vão além de ter uma terra da família para se “meter na política”, “obtendo vantagens”, sendo por isso considerado “esperto”.

Ainda sobre este caso, é relevante ressaltar que o sr. Geraldo é casado pela segunda vez e desta segunda união não há filhos. Neste caso, a segunda mulher do sr. Geraldo, a sra. Maria das Graças, disse a ele que não quer participar do processo de herança da terra e da casa, uma vez que acredita que os bens devem ser apenas divididos somente entre os filhos do sr. Geraldo.

O sr. Marcos, como explicitado em capítulo anterior, possui um lote no qual mora sozinho e comprou outro lote contíguo no qual moram a sua ex-esposa e seu filho mais velho, Ígor, e também a esposa dele. Também adquiriu um terreno para as duas filhas que moram em Campos, no qual também mora o seu outro filho que é solteiro. Assim, ele disse que já tentou proceder a provisão de bens materiais para que os seus filhos tenham as suas famílias, sem ser necessária a subdivisão do lote de Reforma Agrária que ele pode dispor da forma que lhe aprouver, assim como o seu filho “responde pelo lote” que mora e as suas filhas e seu outro filho pelo terreno na cidade onde vivem. Este terreno está em nome da ex-mulher para não haver problemas com os filhos ao colocar no nome de apenas uma delas. Cada uma das filhas possui uma casa, sendo que o irmão solteiro vive com uma delas. Enquanto o lote contíguo ao seu, está no nome do seu filho Ígor, sendo que ele também é responsável pelo pagamento de sua terra. Uma das filhas quis vender o terreno para comprar uma casa na cidade, mas ele retrucou dizendo que a casa é “obrigação do marido”, ou seja, a construção de uma casa em outro lugar é de responsabilidade do noivo e de sua família, como visto anteriormente. Nesse caso, nem era considerada incumbência do pai da noiva providenciar o terreno como acabou sendo feito pelo sr. Marcos, o pai das noivas. Segue uma representação gráfica do caso em questão:

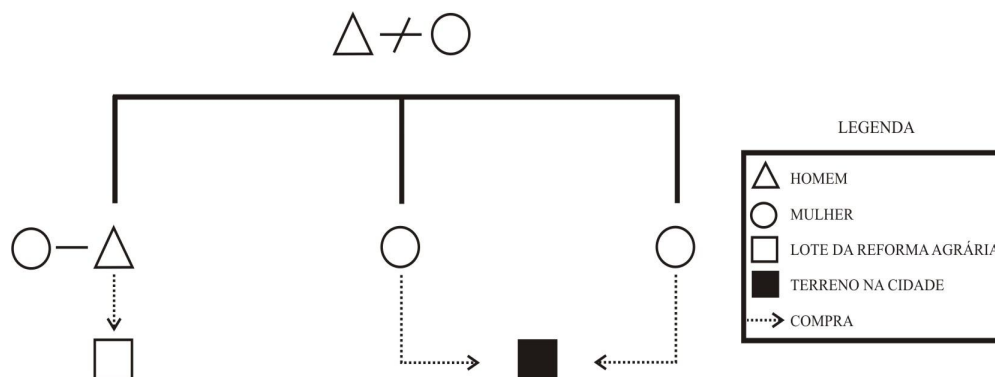


Figura 7 - Representação gráfica das terras da família do sr. Marcos

Comumente há mais de um membro da família que possui terra no assentamento. Neste caso, o gerenciamento do lote vai ser realizado pelo titular da terra da família elementar em questão. Se uma mulher, por exemplo, é filha de um assentado titular da terra e seu marido ou mesmo seu sogro são titulares de outro lote, ela fará parte do gerenciamento dos bens, ainda que de forma indireta por ser mulher, da família de seu marido. Isso corrobora com a organização residencial de forma patrilocal, presente de forma mais constante na região do rio Preto do assentamento Novo Horizonte. Para este mesmo caso, os filhos que estarão encarregados da administração do lote e gerenciamento dos outros bens serão os filhos homens junto com suas esposas e novas unidades domésticas. No caso de titulares mulheres pela falta de filhos homens, a organização em torno do gerenciamento do lote será feito pelo genro e na falta deste os irmãos. No entanto, se a mulher titular é ex-trabalhadora da usina é um caso excepcional de autoridade produtiva e de gerenciamento dos bens eminentemente feminina e a partir dela são organizadas as lógicas de sucessão da família assentada.

Ao retornar ao caso da família analisada, o sr. Marcos afirma que reconheceu que dentre os seus filhos Ígor era aquele que tinha mais “gosto pela terra e pelo trabalho na roça”, incentivando-o a permanecer em Rio Preto, diferente do que fez com os seus outros filhos e até mesmo comprando um lote ao lado do seu para o filho. Assim, a permanência do sucessor – ainda que neste caso não se possa falar da figura de um “sucessor” – é justificada por ser aquele que tem mais aptidão com o trabalho na terra, o que é enfatizado pelo pai e reproduzido pelos outros membros familiares, inclusive o próprio sucessor. As explicações deste porque não realizou a migração para cidade coincidem com a visão da geração anterior sobre aquele espaço: violento, sem oportunidades, como diz Ígor: “*Não gosto do ar de lá. Quando vou não vejo a hora de voltar*”. Fica difícil estabelecer até que ponto o processo de sucessão para o jovem assentado se coloca como uma “escolha livre”, uma vez que também as suas possibilidades de continuidade da educação foram colocadas em segundo plano, para atender a esse objetivo familiar. Outra justificativa para a escolha e preparação do sucessor é ser aquele com “mais gosto pelo trabalho da roça”, o que, muitas vezes, é mais um processo incentivado pelo pai do que a manifestação da vontade do filho.

Este caso específico da família do sr. Marcos pode ser apontado como uma compensação de todos os filhos, uma vez que não houve o ato de suceder a terra que antes era gerenciada pelo pai, mas sim a compra de uma segunda terra para o potencial “sucessor”. Mas esta foi apenas uma possibilidade interessante para o sr. Marcos para que não houvesse nenhum problema com a transmissão dos bens entre seus filhos, a partir do reconhecimento do projeto de futuro de cada um deles, seja morar na cidade para o caso das filhas⁵⁶, trabalhar no comércio também na cidade para outro filho ou ser agricultor no caso do filho mais velho Ígor. O casamento não implica na necessidade de possuir um lote de terra para produzir, ou seja, não requer um sítio produtivamente viável, mas sim a construção de uma casa para a nova unidade doméstica.

Além disso, retomando o caso da família do sr. Marcos, é interessante ressaltar a ausência de conflitos entre a fratria, já que cada um possui um bem no lugar em que escolheu viver, mesmo antes da morte dos pais. Ainda assim, mesmo que o seu nome esteja individualmente na terra, Ígor acredita que deve dividir posteriormente, se os irmãos quiserem, a terra com eles: “*(...) Mesmo que eles não trabalhem lá, já que eles podiam ter se oposto a colocar a terra só em meu nome, mas não foi isso que fizeram. Eles falaram que não havia*

56 A respeito das decisões sobre migração, estas são realizadas principalmente pelos maridos, isto é, quando as esposas não trabalham, uma vez que a possibilidade de um trabalho na cidade é um dos principais motivadores para a saída da localidade.

problema nenhum”. Neste caso, Ígor também responde pelo cuidado de seus pais, uma vez que o pai mora ao lado e a sua mãe foi viver com ele a partir da separação conjugal.

Ademais, o caso da família do sr. Marcos revela que o filho Ígor que foi preparado como “sucessor” - ainda que a sucessão não tenha se realizado de fato, uma vez que atualmente ele já possui uma terra própria - frequentando menos tempo a educação formal, se comparado com os seus irmãos. “Sucessor” aqui entendido neste exemplo especificamente como o filho que assumirá a titularidade da terra e a produção agrícola, bem como será o centro de decisão moral da família, como apresentado anteriormente. Isto é como aquele irmão que será responsável pela articulação das outras unidades domésticas separadas da fratria.

É interessante analisar que mesmo o assunto a respeito da venda da terra não vem desacompanhado de uma reflexão sobre as possibilidades de investimento futuro de forma a garantir um patrimônio para a família. Diz o jovem Ígor, filho do sr. Marcos: *“Não penso em passar a terra não, só se tiver algo certo para investir. Vender à toa assim não dá, você perde. Não tem nada na cabeça para investir”*. Tal passagem denota que ainda que seja possível a realização da venda da terra, o assunto é tratado como de grande importância no gerenciamento realizado pelo “sucessor”.

Comumente os jovens que permanecem enquanto “sucessores” no Novo Horizonte apresentam esse mesmo “déficit educacional”. Tanto os rapazes e moças que continuam o seu processo de educação formal, o que significa ir para a cidade para cursar o ensino médio, uma vez que este não é disponível no assentamento, geralmente não exercem atividades agrícolas frequentes, no entanto, podem eventualmente permanecer em Novo Horizonte, como espaço de residência. Isso se torna possível pela relativa proximidade de Rio Preto ao centro urbano da cidade de Campos dos Goytacazes que dista cerca de 50 quilômetros. Atualmente, o aumento do número de itinerários de ônibus que interligam o assentamento e a redução do valor das passagens facilita esse deslocamento. Ao mesmo tempo em que o nível educacional das moças é superior aos dos rapazes, já que a continuidade da educação é visto como uma das possibilidades de salvaguarda do futuro, ao considerar que, na maioria das vezes, não vão gerir a terra da família de maneira direta.

No entanto, não é necessariamente o jovem que não teve oportunidades educacionais aquele que permanece na propriedade enquanto trabalhador agrícola e/ou “sucessor”, divergindo da conclusão apontada pelo estudo da EPAGRI/CEPAF (2001). No Novo Horizonte, o pai tem autoridade para estabelecer quem vai ser o “sucessor agrícola” e assim prepará-lo. O jovem desde cedo começa a ajudar o pai com o trabalho e este pode ser não só agrícola, incluindo tudo que é considerado como patrimônio da família. Na medida em que o jovem se envolve com o trabalho desde cedo, a educação formal começa a assumir um papel secundário e também passa a não ser muito incentivada pelos pais. Dessa forma, não é que fique na propriedade aquele que teve menos oportunidades educacionais, mas sim por ser preparado para ser o “sucessor”, o jovem em questão dedica menos tempo às atividades relacionadas à educação formal.

Os jovens de Novo Horizonte apontam pontos positivos e negativos relacionados à permanência no assentamento. Os pontos positivos são relacionados a pertença a uma comunidade de sociabilidade no meio rural que informa valores e constrangimentos. Quanto aos pontos negativos, o assentamento oferece a possibilidade de estudar somente até o ensino fundamental e também há o problema da falta de empregos e lazer na região. Se não fossem por tais motivos, os jovens assentados afirmam que permaneceriam no assentamento Novo Horizonte, uma vez que este é a referência de sua família, bem como de sua comunidade de sociabilidade. Desta forma, um dos principais motivos que atualmente favorecem a saída do jovem do assentamento é não possuir uma renda ou mesmo previsão desta, mais do que

entraves relacionados ao estatuto legal da terra de família. Além disso, mesmo os jovens que permanecem em Rio Preto sejam como “sucessores” ou não recebem orientações dos mais velhos a desenvolverem atividades remuneradas paralelas para não dependerem apenas do trabalho na terra que é atualmente instável e, muitas vezes, insuficiente para um determinado ciclo familiar. Assim, fica evidente que até mesmo para os jovens, ou seja, a terceira geração a partir do assentamento, Rio Preto continua sendo o centro de referência e a saída é motivada principalmente pela falta de empregos formais.

A família do sr. Pedro também pode ser vista como um caso de preparação do “sucessor”. Ele dá indicações à família de que o seu mais filho mais novo Roberto é aquele escolhido para tal papel. Ele trabalha nas terras da família, sendo que o pai possui uma gleba de 1,5 hectares de herança, além da terra reivindicada a partir do processo de Reforma Agrária; o que oferece possibilidades de arranjos para a família nos usos produtivos e residenciais da terra, complexificando o sistema casa-lote. Assim, o filho Roberto do sr. Pedro assumiria enquanto “sucessor” a organização deste sistema na configuração familiar em questão, bem como a titularidade da *terra da Reforma* e a responsabilidade pelo gerenciamento da venda. Como dito anteriormente, o sr. Pedro possui nove filhos, sendo que apenas a sua filha divorciada com os seus filhos, além de Roberto moram com ele nas terras da Reforma Agrária. A filha divorciada necessita da figura masculina do pai na ausência de um segundo casamento para viver com os seus filhos, como já foi explicitado anteriormente. Além disso, retorna à casa dos pais, uma vez que ela se deslocou à terra do marido a partir de seu casamento, devido ao padrão de residência patrilocal. Nas terras da herança, mora outro filho que já é casado e à época precisava do espaço residencial para a sua família, possuindo a oportunidade de produzir também para o auto-consumo.

No entanto, não deve ser considerado o “sucessor” o filho que já está instalado na terra de herança, uma vez que ele apenas provisoriamente gerencia a terra em que ocupa. Roberto além de ajudar no trabalho da terra, também ajuda o pai a atender e gerenciar a “venda” que a família possui em Rio Preto para complementação de renda. Dessa forma, o sr. Pedro confere a Roberto quando ele e sua esposa morrerem as decisões acerca da possível partilha das terras da família, além do destino a ser dado ao pequeno estabelecimento comercial que possuem na *usina*, ou seja, o processo de sucessão em Rio Preto vai além de assumir a titularidade do lote.

Roberto parou de estudar no sexto ano do ensino fundamental para participar das tarefas que fazem parte do seu processo de socialização como sucessor e não se arrepende, porque gosta do trabalho na terra. Além de ajudar ao pai, também já trabalhou em terras de fazendeiro. Ele acredita que a terra é de todos os irmãos. Os outros que não moram em Rio Preto, saíram para trabalhar, porque não gostam da vida na roça ou porque falta emprego para todos. Desta forma, para os filhos que não têm espaço produtivo ou até mesmo residencial para morarem no assentamento, as explicações também aludem a outras aptidões profissionais e a falta de gosto pelo trabalho e a vida na roça. Assim, o incentivo a estudar é realizado para todos os filhos, no entanto, o “sucessor” tem esse processo interrompido devido à sua socialização diferenciada, como mencionado anteriormente, enquanto que os outros filhos geralmente podem escolher pela continuidade da educação formal ou a realização de outras atividades, após um período de “ajuda” ao pai no trabalho na roça, principalmente no caso dos homens. O pai quer que ele continue “*tocando as terras e o bar*”, enquanto a sua mãe não se pronuncia sobre isso, o que denota a autoridade masculina no processo de sucessão do lote.

Em todos os casos de família vistos e a serem apresentados, o acordo para a realização da sucessão é implícito. Não há um momento em que a família reúna e promova um debate sobre as características de todos os filhos, levando em conta aquele que possui as características mais importantes para a permanência na terra. É feita referência ao sucessor

como aquele que tem mais aptidão para a lida com a terra, seja porque “sempre gostou”, aquele que “leva mais jeito”. Esta referência é construída eminentemente pelo titular da terra, uma vez que somente ele saberá quem tem mais jeito para a “lida da terra”. Desta forma, esse filho “resta” em relação aos outros filhos homens que foram buscar empregos, seja em atividades agrícolas ou não-agrícolas, permanecendo até o casamento na região de rio Preto ou mesmo fixando residência no perímetro urbano de Campos. Assim, a sucessão é organizada implicitamente na família de forma que se “coincida” a vontade do filho de permanecer e com o desejo do pai.

Para o caso do assentamento Novo Horizonte, o filho mais novo é geralmente “preparado” como o sucessor por duas razões, ainda que não exista uma regra formalizada a este respeito. Tanto coincide com o período necessário de instalação da família no empreendimento da Reforma Agrária e o início da produção, viabilização da comercialização e conseqüente início do provimento de renda a partir do lote de terra; ao mesmo tempo em que o rapaz atinge uma idade que permite iniciar o trabalho na produção. A outra razão é que ao se trata do filho mais novo, o casamento geralmente tardaria a acontecer mais do que no caso dos outros filhos, adiando um conflito de autoridade que é uma das questões centrais ao processo de sucessão.

Uma das principais reclamações dos jovens é a falta de emprego formal na localidade de Rio Preto, como mencionado anteriormente, seja esse relacionado à atividade agrícola ou não, levando em conta as suas preferências. O trabalho somente relacionado à exploração da terra da família concedida por meio da política da Reforma Agrária geralmente não é visto como suficiente para a manutenção de uma família. Assim, outra possibilidade existente é trabalhar no corte da cana-de-açúcar, muitas vezes, na usina Santa Cruz que está ainda em funcionamento e é a mais próxima à localidade de Rio Preto, sendo uma das principais estratégias que eles recorrerem para permanecer no assentamento. No entanto, vimos que os pagamentos estão reiteradamente atrasados e também são vistos como insuficientes para a manutenção da família. Por outro lado, a renda do emprego formal é considerada mais estável do que a advinda da produção do lote, na medida em que são mensais e que não estão sujeitas às intempéries do escoamento precário, monopolizado por atravessadores que impõem baixos preços ou mesmo cometem fraudes na negociação com os assentados.

No entanto, não foi verificado para as famílias em questão um problema no que diz respeito à dimensão “individualizante” do trabalho realizado fora do âmbito familiar. No caso dos não-sucessores inclusive é incentivado que encontrem outros empregos fora do assentamento. Para o “sucessor”, ele não irá se “sacrificar” em prol da família, permanecendo na terra, uma vez que foi “reconhecido” pelo chefe de família que ele possui mais habilidade e até mesmo vontade de realizar tal tipo de trabalho. Existem duas principais situações em que é apresentada a dimensão individualizante do trabalho realizado fora do lote pelo jovem. Por um lado, pode estar ligado à necessidade de acumulação para a constituição de uma nova unidade doméstica, quando da iminência de seu casamento. Por outro, pode estar ligado à vontade de possuir uma renda autônoma em relação à família, o que pode ser feito de forma parcial ou integral.

Outras estratégias empreendidas pelos jovens são o trabalho nas “terras de fazendeiro”. Leandro, um jovem de 18 anos, trabalha de “empreitada” em terras vizinhas ao assentamento e afirma que este é “*sem compromisso para o patrão e muito compromisso para o empregado*”, referindo-se às condições para a realização do trabalho, além de não possuir carteira assinada. A “empreitada” geralmente vale 200 reais, mas os patrões sempre “colocam defeito” a fim de pagarem menos. Outra alternativa é a realização de trabalho no meio urbano, com o deslocamento diário ao centro do município. A atividade mais comumente realizada pelas

moças é o trabalho nas “casas de família” da cidade, o que pode levar à permanência nesta e a volta episódica para o assentamento. Para os rapazes, as possibilidades são mais diversas desde o trabalho na construção civil até as atividades realizadas por algumas moças, como vendedores, balconistas, entre outros.

Retornando à análise das famílias, outro caso apresentado de interação de terras de herança com as terras da Reforma Agrária, como foi abordado para a família do sr. Pedro, é o da família do sr. Aluisio. Porém, nesse caso diferente da família do sr. Pedro, não há uma tensão sobre quem vai ser escolhido como “sucessor”, quando esse processo será levado a cabo e qual será o destino possível dos outros irmãos, pela maior quantidade de terras e possibilidade de constituição de unidades domésticas independentes para os filhos que quiseram permanecer no assentamento. Tanto nas terras de herança, quanto nas terras de Reforma Agrária foi possível que todos os nove filhos construíssem as suas casas, ainda que mantendo só o espaço residencial para aqueles que permaneceram na antiga terra de herança da família ou com o uso do espaço produtivo, para aqueles que reivindicaram um pedaço de terra no assentamento Novo Horizonte⁵⁷. Desta forma, não foi construída a figura de um “sucessor”, já que cada unidade doméstica possui a sua terra, desde quando fora instalada, ainda que o sr. Aluisio indique o seu filho Guilherme sempre teve jeito para terra e que ele assumirá o controle de decisão moral a respeito da organização familiar, quando de sua morte. Mesmo assim, o sr. Aluisio demonstra a sua vontade de deixar a terra para todos os filhos:

É importante pra tocar a vida deles. As minhas, eles vão participar das terras em causa de morte minha. Eu não quero vender as terras. Nem se me pagar cem mil reais em um alqueire eu não vendo, pra que? Pra deixar pra eles. As minhas terras pra dividir é até ruim, é um morro muito que vai do rio até na casa do meu filho. (...) Se eu pegar no comprido, vai ser pequeno pra cada um, se eu pegar atravessado não vai ter água. Então, se eles quiser fazer casa, eles fazem casa, se eles quiser botar roça, eles põe roça. Tem quatro filhos na minha propriedade, dois só tem casa, porque tem os empregos dele, né?

A família em questão representa um exemplo de permanência na terra de todos os filhos que assim desejavam, não apenas do sucessor da propriedade da terra, a partir da confluência das chamadas “terras de herança” e “terras da Reforma”. Aqueles que não queriam seguir produzindo na terra, porém quiseram manter Rio Preto como a localidade de residência, pela proximidade ao local de emprego, bem como por ser o lugar de sociabilidade, puderam permanecer sem o prejuízo dos demais irmãos. É uma situação ideal de permanência e de geração de rendas com pequenas propriedades familiares realizada também conforme os moldes formais preconizado pela lei agrária. Segue uma representação gráfica de forma a retratar as estratégias desta família:

57 Sendo que um dos filhos do sr. Aluisio mora em Campos e outros dois faleceram.

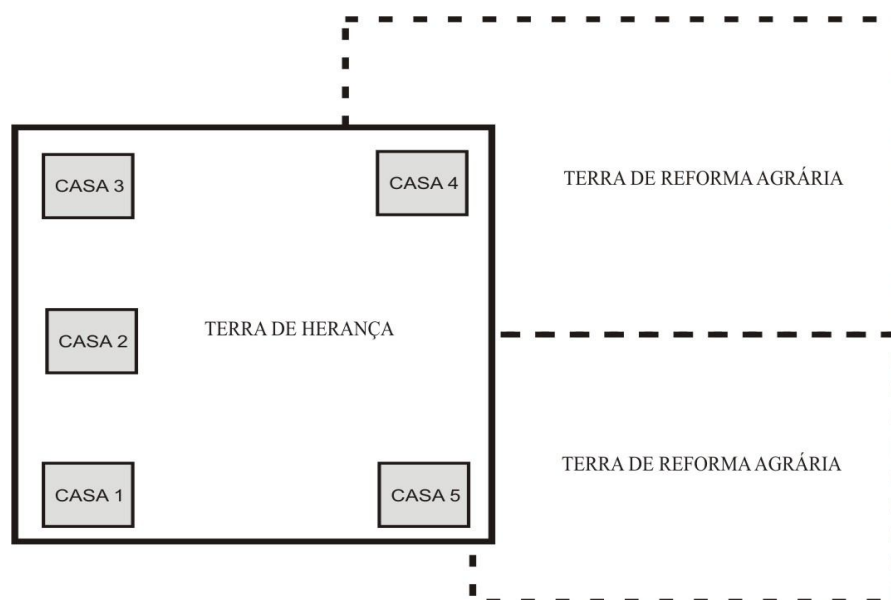


Figura 8 – Representação gráfica da disposição espacial das casas do sr. Aluisio e filhos

A casa 1 pertence ao sr. Aluisio, sendo que na mesma propriedade de herança da família também moravam, mesmo antes do processo de Reforma Agrária, três filhos e uma filha com as suas respectivas famílias. Com o início do assentamento, um de seus filhos (casa 4) e o seu genro (casa 5) reivindicaram terras, o que permitiu a cada uma dessas unidades domésticas possuir um espaço produtivo próprio. Enquanto que os outros dois filhos (casas 2 e 3) permaneceram com o espaço de residência na propriedade da família.

Outro aspecto relevante diz respeito à realização da fragmentação da terra, principalmente em um caso como este que envolve um grande número de filhos e não apenas um potencial “sucessor” sendo construído. Existem quatro filhos do sr. Aluisio que moram nas terras de herança da família. No entanto, a terra não é considerada “dividida” entre eles, isto é, a solução não é uma divisão legal instituída, ao passo que cada um possui a sua casa e seu eventual espaço de auto-consumo delimitado, não havendo conflitos instituídos entre a fratria.

Como dito anteriormente, em relação ao sr. Wanderley, a realização do segundo casamento é mais recorrente quando permanece o viúvo. O sr. Aluisio está “arranjando” a sua segunda união, uma vez que é viúvo por alguns anos e necessita da figura feminina. Como já foi analisado, a mulher pode eventualmente ajudar nas tarefas relacionadas ao lote, porém o homem não realiza as tarefas domésticas vistas como eminentemente do âmbito feminino, portanto, é necessário que o homem disponha de uma mulher para realizar tais atividades. Quando há uma filha solteira na família que continua morando com o pai, ela é responsável pelos cuidados domésticos e o segundo casamento pode ser postergado ou mesmo não acontecer, se a filha não se casar. No entanto, quando não existe mais uma filha solteira na família em questão, a filha ainda que casada que more mais perto do pai ajuda na realização dessas atividades até que ele se case novamente. É relevante notar que no momento do segundo casamento é geralmente feito um acordo para que as lógicas de herança não contemplem também a segunda esposa e seu grupo doméstico anterior, como fora explicitado também no caso da família do sr. Geraldo, salvaguardando os direitos da família formada pelo primeiro casamento do titular da terra. Tal como salienta o sr. Aluisio:

Eu vou arrumar uma pessoa pra viver comigo. (...) Essa mulher veio do Rio. Ela tem 58 anos. Meus filhos tudo trabalham. Eu tenho propriedade, mas não posso botar o que eu tenho no que a gente vai arrumar aí. Eu disse: 'Se você tem intenção de vir para adquirir o que eu tenho, o que eu tenho é dos filhos'. Ela disse: 'Eu não venho com intenção de ter o que você tem'. Ela disse que quer viver a dela, é viúva também. (...) Aí tá na usina, até a gente casar. Ela tá ficando na casa de um casal que já conhecia ela e me disse que não tem manhas. Porque às vezes essas moças casam e separam com um mês, vai ver é manha escondida, né? Há manhas que vem debaixo da unha (...) Você não pode arrumar família sem casar. Eu tava sempre orando a Deus que tivesse uma pessoa pra viver comigo. Eu tem vezes que eu almoço em casa é duas horas, sozinho em casa.

Quatro filhos do sr. Aluisio moram atualmente na região do Rio Preto, sendo três homens e uma mulher. Até o momento, a filha casada que mora mais próximo ajuda ao pai na realização das tarefas domésticas. Sobre a possibilidade de ele se casar novamente, explicita o sr. Aluisio:

Tem um filho que dizem é contra, ele nunca falou comigo não, porque acha que ela vai pegar a terra. Ele tem a idade dele, vivia com a mulher dele, mas depois desapartou, né? Mas o homem e a mulher tem que ter a companhia do outro pra viver. E abençoado por Deus.

Fica claro além da necessidade de uma segunda união para que a família seja considerada completa, a expressão de que a união do casamento tem que ser também realizada com a bênção divina, de acordo com a orientação religiosa que o sr. Aluisio segue.

Analisarei os casos da família do sr. Aderbal e do sr. Josué de forma conjunta pelas similaridades encontrados. Ambos são titulares da terra de famílias que não são muito numerosas, tendo três filhos cada um deles, dois filhos homens e uma filha mulher. Foi reconhecido em relação ao filho mais novo em ambos os casos a maior aptidão para a permanência e a lida com a terra. No caso da família do sr. Aderbal, sempre moravam na *usina* e o lote de Reforma Agrária estava localizado perto da casa da família. Quando o seu filho Adilson resolveu se casar, ele pediu ao pai para construir uma casa para a nova unidade doméstica no lote. O sr. Aderbal não se opôs, até porque ele acredita que na “*falta dele e de sua esposa*”, é este filho que vai cuidar da terra e da casa. Ele afirmou:

Sempre morei aqui, morava antes em uma casa em frente que era de um rapaz, aqui também da usina. Saí de lá e vim para aqui. Então lá [terra] o meu filho quis fazer uma casinha, eu falei faz, porque de qualquer maneira vai ser dele mesmo, não é? Ele falou que ia casar e me perguntou se podia fazer lá, eu disse que podia fazer.

Apesar da família do filho morar no lote de terra, ele não trabalha atualmente na terra. Desta forma, o acordo é que o sr. Aderbal use o espaço de produção, enquanto a família do filho delimitou apenas um espaço para o auto-consumo. Assim como a família do sr. Aderbal, o filho mais novo do sr. Josué também pediu para construir uma casa no lote, quando foi se casar. O sr. Josué também possui uma casa no lote que é assim subdividido para comportar ambas as casas. No entanto, por enquanto também o sr. Josué é que usa eminentemente o espaço de produção do lote. Mas há intenção do seu filho Romilson e também da sua nora em participar mais da produção agrícola, principalmente a nora que deseja ter criações⁵⁸ no lote. Assim como o filho sr. Aderbal, Romilson trabalha fora do lote e até mesmo da cidade de Campos, passando pouco tempo em Rio Preto.

58 As criações representam uma possibilidade de renda autônoma para as mulheres.

Enquanto que os irmãos homens que não estão morando no lote, migraram de forma definitiva para a cidade para trabalhar e viver com as suas famílias, uma vez que a terra não era suficiente para que todos nela permanecessem; além do que não havia manifestado a vontade ou reconhecido o interesse em trabalhar na terra, como aconteceu para Romilson e Adilson. Não há conflitos na família, uma vez que também os irmãos que não estão na terra reconhecem que quem permaneceu é quem vai cuidar da terra, mas não só em prol de suas famílias elementares, mas sim para os todos membros da família originária. No entanto, a família está sempre reunida para ajudar nas questões relacionadas ao pagamento da terra e mesmo investimentos esporádicos.

No que tange ao cuidado com os mais velhos, as filhas são responsáveis. O sr. Aderbal divide a sua casa com a filha divorciada que retornou à terra que também cuida dele e de sua esposa, ajudando nas tarefas domésticas. Assim como a filha solteira do sr. Josué que mora na mesma casa que ele no lote, possuindo inclusive mais responsabilidades, uma vez que não há a presença de uma figura feminina na casa além dela, já que seu pai é divorciado. É importante salientar que ambos o sr. Josué e o sr. Aderbal são aposentados pelo tempo de trabalho na usina, o que garante um rendimento fixo mensal. Nesse ínterim, o casal original (com a ressalva que o sr. Josué é divorciado) ainda responde pelo cuidado da segunda e terceira gerações, principalmente, no caso das filhas divorciadas, ajudando-as, bem como a seus netos na época em que não estão trabalhando.

Esses são casos de um processo de sucessão em curso e que não há conflito entre a fratria e também não há uma total postergação do processo de sucessão, o que aumentaria o conflito entre os pais e filhos. Houve o reconhecimento do filho que irá permanecer na terra, mesmo que atualmente não trabalhe nela e talvez isso seja também um fator que amenize os possíveis conflitos, já que o espaço produtivo não é suficiente para mais de uma unidade doméstica. Além disso, este filho irá organizar os espaços produtivos e residencial para os outro irmão se desejar e responder pelo cuidado da irmã, quando da morte do titular. Ao mesmo tempo em que é um caso interessante de interação das redes familiares que permite a ajuda mútua. Além disso, a nora do sr. Josué é prima em primeiro grau da nora do sr. Aderbal, o que aumenta e mesmo sobrepõe os laços familiares mencionados.

Assim, segue uma tabela de todos os casos acima apresentados não de forma a rotular as famílias, mas de sintetizar em um quadro sinótico alguns aspectos destas anteriormente mencionados. A tabela traz as informações concernentes ao tipo de “sucessão” que foi realizada, bem como a indicação do “sucessor” e a organização do sistema casa-lote em relação a cada um dos membros da fratria.

Tabela 2 – Organização do sistema casa-lote e sucessor em cada família analisada

Família – nome de referência e tipo de sucessão	Sistema casa-lote
Wanderley	Ricardo – <i>casinhas</i> - “sucessor” da terra e do açougue Andréa – <i>usina</i>
Trabalho em conjunto com o sucessor	Michele – casa da família na <i>usina</i>
Helena	Herval – lote em Novo Horizonte - “sucessor do centro de decisão moral”
Sucessão por aquele não tem patrimônio	Roberval - lote em Santo Amaro - “sucessor

	agrícola” Janete – Campos
Rita e Alvino Postergação da sucessão	Filho – <i>usina</i> Filho – <i>usina</i> Filho – usina Santa Cruz Filho – usina Santa Cruz Filho – casa dos primos em Campos Filha – Baiano/Santo Amaro
Lenira e Leopoldo Dispersão dos filhos homens	Filho homem – <i>usina</i> Filho homem – Macaé Filho – casa da família na <i>usina</i> Filho mais novo – casa da família na <i>usina</i> Filho – Campos Filha – Campos Filha – Campos Filha divorciada – cômodo ao lado da casa da <i>usina</i>
Geraldo e Maria das Graças Postergação do sucessão	Diogo (e Flávia) – “sucessor” – lote em Santo Amaro Filha casada – Campos
Marcos Compensação de todos os filhos Pedro Trabalho em conjunto com o sucessor	Filha casada – casa própria em Campos Filha casada – casa própria em Campos Filho – lote próprio em Novo Horizonte - “sucessor” do centro de decisão moral Roberto - “sucessor” da terra e da “venda” Filha divorciada – cômodo ao lado da casa Filho casado – terras de herança Outros seis filhos – Campos e Rio das Ostras
Aluisio Compensação de todos os filhos	Guilherme – terra em Novo Horizonte - “sucessor” do centro de decisão moral Genro casado com Idalina – terra em Novo Horizonte Filho – Terra de herança Filho – Terra de herança Filho – Terra de herança Filho – Terra de herança
Aderbal Trabalho em conjunto com o sucessor	Adilson – lote em Novo Horizonte - “sucessor” Filho – Campos Filha divorciada – divisão simétrica da casa na usina
Josué Trabalho em conjunto com o sucessor	Romilson – lote em Novo Horizonte - “sucessor” Cássia – casa da família no lote

À guisa de considerações mais gerais, foi constatado que mesmo os sucessores não precisam ter o assentamento como o seu espaço de residência para demonstrarem a sua vontade de assumirem tal posição se assim apontados. No caso dos filhos serem menores na época da construção da Reforma Agrária e consequentemente desenvolverem projetos de vida que não levaram em conta a terra ainda não considerada de propriedade familiar, muitos sucessores escolhidos como tais fazem o movimento de retorno à terra. No entanto, tiveram a oportunidade de trabalhar com o pai ainda quando menores e geralmente manifestam a vontade de gerir a terra que é considerada um dos bens mais importantes, senão o mais importante do patrimônio familiar. Muitas vezes, a oportunidade de ter morado fora do assentamento pode ser combinada para completar ou adiantar o tempo de serviço necessário para a aposentadoria, o que garante um investimento seguro sobre a terra da Reforma Agrária. Assim, Geneilson leva em conta a situação do sucessor da família: *“O que demonstra mais interesse com a terra é o casado. Mas ele não tem coragem de voltar para cá porque tá completando tempo lá no serviço, né? E aqui não vai ter isso”*.

Assim, há sempre referência a um “sucessor”, mesmo que os filhos da unidade doméstica em questão não estejam necessariamente morando na localidade. Assim, pode haver a ocupação temporária do lote para que posteriormente um dos filhos assuma enquanto sucessor desta unidade produtiva. O caso da família do sr. Rogério pode ilustrar essa situação. O seu pai é titular de um lote de Reforma Agrária e foi acometido por uma grave doença que o impediu de continuar a trabalhar na terra. O sr. Rogério morava há trinta anos no Rio trabalhando de maneira informal e retornou a Rio Preto, porque o outro irmão que poderia assumir a terra *“trabalha com carteira assinada”* também no Rio de Janeiro e só tem mais cinco anos para se aposentar como pedreiro. Uma de suas irmãs mora em Rio Preto, mas ela não pode ser considerada para desempenhar o papel da sucessão. Até que ele retornasse, um de seus tios ajudou o seu pai no cuidado com o lote.

O sr. Rogério disse que até se interessou em ter um lote de terra para a sua família na época da Reforma Agrária. No entanto, não morava mais em Rio Preto e não se candidatou para tanto. Ele mencionou que antes de retornar a Rio Preto, se reuniu com seus quatro filhos, deixando uma residência para eles no Rio de Janeiro. Os seus filhos não concluíram o ensino médio e trabalham em serviços gerais e vendas. Tal exemplo denota a importância tanto da passagem de bens materiais para as gerações, além da negociação familiar que é mais ampla do que o lote da Reforma Agrária, ainda que este seja uma peça-chave no processo.

Há poucos casos em que a titularidade da terra foi assumida por mulheres em Rio Preto, o que está ligando a menor incidência do trabalho feminino na usina do que o masculino. Desta feita, as decisões acerca da produção em seu lote, bem como sobre a construção dos espaços de residência dos filhos são tomadas pela titular. Este é um caso atípico de construção da autoridade dentro da família, levando o marido a se inserir em outras atividades, sejam agrícolas ou não-agrícolas, mas que não estejam relacionadas com o lote da Reforma Agrária, uma vez que é uma inversão de valores à respeito da condução do trabalho na comunidade o fato de uma mulher ser a autoridade na gerenciamento dos bens e produtivo dentro da família assentada. Em alguns casos, as mulheres são divorciadas e assumem totalmente o gerenciamento do sistema casa-lote. Um desses casos é o da sra. Maria do Socorro que reivindicou a terra por acreditar ter direito a partir de seu trabalho na usina. No entanto, não se aposentou pela terra, porque conseguiu a aposentadoria pelo tempo de serviço e atualmente é divorciada. Atualmente, ela subdividiu a partir da construção de casas para os

filhos que o espaço é eminentemente residencial.

Assim, a mulher pode utilizar o vínculo legal com a terra, mesmo enquanto cônjuge, para se tornar aposentada como “segurada especial”⁵⁹. Se não fosse por essa estratégia, seria mais difícil a possibilidade de se aposentar, tendo que comprovar período de trabalho na terra, quando a maioria dos contratos de trabalho nas fazendas de particulares não são assinados em carteira de trabalho. Some-se a isso a constatação por meio do trabalho de campo de que a mulher assentada desempenha as tarefas mais relacionadas ao âmbito doméstico, o que levaria à sua aposentadoria ser adquirida apenas por idade devido à impossibilidade de acumular comprovações de trabalho fora deste âmbito. Neste sentido, a Reforma Agrária representou a possibilidade de inserção da mulher no âmbito formal do trabalho rural, garantindo à mesma os direitos cabíveis, ainda que segundo a sua inserção na hierarquia familiar, esta desempenhe tarefas que não se ligam ao trabalho na roça, o que em alguns contextos de pesquisa significa dizer que pertencem à esfera do “não trabalho”. No entanto, muitas vezes tanto o marido quanto a esposa se aposentam pela terra. Assim, o sr. Rodrigo comenta: “*Sou aposentado, desde 1999. Aposentei pela terra, pequeno produtor rural. A esposa vai ver se aposenta, porque tá no nome dela também né?*”.

O uso do termo sucessor

A constituição de unidades de produção e de consumo das famílias rurais depende tanto da reprodução imediata, quanto das estratégias que os levem a reprodução da condição social de agricultor ao longo do tempo (perspectiva geracional) (BRUMER, 2007). Uma vez que todos os filhos não podem permanecer na propriedade familiar, o processo de sucessão para os colonos do sul analisados pela autora costuma beneficiar apenas um dos herdeiros, geralmente o filho homem mais novo ou mais velho. Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, pela redução do número de filhos e também pelo processo de individualização dos jovens em relação à lógica coletiva familiar.

Assim, pode-se constatar que as lógicas de sucessão estão estreitamente ligadas a aspectos da relação familiar existente - as estratégias matrimoniais, a composição do grupo doméstico, perfazendo e sendo organizado pela hierarquia subjacente à família que tem a autoridade de manejar tanto o capital material quanto o simbólico. Acerca especificamente do grupo que perfaz o conjunto de famílias assentadas de Novo Horizonte, Neves (1997a) destaca:

Um grupo que se representa pela consideração dos modos de inserção no sistema de posições sociais, que exalta o pertencimento a um mesmo território espacial e cultural e que o faz incluindo a participação de duas a quatro gerações, põe em destaque as regras de apropriação e transmissão, os modos de manutenção e de devolução de um conjunto de bens materiais e simbólicos. Exalta a experiência coletiva de construção e acatamento de regras, consagrando um sistema de pensamentos e valores (159).

A partir das famílias acima analisadas, verifica-se a presença de alguns tipos de sucessão que podem ser encontrados para o caso de Rio Preto. Pode-se também depreender do exposto que há uma relação intergeracional dos assentados com a região em que as terras do

59 Na categoria de “segurado especial” estão contemplados os assentados, bem como todos os trabalhadores do campo que produzam em regime de economia familiar. Além do titular da terra, nesta categoria também estão inseridos o cônjuge e os filhos maiores de 16 anos que trabalhem com a família nas atividades agrícolas. O filho que possui outra fonte de rendimento de atividade remunerada ou esteja casado não é considerado “segurado especial” (Lei n.º 8.213, 24/7/1.991). O contrato de concessão de uso (CCU) pode ser utilizado como forma de comprovação o exercício de atividade rural ao longo dos anos.

assentamento Novo Horizonte foram desapropriadas. Tal existência de um fundo de reputação comum para a região de Rio Preto influencia na escolha do sucessor, na medida em que fornece valores que são apreciados desde a época da usina para a construção do filho que seja passível de manter a honra familiar. A não observação desses códigos de conduta locais que foram formados ao longo dos anos de convivência dos trabalhadores em questão resulta na sanção local de seus comportamentos, seja pelos vizinhos ou mesmo pelos outros parentes. No entanto, antes de passar ao exame de cada um dos casos especificamente, é relevante proceder a uma discussão acerca do termo “sucessor” e como ele pode ser aplicado ao caso de pesquisa aqui analisado. Isto para não incorrer em uma reificação do termo, fazendo as ressalvas cabíveis à aplicação deste a uma situação particular – o caso de Rio Preto no assentamento Novo Horizonte.

A herança na sociedade camponesa implica levar em conta dois processos: a escolha do sucessor e a partilha dos bens. Bourdieu (1962) analisa as duas noções, a partir do contexto do campesinato francês, propondo uma diferenciação. De um lado, todos os filhos têm iguais direitos formais em relação a *maison*⁶⁰, ou seja, todos têm direito à herança; porém apenas um deles pode geri-la, que é aquele escolhido como o sucessor. Neste sentido, Carneiro (1998) reconhece que a transmissão do patrimônio familiar passa por dois momentos: a sucessão que envolve a escolha de quem vai substituir o pai nos esforços para assegurar a produção agrícola e a herança que é a distribuição dos bens familiares, não somente ao sucessor. Assim, todos os filhos são considerados herdeiros, ou seja, têm direitos garantidos sobre os bens familiares que, neste caso, dizem respeito tanto à terra quanto à casa principalmente, mas somente um ficará encarregado do gerenciamento destes espaços.

Desta forma, o uso do termo sucessor na literatura sobre campesinato está ligado à reprodução social eminentemente pelo trabalho agrícola e pelo uso da terra. Neste momento, está posta a primeira diferença em relação ao contexto de pesquisa aqui analisado. Ainda que a terra esteja intimamente ligada ao processo de reprodução social das famílias, o uso produtivo da mesma não é o mais ressaltado na maioria dos casos, seja por impossibilidade devido às problemas infra-estruturais ou mesmo por escolha da família. Além disso, não há uma ligação patrimonial com a terra (cf. WOORTMAN, 1995; BOURDIEU, 1962; CARNEIRO, 1998), na medida em que esta não é associada a um “valor família”, sendo o sucessor no caso analisado por estes autores a figura responsável pela manutenção tanto da propriedade indivisa bem como do nome de família. Isto se liga à noção de patrimônio que é desenvolvida pelos assentados, diferente da noção de “cultura patrimonial” dos estudos camponeses, uma vez que a primeira alude à propriedade de bens, dentre estes principalmente a terra, que tornam possível a previsibilidade do futuro. Enquanto que a “cultura patrimonial” está ligada à noção de que a terra pertence à família por gerações imemoriais, não sendo tratada como uma mercadoria qualquer. O titular da terra é apenas o seu guardião que tem como finalidade manter a propriedade preferencialmente indivisa para as próximas gerações. Ao passo que o viés salientado pelas famílias assentadas é a segurança de permanecer no que é “da família” em comparação a um passado de extrema instabilidade, onde não se tinha nem a segurança de ter um “lugar de morar” que fosse de propriedade da família.

O uso do termo “sucessor” nesse presente trabalho diz respeito, em uma primeira acepção do termo, à indagação de quem fica responsável como o centro de decisão moral e material sobre os assuntos coletivos da família. Neste sentido, é possível utilizá-lo, apontando

60 O termo se refere a uma linhagem que está ligada a uma determinada base territorial, tendo, portanto, uma acepção material, no que diz respeito ao patrimônio e outra imaterial que concerne o nome e a linhagem da família.

alguns pontos de congruência extraídos da análise do contexto do Rio Preto em relação à literatura sobre campesinato. Em primeiro lugar, fica evidente que há um processo de hierarquização dos irmãos, seja este acompanhado de maior ou menor conflito entre a fratria. Além disso, o filho que destacado é sempre homem, aquele que fica incumbido de gerir o sistema casa-lote, gerenciando tanto o espaço produtivo quanto o residencial da(s) terra(s) da família, cuidando das irmãs solteiras e divorciadas, quando da ausência do chefe de família. Posteriormente, ele organizará este sistema em torno de sua unidade doméstica.

Além disso, o titular da terra é incumbido de “reconhecer” aquele filho que possui mais “gosto” pelo trabalho na terra – esse reconhecimento pode ser construído por meio de um processo de socialização desde a mais tenra idade. É feita referência somente a um filho que será o “sucessor” agrícola, isto é assumirá a titularidade da terra da família. Uma das principais justificativas da não divisão da propriedade por mais de um filho é o tamanho diminuto do lote de Reforma Agrária, sendo difícil comportar mais de uma unidade doméstica de forma a não comprometer o espaço produtivo, ainda que seja somente para o auto-consumo. Portanto, a terra permanece indivisa como em muitos casos de sucessão já analisados pela literatura sobre campesinato, ainda que não pelos mesmos motivos. Por fim, é este filho que passará a responder pela família quando da ausência do primeiro titular, inclusive resguardando a reputação da mesma nos limites da região. No entanto, a figura do “sucessor” agrícola pode vir a coincidir com aquele que será responsável pelo centro de decisão moral da família. Dentro deste cenário mais amplo e dessas duas principais acepções do termo aqui trabalhadas existem diversas possibilidades do exercício da sucessão, como foram apontadas anteriormente na tabela das famílias que foram analisadas, sendo mais ou menos próximas da sucessão tal como analisada pela literatura sobre campesinato.

Para todos os casos, a sucessão é realizada de forma primordial pelos filhos homens ou na falta destes a solução encontrada é a realização de um casamento de genro. Vimos que em alguns casos, há o processo de socialização realizado pelo pai do sucessor, o chefe da unidade produtiva, que diz respeito à transmissão de conhecimento em relação a culturas, à terra que cultivam desde há pelo menos três gerações, para o caso de Novo Horizonte, ainda que não seja especificamente o lugar onde hoje se localiza o lote de Reforma Agrária e que, na maioria das vezes, não eram proprietários. Essa transmissão de conhecimento é uma das principais heranças apontadas pela geração mais antiga, aquela que é titular da terra, em relação à atual: os filhos jovens. É uma das heranças que também são reconhecidas como transmitidas pelos pais dos titulares de terra, ou seja, a herança imaterial ou simbólica se concretizou para estes como a única possibilidade de transmissão, uma vez que a maioria das famílias não tinha condição de possuir bens e, portanto, realizar uma transferência entre gerações de capital material. No entanto, permanece relevante até hoje inclusive para dotar o sucessor de condições de condução dos atuais bens da família. Este tipo de sucessão foi apontado como a socialização do sucessor ou como adotado na tabela acima – o trabalho em conjunto com do titular com este filho em questão.

Este tipo de sucessão pode não dizer respeito somente às terras de Reforma Agrária ou mesmo “de herança”, mas também a pequenos estabelecimentos comerciais localizados na região do rio Preto. Também nesses casos, há uma preparação do sucessor para assumir o pequeno comércio (açougue, “venda”, etc) futuramente, como no caso da família do sr. Wanderley e do sr. Pedro. Desta feita, é importante salientar a existência da combinação de estratégias das famílias assentadas que também foram derivadas das múltiplas inserções da mesma, seja no âmbito administrativo, industrial ou agrícola da usina que construíram saberes distintos muitas vezes desempenhados até hoje ou mesmo correspondem a interesses familiares atuais.

A postergação da sucessão foi outra situação encontrada no contexto da pesquisa ou mesmo a dispersão dos filhos homens para que eles não reproduzam a condição social de agricultor que é mal vista neste caso. Para esta última situação, que é o caso da família do sr. Leopoldo, algumas premissas para a construção do sucessor não foram encontradas, tais como – a necessidade que o titular da terra também tenha “gosto pelo trabalho na terra” e que a autoridade do chefe de família não seja exacerbada. No caso de postergação da sucessão, apenas a segunda premissa não é encontrada, ou seja, o titular da terra realiza o trabalho na terra, no entanto, ele mantém o controle do gerenciamento da mesma, afastando os filhos homens potenciais “sucessores”.

No entanto, o caso mais recorrente dentre aqueles trabalhados por esta pesquisa, é o do trabalho em conjunto do titular da terra com o sucessor. Este caso acontece quando um dos filhos é reconhecido e construído para ser o sucessor, respondendo junto ao chefe de família pelas decisões na terra. Isso se dá quando o filho em questão tem um pequeno espaço produtivo no lote da família, morando no mesmo, que é o caso da família do sr. Josué e do sr. Aderbal. Quando a família tem também um pequeno estabelecimento comercial, os “sucessores” ajudam aos pais no trabalho tanto na terra quanto no açougue ou na venda, como os casos da família do sr. Pedro e Wanderley.

Também vimos que existem alternativas para que mais de um irmão e não só o sucessor possua terra na região, correspondendo aos casos classificados como compensação de todos os filhos. Essas alternativas correspondem à compra de terras no assentamento e casas na cidade, como foi o caso da família do sr. Marcos, ou mesmo na utilização das terras de herança e do assentamento, como no caso da família do sr. Aluisio. Na realidade, quando podem ser criados espaços de residência e também se possível de produção, de forma independente, mesmo antes da morte do titular da terra, usando a terra da Reforma Agrária, em confluência com aquelas antigas de herança, recém conquistadas no assentamento Santo Amaro, ou mesmo compradas no assentamento ou na cidade, é mais interessante para que diminuam as tensões e os conflitos de um processo de sucessão ainda não concluído. Nestes casos, não se pode falar da figura de um sucessor, uma vez que foram criadas unidades domésticas independentes para todas as famílias dos filhos homens.

Quanto à ausência de um sucessor, seja pela inexistência de filho ou porque estes já saíram do espaço do assentamento e não manifestam o desejo de voltar é feito referência a um tio ou primo que assuma o lote em caso de grave enfermidade ou mesmo morte do titular. Nesses casos em que a questão da sucessão é mais explicitada dentro do âmbito familiar, e para a realização da sucessão nos casos em que não havia ainda um sucessor sendo preparado, algumas considerações devem ser feitas em relação àquele que virá para cuidar da terra. Preferencialmente, o parente considerado não deve estar exercendo uma atividade formal que permita ter a sua carteira de trabalho assinada. Assim, pode se tratar de um trabalhador já aposentado para vir a morar novamente na terra, como foi o caso do sr. Rogério. Isto porque o valor relacionado à provisão do futuro garantido por meio da segurança que a renda da aposentadoria permite é uma das principais conquistas para alguns ex-trabalhadores da usina e, sobretudo, a partir do assentamento na terra de Reforma Agrária é possível que pelo menos um membro familiar possa vir a se aposentar “pela terra”, como será discutido adiante.

Como mencionado anteriormente, mais do que garantir a integridade do patrimônio, o objetivo das lógicas de sucessão é a manutenção da unidade familiar, a possibilidade de a família ter bens próprios aos quais podem se voltar em casos de necessidade, bem como ajudar os filhos e netos (gerações subseqüentes) a formarem o seu próprio patrimônio, que não está necessariamente vinculado à manutenção propriedade da terra e, muitas vezes, passa pelo acesso à educação formal que os titulares de terra e até mesmo os filhos dos titulares não

puderam ter. Um caso de construção do “sucessor” como o filho que ainda não tinha patrimônio pôde ser encontrado para o caso da família da sra. Helena. O seu filho mais novo ainda não tinha casa e nem terra própria, portanto, recebeu ajuda dos pais e também do irmão mais velho já estabelecido para que pudesse ter o seu “lugar de morar”, sendo que a sra. Helena reconheceu a importância de colocar o nome deste filho na terra recém-ocupada do assentamento Santo Amaro. Aqui sucessor é compreendido como aquele que tem acesso à titularidade do lote. No que tange ao sucessor como aquele filho que assume o centro moral da família, após o falecimento dos titulares da terra, Herval deve ser considerado este tipo de sucessor. Há evidências claras na família de que ele é responsável atualmente pelo cuidado com os pais e por ajudar o irmão a formar o seu patrimônio. Vemos que neste caso, portanto, não há coincidência da sucessão do centro moral da família e o da titularidade do lote. Porém, isto ocorre porque foi possível aos dois filhos homens da família em questão conquistarem lotes de forma separada, não implicando a subdivisão de um único pedaço de terra. Se assim fosse, provavelmente aquele que também seria o sucessor agrícola seria Herval. Dessa forma, o fim primordial da organização coletiva da família assentada não é a manutenção da integridade do patrimônio, mas atingir os fins necessários como ponto de apoio à família que consequentemente variam de acordo com a família em questão.

Assim, tecerei algumas considerações mais gerais sobre o processo de sucessão em Rio Preto. Antes de serem divididos entre os filhos herdeiros, os bens são considerados da família como um todo, ou seja, da família que divide a residência naquele determinado período de tempo. Ademais, ser “sucessor” não é considerado um privilégio ou mesmo fracasso, mas sim considerado uma escolha eminentemente realizada pelo chefe de família acertada. A manutenção da condição social do agricultor será uma decisão posterior deste filho, mas é necessário que alguém assuma a propriedade de terra. Geralmente é apontado aquele que demonstra mais aptidão para o trabalho agrícola, o que é uma observação do titular da terra e não do próprio sucessor, fazendo com o que o sucessor seja aquele que permanece na terra de Reforma Agrária em confluência com as outras terras da família, ainda que não o imobilize nas mesmas. Neste sentido, a “sucessão agrícola” pode ou não coincidir com a sucessão enquanto centro de decisão moral da família, no entanto, é mais comum que apenas um filho assumas as duas funções.

Assim, a partir da existência do processo de sucessão de fato, geralmente o “sucessor” assume a parte cabível aos outros herdeiros. Geralmente, não é feito uma compra estrita, mas sim um acordo entre irmãos que permite que apenas um permaneça trabalhando na terra, em troca de parte do que produz ou mesmo sem nenhuma contrapartida. Este mesmo processo ocorre para o caso das terras de herança. Desta forma, permite-se que haja a possibilidade de utilização da função produtiva da terra, se assim for planejado pelo “sucessor”. No entanto, existem casos em que várias famílias se instalaram em uma mesma terra de Reforma Agrária, levando-a a perder paulatinamente o espaço necessário para o desempenho de atividade agrícola condizente à sobrevivência de pelo menos uma família nuclear. A saída encontrada é a realização de uma pequena produção de subsistência que garanta pelo menos a porção necessária ao auto-consumo dessas famílias.

A possível incongruência entre as lógicas reprodutivas próprias das áreas em questão e as regras legais deve ser um aspecto a ser relevado ao estudar os processos sucessórios. A interação entre o direito formal - para o caso de pesquisa aqui analisado contido nas regras da legislação agrária e após a emancipação do assentamento nas regras de herança e sucessão do Código Civil - com as regras sancionadas pela comunidade local, denominadas “costumeiras” são o cerne do debate de autores que analisam a reprodução social da família camponesa. De acordo com Carneiro (2001), não existe um formalismo das regras, tal como é explicitado pelo

Direito e não há práticas sociais que não sejam contextualizadas .

Desta forma, é destacada a proeminência da família enquanto “entidade supra-jurídica” (CARNEIRO, 2001), cujos valores e interesses devem ser preservados, inclusive de influências externas e impessoais, tal como são interpretados os estabelecimentos jurídicos e o procedimento do inventário. O pai, enquanto chefe da família, também é visto como o encarregado pela integridade da reputação familiar e responsável pela viabilidade da reprodução social de todos os filhos, seja no espaço do assentamento ou não.

Por ser a impossibilidade da contestação da autoridade do chefe da unidade produtiva uma das principais questões que incitam o conflito no caso de sucessão, esta passa a acontecer de fato a partir do falecimento do proprietário de terra. Antes disso, são feitos arranjos de forma que o “sucessor” permaneça na propriedade, como a divisão do lote para produzir em uma parte menor. Em muitos dos casos, a “espera” para que a sucessão ocorra de fato é longa, mesmo em casos de enfermidade ou idade avançada do pai que posterga o máximo que pode a transferência de autoridade em relação à propriedade. Neste ínterim, os potenciais sucessores passam a se inserir em outros trabalhos, sejam atividades agrícolas ou não agrícolas para posteriormente assumirem o gerenciamento da unidade produtiva. Não há casos em que o sucessor não assuma de fato esta posição, uma vez implicitamente instituída pela família, sobretudo, porque os sucessores têm o lote como o seu espaço de residência, ou mesmo outro espaço dentro do assentamento.

No entanto, não é porque as lógicas de sucessão não sejam voltadas para a manutenção da integridade do patrimônio que elas não existam ou a terra não seja considerada um bem de grande importância para a reprodução social da família assentada. A lógica operante, nesse caso, pode ou não esgarçar os laços estreitos da autoridade da família rural. Desta forma, na maioria das situações encontradas ainda que os interesses coletivos não sejam predominantes, eles formam a base de alicerce para o desenvolvimento das trajetórias individuais, devendo ser observados e respeitados pelos membros familiares.

Ademais, para o caso aqui estudado, as famílias atualmente assentadas não tinham a propriedade da terra até recentemente, o que influencia diretamente nas regras de apropriação e gerenciamento dos bens. Desta forma, as estratégias de produção não ficaram necessariamente ligadas ao lote de Reforma Agrária que assume outras funções importantes, não antes conquistadas - o espaço de residência para pelo menos duas gerações; o ponto de apoio para a volta de filhas divorciadas ou mesmo netos e mesmo a reserva monetária para a consecução de outros objetivos que não estejam necessariamente ligados à agricultura, como a continuidade da educação formal dos filhos dos assentados, a compra de casas na cidade para os filhos que não moram mais na área rural, entre outros. Assim, fica evidente que a propriedade de terra para os assentados de Novo Horizonte representa a possibilidade inclusive de contrapartida àqueles filhos que manifestaram a sua vontade de não permanência no campo ou, pelo limite exíguo da terra, não podem permanecer. São arranjos como esses que permitem verificar a importância do acesso a um bem com alto valor mercantil, tal como a terra, bem como o acesso a reserva de valor representada pela criação de gado e também a crédito agrícola, que só foram possíveis a partir do início do assentamento.

Não há uma correlação direta entre condições sócio-econômicas das propriedades de terras e a existência ou não de sucessores no contexto de pesquisa aqui analisado. Na verdade, são dois processos distintos, havendo sempre referência a um filho homem que permanecerá na propriedade da família. Além disso, para o caso de Rio Preto, a construção de uma forma para o gerenciamento dos bens da família é uma situação recente e inédita para a grande maioria das famílias que veio aliada ao desmoronamento do controle social exercido pela administração da usina. Na realidade, a maioria dos estabelecimentos familiares da região do

Rio Preto ainda conta a presença dos titulares da terra, ou seja, ainda não ocorreu a “sucessão” de fato nestes. No entanto, podem ser verificadas as negociações e organizações em torno do futuro dos filhos, dentro ou fora do assentamento.

Assim, pode-se concluir que o termo “sucessor” pode ser empregado para este contexto de pesquisa somente levando em conta todas as particularidades acima analisadas. Portanto, suceder a produção implica em ter o controle produtivo da terra, o “sucessor agrícola” e/ou sobre o gerenciamento da terra como ponto de apoio para família, o “sucessor do centro de decisão moral da família” isto é, produzindo condições para que os seus irmãos ainda não casados quando da morte do pai (chefe da unidade produtiva) tenham um lugar para a construção de suas casas, as suas irmãs não fiquem sem casa e renda se vierem a se divorciar, bem como ajudando os sobrinhos nos esforços de permanência na terra ou mesmo de continuidade da educação formal e/ou busca de outros empregos no perímetro urbano. Estas duas figuras podem ou não ser coincidentes, como anteriormente mencionado.

Ainda que a configuração identitária nesse caso não corresponda àquela do trabalhador agrícola exclusivo; os titulares da terra e potenciais “sucessores” se identificam como pequenos produtores. Isso demonstra que ainda que as estratégias das famílias não estejam exclusivamente voltadas para a terra, esta ocupa uma importante dimensão na viabilidade de reprodução social da família. Ao mesmo tempo em que o trabalho na terra assume importante dimensão na constituição da identidade, principalmente do titular e do “sucessor”.

Além disso, o sucessor terá, muitas vezes, que combinar o esforço do trabalho na terra com o exercício de atividades agrícolas fora de sua propriedade ou, na maioria das vezes, atividades não-agrícolas em Campos para o suporte financeiro de sua família. Isto, sobretudo, quando os filhos ainda são menores de idade. A situação pode mudar quando o sucessor se aposentar, quando ele pode passar a “trabalhar para si” e viver somente da terra. No que pese o desejo de grande parte das famílias de viver somente da produção da terra própria, muitas vezes isto não é possível. As dificuldades estruturais se iniciam pela falta de escoamento viável da produção no caso, principalmente, da região do Rio Preto, tendo que recorrer aos atravessadores e em menor montante vendas diretas para estabelecimentos da própria região e para as pousadas que se instalaram recentemente. Somadas às intempéries que produzem um fluxo de renda descontínuo para a agricultura, se comparado com o trabalho assalariado que permite ter a garantia de uma renda mensal estável - o que também vão atingir com a aposentadoria futura. A falta de iniciativas coletivas que visam o beneficiamento de produtos para a posterior venda é também um dos desdobramentos da dificuldade de escoamento da produção, diminuindo as possibilidades de geração de renda para as famílias assentadas que recorrem a outros contratos de trabalho. No entanto, os esforços dos produtores rurais atuam no sentido de minimizar os efeitos desses canais monopolizados e usam parte da produção para o consumo familiar.

Deve ser levado em conta, sobretudo, para o caso analisado que assumir o controle da unidade produtiva não garante a sua reprodução ao longo das próximas gerações. A partir da titulação definitiva quando a família assume a propriedade definitiva do lote de Reforma Agrária, sob o ponto de vista legal, a família pode dispor da terra como lhe aprouver também em bases legais, o que já procedia mesmo anteriormente. Não significa que haja uma tendência de abandono e venda de lotes verificados para a região do rio Preto, mas que a propriedade da terra pode viabilizar outros projetos futuros do sucessor e da fratria que não dizem respeito unicamente à permanência na terra ou mesmo permanência na terra enquanto espaço produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes projetos de continuidade familiar e de sucessão

A partir da análise das famílias em questão, fica evidente que estas têm diferentes projetos de continuidade na terra – o que implica em diferentes projetos de sucessão na mesma. Para algumas famílias, apenas a referência a um espaço de residência estável e considerado da família é uma das principais conquistas alcançadas por meio da propriedade da terra a partir da Reforma Agrária. No entanto, poucos são os casos em que o projeto de continuidade da família perde todo o seu valor. Este tem diferentes graus de importância levando em conta diferentes situações analisadas, mas não deixa de ser completamente acalentado pelas gerações seguintes. Naquelas famílias em que não há o incentivo para que os filhos permaneçam tendo o lote do assentamento como espaço de referência, ou mesmo em que não é preparado um filho homem para que assuma a função de sucessor, provoca-se a dispersão familiar e a perda da salvaguarda familiar a partir da propriedade da casa e da terra, que é uma situação inédita para a maioria dessas famílias. As implicações para os filhos que permanecessem tendo a casa e a terra no assentamento são as tensões advindas do processo de subdivisão da terra que não tem diminutas proporções. Ao mesmo tempo, desta forma, tem-se um centro de referência para o qual se pode retornar quando os projetos individuais fracassaram ou quando o projeto coletivo da família conforma outra previsão do futuro que não seja mais morar e trabalhar na terra. Assim, a continuidade da família na terra é um processo que está continuamente em jogo a partir de influências externas (facilidade ou dificuldade de escoamento da produção, acesso à titularidade do lote), bem como questões internas à famílias (diferentes projetos dos irmãos, a organização da família realizada pelo sucessor).

Poucos foram os casos em que se abandonou o trabalho agrícola completamente no lote. A possibilidade de autonomia em relação ao trabalho era bem vista e desejada inclusive para os trabalhadores do complexo fabril da usina, ainda que combinados com a realização de atividades agrícolas formais para aliar a estabilidade da previdência social à autonomia em relação ao trabalho. Estas famílias comumente combinaram a realização de atividades, desde a usina, como forma de aumentar a renda familiar, o que seguem fazendo até hoje, ainda que se auto-classifiquem como pequenos produtores, a partir da titularidade da terra de Reforma Agrária. Assim, a “sucessão” também varia de acordo com a apropriação de forma distinta da possibilidade do trabalho no lote, ou seja, a autonomia desejada por esses produtores que passam a “trabalhar para si”. Tal realidade também é conformada pelas condições externas e internas como vistas anteriormente. Deste modo, o processo de sucessão varia de acordo com a apropriação dessa oportunidade em torno da configuração familiar em questão.

Ainda que para a maioria das famílias entrevistadas, a produção agrícola não ocupe papel primordial no gerenciamento da terra, as mulheres não têm acesso a este bem, que permanece sob o comando dos homens. Mesmo que estejam excluídas paulatinamente do processo de herança - com exceção dos poucos casos em que se tornaram efetivamente titulares da terra - a propriedade da terra proporciona uma conquista destacada às mulheres. Esta permitiu que muitas assentadas tivessem direito à aposentadoria enquanto seguradas especiais, pela comprovação do trabalho na terra a partir do seu registro geralmente como cônjuge no contrato de concessão de uso e título de domínio definitivo. No entanto, verifica-se que as estratégias familiares de disposição do patrimônio ainda estão centradas no titular masculino, cabendo a mulher papel complementar. Ainda que a lei preveja uma igualdade formal entre homens e mulheres, há um privilégio social em benefício do homem.

A figura do sucessor é institucionalizada de forma mais clara, quando se trata de comunidades de pequenos sítiantes que já têm moldadas as formas de transmissão e

gerenciamento da propriedade de terra da família. Ao passo que, para o caso analisado, não há uma modelização estabilizada desta figura e existem duas principais dimensões a partir das quais foram analisadas o processo de sucessão. De um lado, a sucessão que diz respeito a assumir o trabalho agrícola, isto é, a sucessão da titularidade da terra. Por outro lado, tem-se a sucessão enquanto a preparação/reconhecimento daquele que será o centro moral da família na geração seguinte, também pressupondo uma hierarquização na fratria.

Essas duas figuras podem não coincidir, uma vez que um filho pode assumir a propriedade do lote, enquanto outro é considerado aquele que assume a função de organização familiar, da apropriação da terra e da casa, tal qual o titular o fazia. No entanto, geralmente o que acontece nos casos analisados é a confluência dessas duas acepções do sucessor em um mesmo filho. É importante frisar que está se tratando do centro moral da família como referência local, isto é, no que tange ao espaço do assentamento. Outros filhos podem ser considerados importantes para a aglutinação e organização familiar morando no centro da cidade ou em cidades vizinhas. Mas o intuito é articular os usos da terra, a hierarquização da fratria e a consequente construção de uma figura que lidera os outros irmãos. Ao mesmo tempo, o espaço do assentamento continua como referência para os outros irmãos que não moram mais em Rio Preto, na medida em que está localizada a casa do titular da terra, ou seja dos pais, a geração que ocupou o espaço, sendo uma referência de onde eles vieram. Então, a não coincidência das duas acepções de sucessor acontece quando é possível que os filhos homens possuam terras para as suas famílias, sem a necessidade de esperar o processo de sucessão da terra de Novo Horizonte. Isto pode acontecer por meio da ocupação das terras em Santo Amaro, a existência de terras de herança *a priori* ou mesmo a compra de terras para os filhos homens que desejam permanecer trabalhando na terra. Desta forma, todos estes filhos já podem ser considerados titulares de suas terras, não necessitando um processo de sucessão agrícola para que venham assumir a propriedade de terra. No entanto, somente um filho assumirá a organização do centro moral da família, a partir da hierarquização interna à qual está sendo analisada.

No que pese a minha indagação inicial a respeito da sucessão em terras de Reforma Agrária, a partir dos objetivos de pesquisa proposto e a análise conduzida, posso chegar às algumas considerações que conformam de diferentes formas os meus interesses de pesquisa. O objetivo ao discutir o termo sucessor para a realidade analisada foi verificar quais são as práticas de reconhecimentos entre as gerações no contexto de Reforma Agrária. Essas práticas de reconhecimento são traduzidas nas práticas geracionais de transmissão, ou seja, como é gerenciado o presente e aquilo que se deseja manter e aprimorar no futuro das famílias em questão. O fato de existir uma comunidade já estabelecida antes mesmo do processo de assentamento favorece o estabelecimento de julgamentos a respeito da gestão do lote, ajuda dos filhos aos pais, reconhecimento profissional dos pais em relações aos pais, entre outros aspectos analisados. Neste sentido, o princípio da localidade, ou seja, o fato dos assentados serem eminentemente da região foi um recurso que organizava a filiação empregatícia e posicional no sistema hierárquico de trabalho, passando também a organizar a vida dos trabalhadores de Rio Preto, o casamento e a ética do trabalho nas terras da Reforma Agrária. Possuir este fundo de reputação comum geracional influencia na construção da figura do “bom trabalhador” e nos valores a serem transmitidos intergeracionalmente para todos os filhos, mas principalmente para a figura do sucessor, enquanto aquele que é o centro moral do sistema casa-lote.

Múltiplos usos do sistema casa-lote

Fica evidente que estão em jogo, portanto, múltiplos usos do sistema casa-lote de acordo com a configuração familiar em questão, bem como os bens que esta possui. A partir deste sistema podem ser conjugadas as redes de sociabilidade, principalmente a de parentesco, promovendo circuitos de ajuda mútua entre as casas e as terras que perfazem a configuração familiar em questão. Além disso, é possível conjugar na fratria os usos produtivos da terra para os filhos homens que desejam permanecer trabalhando na terra, seja somente para o auto-consumo ou mesmo para a comercialização, garantindo o espaço residencial para os filhos e filhas que têm outras inserções profissionais e mesmo para as filhas divorciadas. Neste sentido, uma das considerações centrais deste estudo é que o sistema casa-lote é considerado o ponto de apoio para a família assentada. Se o lote não for fragmentado de forma excessiva pode manter o seu espaço produtivo, mas se a estratégia familiar levar à fragmentação será utilizada eminentemente como espaço de residência. A partir do momento em que os ex-trabalhadores assalariados da usina Novo Horizonte passam a acessar um bem de grande valor mercantil e se tornam posteriormente proprietários do mesmo, é possível um deslocamento na concepção de futuro dessas famílias.

Se antes era necessário reproduzir a teia de favores recíprocos que permitia a permanência como morador nas terras de fazendeiros ou como trabalhador assalariado na usina, garantindo o horizonte instável de apenas uma geração, atualmente é possível prever e garantir o futuro a pelo menos duas gerações subsequentes de forma autônoma. Isto porque os titulares da terra podem oferecer a possibilidade de construção da casa para os seus filhos e seus netos, além do acesso à terra ter permitido a ele se aposentar, em alguns poucos casos⁶¹, mas, sobretudo, a aposentadoria da sua esposa. Essas garantias materiais como a propriedade da terra e a aposentadoria dos titulares foram conquistas que permitem incentivar os projetos dos filhos e netos, estabilizando de tal forma a vida familiar para que a sujeição moral e pessoal do controle dos domínios do trabalho e da morada (NEVES, 1997a) não se repita. É justamente o sucessor aquele que vai organizar os usos da terra que não passam apenas pelas atividades agrícolas, mas também pelo espaço de residência, além de espaço produtivo, mas, sobretudo, salvaguarda para a família ex-trabalhadora da usina que fora assentada.

Assim, é possível proceder a uma interação nesses processos de acordo com as gerações nas quais acontecem. Para a primeira geração, ou seja, os titulares da terra, esta é vista como uma conquista da família em relação à situação de “morada” que viviam anteriormente, sendo um espaço de residência e ao mesmo tempo produtivo. No entanto, para os jovens assentados, com exceção do “sucessor” (a segunda ou mesmo terceira geração), a terra é considerada primordialmente um espaço de residência, uma vez que não é suficiente em extensão para morar e trabalhar, ao mesmo tempo. No entanto, existem várias outras possibilidades quando um dos familiares acessou uma terra no assentamento Santo Amaro, se existem terras de herança na família, se foi comprado um terreno na cidade, como visto anteriormente. No limite, para a família, o sistema casa-lote é considerado um conjunto de bens que deve ser administrado em conjunto, ainda que possivelmente atendendo a interesses não necessariamente coletivos.

Assim, o gerenciamento dos bens familiares – o que inclui primordialmente a terra desapropriada e a casa da antiga área central da usina, aquilo que denominei sistema casa-lote – é uma prática atual que faz parte da negociação procedida no âmbito familiar em Rio Preto. Desta maneira, pode-se refutar a afirmação de que o estudo da herança em assentamentos rurais seria uma demanda em potencial (MIRANDA, 2003), uma vez que é uma preocupação

61 Por que geralmente já são aposentados da usina Novo Horizonte, pela qual recebem mais do que um salário mínimo conferido aos segurados especiais.

atual o exercício de estratégias que se baseiam em possibilidades de permanência do sucessor e demais filhos de acordo com as vicissitudes familiares e a realidade do contexto analisado. Assim, as práticas de herança e sucessão permitiram analisar questões fundantes da família assentada, como a viabilidade produtiva e o contexto de comercialização em que se insere, o valor da terra ocupada e a possibilidade de formação de um patrimônio familiar, entre outros aspectos que denotam as peculiaridades da reprodução social das famílias de Rio Preto.

Uso social da reforma agrária e a concepção de família na política pública

Como visto anteriormente, o estudo da herança e sucessão em comunidades camponesas no Brasil não foi completamente estendido para o caso dos assentamentos de Reforma Agrária que constituem em uma possibilidade de formação de uma comunidade de pequenos produtores por meio da intervenção estatal. A relevância em termos numéricos dos assentamentos nas mais variadas regiões do país, com inserções produtivas diferentes e diversificadas em contextos onde anteriormente predominavam monoculturas como a da cana-de-açúcar sustentam a necessidade de que o investimento acadêmico – e quiçá o investimento político – dê conta das particularidades da reprodução social dessas comunidades. Sobretudo, em relação aos assentamentos que já estão passando pelo processo de emancipação, como é o caso de muitos no Brasil, o que implica em não dispor mais de investimentos, tais como créditos e verbas de instalação destinados exclusivamente aos empreendimentos da Reforma Agrária, ainda que em muitos casos, problemas infra-estruturais ainda existam.

Neste sentido, verificar como ocorrem as lógicas de sucessão junto ao processo de herança e de que forma são construídos os arranjos no âmbito familiar para que o patrimônio gerido pelo pai de família, ainda que obedecendo a critérios de hierarquia interna, conceda aos filhos o substrato tanto imaterial quanto material é um viés de análise relevante para dimensionar de que forma o lote do assentamento é gerenciado pela família assentada. Em que pese a realidade da maioria dos assentados de Novo Horizonte, na qual a construção de um patrimônio eminentemente familiar somente foi possível por meio da política pública Reforma Agrária recentemente implantada, ou seja, atualmente, as famílias assentadas vivem uma realidade antes inédita para a maioria delas.

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho, sob pena de apresentação de valores essencialmente normativos, pode ser repensado o uso social da Reforma Agrária, na medida em que se analisa quais são os projetos de futuro e como a terra é apropriada intergeracionalmente. Somente a partir do acesso à terra da Reforma Agrária, a grande maioria das famílias pôde ter bens considerados “da família”. Anteriormente, o único recurso que permitia a garantia da previsão do futuro era o acesso à aposentadoria pelos titulares da terra, o que é valorizado também atualmente. Defendo que a possibilidade da família dispor como lhe aprouver dos bens acessados pela Reforma Agrária não inviabiliza ou torna inócua tal política pública. Pelo contrário, o uso social da Reforma Agrária deve ser visto como uma importante passagem na vida desses pequenos produtores, definidora do acesso a condições estáveis de qualidade de vida. Porém não deve ser considerada a imobilização destas pessoas na terra o sucesso da política pública, deixando espaço para a organização do futuro dos filhos de forma que antes os titulares da terra não poderiam conceber em termos materiais.

A política de Reforma Agrária alude a uma determinada concepção de família. A denominada “unidade familiar” é aquela responsabilizada pelo gerenciamento produtivo do lote, com o trabalho apenas dos membros familiares para a consecução das atividades agrícolas. Especificamente sobre as práticas de herança após a morte do titular da terra, a legislação agrária impede o fracionamento do lote de acordo com limites impostos pelo

Estado. Vimos que muitas estratégias realizadas pela família não estão de acordo com os limites legais impostos para o gerenciamento e disposição dos usos relacionados à terra – a autoridade do lote é eminentemente masculina; pode não haver o desejo de continuidade dos jovens no trabalho no lote familiar e o seu uso para outros fins; bem como a posse da terra, muitas vezes, acaba sendo dividida entre os membros familiares por meio do uso condominial. Desta forma, o Estado constrói uma representação⁶² à qual a família de trabalhadores da usina e atualmente assentados deve ser capaz de manejar e produzir soluções adequadas para a disposição de sua família, sob pena de não possuírem mais a propriedade da terra. Os assentados têm de lidar com a conformação do trabalho simbólico e prático do “espírito de família” (BOURDIEU, 1996) tanto institucionalizado pelo Estado quanto aquele negociado no âmbito estrito do parentesco.

A construção desse gerenciamento coletivo não é um processo realizado sem tensões. No entanto, o princípio mais relevante é aquele alude ao sistema casa-lote como um ponto de apoio para a família assentada. Se para vários estudos relacionados ao campesinato, o que estava primordialmente em jogo era a manutenção da integridade do patrimônio territorial, de preferência unificado fisicamente, aquilo que é mais acionado no assentamento Novo Horizonte é a conquista de autonomia frente à situação anterior de subordinação pessoal e moral: “a morada”, seja em relação ao proprietário da usina, bem como aos fazendeiros da região⁶³. Atualmente, alguns limites encontrados são a insuficiência da área de terra da Reforma Agrária para a reprodução da condição social de agricultor por todos os filhos, sendo que arranjos como a ocupação de terras em um assentamento vizinho, a confluência do uso tanto das terras de herança, quanto as de Reforma Agrária e mesmo a compra de terra são estratégias utilizadas pelos assentados para o aumento das possibilidades de uso deste bem tanto como espaço produtivo e espaço residencial. Porém, a principal conquista a partir do assentamento foi o espaço de residência de forma autônoma, sendo também aquilo que é primordialmente repassado às gerações subseqüentes. Essa constatação pode ser explicada, uma vez que para o caso do assentamento analisado, não houve um esforço para a construção exógena da ordem moral de um “camponês ideal”, mas sim o princípio organizador que fundamentou a participação das famílias assentadas foi o pertencimento à localidade. Assim, somente a partir do processo de Reforma Agrária foi permitido construir a figura efetivamente de um sucessor na família que pode conjugar as funções produtivas da terra com o espaço de moradia para as gerações subseqüentes, não se atrelando a uma concepção idealística do camponês que deve permanecer a qualquer custo imobilizado na produção da terra.

62 Para Durkheim (2002), o Estado não é apenas um aparelho administrativo, mas um lócus onde são construídas representações. Desta forma, este tem uma finalidade prática e não especulativa.

63 Por meio da ofertas de meios para assegurar a vida material da família, os grandes proprietários de terra em Pernambuco também conseguiam imobilizar os trabalhadores no espaço em que controlavam, estreitando os horizontes sociais de seus trabalhadores (cf. GARCIA Jr., 1989).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENSBERG, C. M. e KIMBALL, S. **Family and community in Ireland**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1968 (1940).

AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Harv. Univ. Press, 1974.

BAILEY, F.G. **Gifts and poison**. Oxford: Basil Blackwell. 1971.

BOHANNAN, P. - "Africa's Land". In: Dalton, G. (ed.) **Tribal and Peasant Economies**. New York, The Natural History Press, 1967, pp. 51-60.

BOURDIEU, P. "**Celibat et condition paysanne**". Études Rurales, 1962.

_____. **The attitude of the Algerian peasant toward time**. In: Pitt-Rivers, Julian, Ed., *Mediterranean countrymen; essays in the social anthropology of the Mediterranean*, Paris: Mouton, 1963.

_____. **La Maison Kabile ou le Monde Renvérse**. In: Pouillon, J. & Maranda, Pierre (eds.) *Echanges et Communications. Mélanges offertes à C. Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e. anniversaire*. Paris, La Haye, Mouton, 1970.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei no. 8213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>. Acesso em: 22 fev. 2009

BRASIL. **Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a Reforma Agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal. Base da Legislação Federal Brasileira. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViu_Identificacao%2Flei%25208.629-1993%3FOpenDocument%26AutoFramed> Acesso em: 17 fev. 2009.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. **Acesso à terra e condições de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Revista Estudos Feministas vol. 9, no. 1, 2001.

_____. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural.** In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. **Entre sair e ficar: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese de Doutorado (2005). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CORDEIRO, M. S. S. **As redes sociais e suas importâncias na geração de redes de suporte para a Reforma Agrária: Um estudo de caso em 10 anos do assentamento Zumbi dos Palmares.** Monografia de conclusão de curso (2007). Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

DUARTE, L. F. D. e GOMES, E. C. **Três famílias: identidades e trajetórias intergeracionais nas classes populares.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DURKHEIM, E. **Lições de Sociologia. “Quarta lição. Moral cívica: definição do estado”.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, G. R. **Concepções sobre propriedade da terra em assentamentos rurais.** Dissertação de mestrado (2003). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, UNICAMP.

EMATER. **Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária (PROCERA) – Assentamento Novo Horizonte, 1988.**

EMATER. **Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária (PROCERA) – Assentamento Novo Horizonte, 1991/1992.**

EMATER. **Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrária (PROCERA) – Assentamento Novo Horizonte, 1996.**

EPAGRI/CEPAF. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar.** Chapecó: Epagri/CPPP, 2001.

FORTES, M. **The Developmental cycle in Domestic Groups.** Jack Goody ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho.** Tese de Doutorado (1975). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ.

_____. **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e a transformação social.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no**

Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA. **Norma de execução no. 29 de 11 de setembro de 2002.** Dispõe sobre: Procedimento administrativo para alienação de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária, e regularização fundiária em terras públicas de domínio do INCRA e da União. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=255&limitstart=28

Acesso em: 18 de jun 2009.

INCRA. **Norma de execução no. 39 de 30 de março de 2004.** Dispõe sobre: Critérios e procedimentos referentes ao Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=255&limitstart=42

Acesso em: 18 de jun 2009.

INCRA. **Norma de execução no. 45 de 25 de agosto de 2005.** Dispõe sobre: Procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=255&limitstart=42

Acesso em: 18 de jun 2009.

INCRA. **Instrução normativa no. 30 de 24 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre: Procedimento administrativo para transferência de domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em projetos de assentamento de reforma agrária em terras públicas de domínio do Incra ou da União. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=297&Itemid=136&limitstart=42

Acesso em: 30 de jun 2009.

INCRA. **Instrução normativa no. 38 de 13 de março de 2007.** Dispõe sobre: Normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=297&Itemid=136&limitstart=56

Acesso em: 30 de jun 2009.

INCRA. **Instrução normativa no. 39 de 11 de junho de 2007.** Dispõe sobre: Programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária - PAC no âmbito do Incra. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=297&Itemid=136&limitstart=56

Acesso em: 30 de jun 2009.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: O trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MALAGODI, E.; MARQUES, R. **Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais.** In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MAIA, R.R.M. **A Influência dos Fatores Endógenos e Exógenos na Alocação de Recursos Financeiros dos Beneficiários da Reforma Agrária - Um Estudo de Caso em Campos dos**

Goytacazes, RJ. Dissertação de Mestrado (2003). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

MARCELIN, L. H. **Família, Parentesco e Domesticidade entre os negros do Recôncavo do Bahia, Brasil.** Tese de doutorado (1996). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.

MEDEIROS, L. e LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MIRANDA, M. E. **Os assentados frente aos desafios legais: uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão – SP.** Tese de doutorado (2003). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, USP.

MOURA, M. **Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa área rural.** São Paulo: Hucitec, 1978.

NEVES, D.P. **Agricultura familiar: questões metodológicas.** Reforma Agrária, vol, 25, maio-dez 1995.

_____. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis.** Niterói: EDUFF, 1997a.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista.** Niterói: EDUFF, 1997b.

_____. **Do Imbé, novos horizontes: o processo de construção de um assentamento rural.** Niterói: Intertexto, 2004.

PALMEIRA, M. **Casa e trabalho.** CONTRAPONTO: Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Rio de Janeiro, ano 2, n.2, p. 103-114, dez./1977.

PEDLOWSKI, M. A.; VIEIRA, R. R. M. e ZINGA, M.R.M. **The Limits of Agrarian Reform in the Northern Fluminense Region, Rio de Janeiro, Brazil.** Book of Abstracts of the 10th World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, p. 113, 2000.

PEDLOWSKI, M. A; CORDEIRO, M. S. S.; RAMOS, V. Q. e TERRA, M. A. C. **Os Limites da Reforma Agrária Desassistida na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Descaso do Estado e a Resistência dos Assentados.** Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, Pernambuco, 2007.

PEIRCE, C. **Philosophical writings of Peirce.** NY: Dover Publications, 1944.

PINHEIRO, F. D. **Poder Judiciário e Reforma Agrária: uma reflexão a partir dos conflitos no Norte fluminense.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (2009). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petropolis, RJ; São Paulo: Vozes; EdUSP, 1973.

SCHNEIDER, D. **American kinship: a cultural account**. New Jersey, Practice Hall, 1968.

SEGALEN, M. **Mari et Femme dans la société paysanne**. Paris, Flammarion, 1980.

SEYFERTH, G. **Herança e estrutura familiar camponesa**. **Bol. Mus. Nac. Antropologia**, n. 52, 1985.

SIGAUD, L. **A Idealização do passado numa área de plantation**. CONTRAPONTO: Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Rio de Janeiro, ano 2, n.2, p. 115-126, dez./1977

SILVA, S. B. **Assentamentos rurais: Territórios de conflito e sociabilidade camponesa**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito – Equador.

SILVERMAN, S. **“The community-nation mediator in traditional central Italy”**. In Potter, J.M. et al. **Peasant Society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967, pp. 279-293.

SPANEVELLO, R. S. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) 2008. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. ; MATA, H. T. C. **Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998**. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 071-091, jan/mar 2007.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese Doutorado (2002). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

WANDERLEY, M. N. B. **Jovens rurais de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WOLF, Eric. **Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas**. In: **Antropologia e poder**. Bela Fieldman e Gustavo Lins Ribeiro (orgs.) São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

WOORTMAN, K. **Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico/87. Ed. Univ. Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZINGA, M.R.M. **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiados da**

reforma agrária: Um estudo de caso sobre construção de organizações de base no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. Monografia de conclusão de curso (2002). Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

_____ **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, R.J.** Dissertação de mestrado (2004). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.